



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUIZA VILELA AMELOTTI

PARCEIROS, PARCEIROS. IDEOLOGIA A PARTE?
Uma análise das parcerias latino-americanas à luz da ideologia governamental

Recife
2020

LUIZA VILELA AMELOTTI

PARCEIROS, PARCEIROS. IDEOLOGIA A PARTE?

Uma análise das parcerias latino-americanas à luz da ideologia governamental

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência Política. Área de Concentração: Política Internacional.

Orientador: Professor Dr. Marcelo de Almeida Medeiros

Coorientadora: Professora Dra. Nara Pavão

Recife
2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A499p Amelotti, Luiza Vilela.
Parceiros, parceiros. Ideologias a parte? Uma análise das parcerias latino-americanas à luz da ideologia governamental / Luiza Vilela Amelotti. – 2020.
151 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros.

Coorientador: Prof^a. Dr^a. Nara Pavão.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2020.

Inclui referências, apêndices e anexo.

1. Ciência Política. 2. Ideologia. 3. Política internacional. 4. América Latina – Relações exteriores. I. Medeiros, Marcelo de Almeida (Orientador). II. Pavão, Nara (Coorientadora). III. Título.

320 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-056)

LUIZA VILELA AMELOTTI

PARCEIROS, PARCEIROS. IDEOLOGIA A PARTE?

Uma análise das parcerias latino-americanas à luz da ideologia governamental

Aprovada em 03/03/2020

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcelo de Almeida Medeiros (UFPE, orientador)

Prof. Dra. Janina Onuki (USP, examinadora externa)

Prof. Dr. Manoel Leonardo Wanderley Duarte dos Santos (UFMG, examinador externo)

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de uma dissertação vai além do trabalho empreendido nas leituras, textos e análises, mas envolve toda uma vida, acadêmica e não acadêmica. Por estar ao meu lado e me ajudar a encarar todo desgaste mental e emocional, bem como por comemorar cada avanço, eu agradeço:

A meus pais e irmão, pelo apoio incondicional e por sempre acreditarem em mim. Por me incentivarem a ser melhor a cada dia. Por serem minhas raízes, me darem forças e vontade de continuar. Saibam que sou extremamente feliz por fazer parte dessa família e este trabalho é inteiramente dedicado a vocês.

A meu pai, em especial, por toda paciência e dedicação. Por me ensinar constantemente caminhos mais fáceis para lidar com toda confusão que se chama tratamento de dados. Ajuda essa que me permitiu dormir mais tranquila, sabendo que daria tudo certo.

À Renata Cavalcanti e Eliza Salvador, por estarem ao meu lado nessa jornada, tornando a vida mais leve e interessante.

A Everton Lira, por todo tempo que dispôs a mim, por toda ajuda, pelos debates, ideias e conselhos. Sem você teria sido muito mais difícil, não só a construção dessa dissertação, mas a vida acadêmica em geral.

A meu orientador, Marcelo Medeiros, e à minha co-orientadora, Nara Pavão, por incentivarem e acreditarem neste projeto.

À banca examinadora, prof. Janina Onuki e prof. Manoel Santos, por aceitarem o convite para participar dessa defesa

RESUMO

Ideologias diferentes afetam o comportamento dos Estados latino-americanos no sistema internacional? Motivada pelas transformações da conjuntura da América Latina desde os anos 1980, a citar: democratização, neoliberalismo e onda rosa, esta dissertação investiga os efeitos da ideologia dos presidentes latino-americanos sobre três dimensões do sistema internacional: comércio exterior, votações na Assembleia Geral da ONU e formulação de Tratados bilaterais. A escolha por analisar preferências do Executivo se deu por causa da prática da diplomacia presidencial, que é amplamente difundida na região. O objetivo é observar como as transições do nível doméstico implicam em mudança de comportamento dos Estados em nível sistêmico. Assim, para cada uma das três variáveis foi utilizado um modelo de regressão linear simples, tomando como unidade de análise as atuais democracias da região (17 países) entre 1980 e 2018. Os resultados corroboram a expectativa de que governos de direita priorizam as relações com os países desenvolvidos, enquanto os de esquerda o fazem com Estados em desenvolvimento.

Palavras-Chave: Ideologia. Política Externa. América Latina.

ABSTRACT

Do different ideologies affect the behavior Latin American states in the international system? Motivated by the transitions faced by the Latin American conjuncture since the 1980s, including: democratization, neoliberalism and the pink tide, this master's dissertation investigates the effects of the presidential ideology in Latin America on three dimensions of the international system: foreign trade, votes at the UN General Assembly and the bilateral Treaties. The choice to analyze Executive preferences is explained by the practice of the Presidential diplomacy, which is broadly widespread in the region. The objective is to observe how the changes at the domestic level imply a remodeling in the behavior of States at the systemic level. Thus, for each of the three variables a simple linear regression model was used, considering, as the unit of analysis, the current democracies of the region (17 countries) between 1980 and 2018. The results corroborate the expectation that right-wing governments prioritize relations with developed countries, while those on the left do so with developing States.

Keywords: Ideology. Foreign Policy. Latin America.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Número de governos de direita na América Latina.....	18
Gráfico 2 – Número de governos de esquerda na América Latina.....	20
Gráfico 3 – Comparativo do número de governos por ideologia na América Latina.....	22
Imagem 1 – Fatores que impulsionam as mudanças na Política Externa.....	28
Quadro 1 – Primeiros governos de esquerda na América Latina.....	51
Quadro 2 – Tipos de esquerda por Levitsky e Roberts.....	53
Imagem 2 – Variáveis para mensurar Política Externa.....	57
Imagem 3 – Formação de blocos na UNGA (2010-2018).....	62
Imagem 4 – Blocos de votação na UNGA em 1985 por Holloway (1990).....	64
Quadro 3 – Definição de esquerda, centro e direita.....	76
Gráfico 4 – Frequência de casos por ideologia.....	77
Gráfico 5 – Convergência de votos na Assembleia Geral da ONU (países em desenvolvimento).....	79
Gráfico 6 – Convergência de votos na Assembleia Geral da ONU (países desenvolvidos).....	80
Gráfico 7 – Índice de comércio internacional (países em desenvolvimento).....	81
Gráfico 8 – Índice de comércio internacional (países desenvolvidos).....	82
Gráfico 9 – Contagem de tratados bilaterais entre 1980 e 2018 (países desenvolvidos).....	83
Gráfico 10 – Evolução dos tratados bilaterais com países desenvolvidos.....	83
Gráfico 11 – Contagem de tratados bilaterais entre 1980 e 2018 (países em desenvolvimento).....	84
Gráfico 12 – Evolução dos tratados bilaterais com países em desenvolvimento.....	84
Gráfico 13 – Índice de democracia.....	85
Gráfico 14 – Países em que o PIB ultrapassou 200bi (US\$).....	86
Gráfico 15 – Países em que o PIB não ultrapassou 200bi (US\$).....	87
Quadro 4 – Ano de participação no CsONU.....	88
Gráfico 16 – Efeitos sobre o comércio com países Desenvolvidos.....	90
Gráfico 17 – Efeitos sobre o comércio com países em desenvolvimento.....	91
Gráfico 18 – Efeitos sobre a convergência de votações na UNGA com países desenvolvidos.....	92
Gráfico 19 – Efeitos sobre a convergência de votações na UNGA com países em desenvolvimento.....	93
Gráfico 20 – Efeitos sobre os tratados bilaterais com países desenvolvidos.....	94
Gráfico 21 – Efeitos sobre os tratados bilaterais com países em desenvolvimento.....	95
Gráfico 22 – Efeitos sobre o índice aditivo com países desenvolvidos.....	96
Gráfico 23 – Efeitos sobre o índice aditivo com países em desenvolvimento.....	96
Quadro 5 – Resumo dos achados.....	97
Gráfico 24 – Distribuição da convergência com PED.....	98
Gráfico 25 – Relação dos governos de Esquerda com o IA.....	101
Gráfico 26 – Relação dos governos de Direita com o IA.....	101

Sumário

1	INTRODUÇÃO	10
2	UM BREVE HISTÓRICO DA AMÉRICA LATINA	16
2.1	Quadro político da América Latina (anos 1980-90)	16
2.2	Onda Rosa (anos 1990-2000).....	19
2.3	Quem lidera a Política Externa na América Latina?	22
3	IDEOLOGIA E POLÍTICA EXTERNA	27
3.1	Ideologia e Política Externa se relacionam?	27
3.2	Ideologia e Política Externa, como se relacionam?	29
3.3	A condução da Política Externa latino-americana	33
3.3.1	Argentina	35
3.3.2	Brasil.....	38
3.3.3	Costa Rica	42
3.3.4	México	45
4	MENSURANDO IDEOLOGIA E POLÍTICA EXTERNA	50
4.1	Parte 1: Mensurando a ideologia	50
4.1.1	Esquerda e Direita na América Latina: tipologias específicas.....	50
4.1.2	Esquerda e Direita na América Latina: tipologias gerais	54
4.2	Parte 2: Como mensurar a Política Externa	57
4.2.1	Por que analisar votações na assembleia geral da ONU?	58
4.2.1.1	<i>Como analisar a convergência na UNGA?</i>	59
4.2.2	Por que analisar o comércio internacional?	65
4.2.2.1	<i>Como analisar as relações comerciais?</i>	68
4.2.3	Tratados Internacionais.....	70
4.2.4	Outros indicadores que afetam a política externa	72
4.2.4.1	<i>Democracia e PIB</i>	72
4.2.4.2	<i>Créditos do FMI e participação no Conselho de Segurança da ONU</i>	73
4.3	Hipóteses	74
5	ANÁLISE EMPÍRICA	76
5.1	Dados.....	76
5.1.1	Ideologia	76
5.1.2	Convergência nas votações da UNGA	78
5.1.3	Comércio.....	80
5.1.4	Tratados	82
5.2	Variáveis de Controle.....	85
5.2.1	Democracia	85
5.2.2	PIB.....	86

5.2.3	Participação no Conselho de Segurança da ONU	87
5.2.4	Créditos do FMI	88
5.3	Testes e resultados	88
5.3.1	Testes	90
5.3.1.1	<i>Comércio Internacional</i>	90
5.3.1.2	<i>Votações na UNGA</i>	91
5.3.1.3	<i>Tratados Bilaterais</i>	93
5.3.1.4	<i>Índice Aditivo (IA)</i>	95
5.3.2	Discussão dos Resultados	97
5.3.2.1	<i>Discutindo o IA</i>	100
6	CONCLUSÕES	103
	REFERÊNCIAS	107
	APÊNDICE A – REGRESSÕES COMÉRCIO INTERNACIONAL	115
	APÊNDICE B – REGRESSÕES COM DADOS DE CONTAGEM.....	119
	APÊNDICE C – CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES	124
	ANEXO A – GRÁFICOS COMPLEMENTARES	144

1 INTRODUÇÃO

Os anos 1980 representaram para a América Latina, em especial, a expansão dos regimes democráticos, a reestruturação das instituições domésticas e reconfiguração das dinâmicas políticas e sociais. Essas transformações abriram portas ao surgimento de novos atores e, com eles, interesses e pressões sobre as lideranças nacionais. No encerramento dessa década, o mundo assistia o fim da guerra fria, a redistribuição de poder no sistema internacional e subsequente avanço da globalização.

Essa conjuntura obriga os Estados a se adaptarem a uma nova realidade marcada por fluxos intensos de capital, pessoas, bens, serviços e, principalmente, informações. Cidadãos, grupos societários, partidos políticos e organizações ganham voz não somente em âmbito nacional, mas também internacional. A esfera econômica também não passa despercebida: as trocas comerciais se tornaram muito mais complexas, redes de interdependência se formam e, ao invés do protecionismo consolidado, os países passam a praticar a abertura externa e buscam se tornar atores globais.

A interdependência afeta a política mundial e o comportamento dos Estados; mas ações governamentais também influenciam padrões de interdependência. Ao criar ou aceitar procedimentos, regras ou instituições para certos tipos de atividades, os governos regulam e controlam as relações transnacionais e interestaduais. Nós nos referimos a esses acordos de governo como regimes internacionais (KEOHANE E NYE, 2011 p. 5)¹.

A dinâmica dos *jogos de dois níveis* ganha, então, novos padrões, a separação entre interno e internacional se torna tênue e ações em nível doméstico agora repercutem reações no externo (e vice-versa). Para a América Latina, isso significou o início de um processo de aproximação entre opinião pública e política internacional.

Em suma, o que aconteceu na região latino-americana pode ser resumido em: aumento no número de atores que participam da tomada de decisão em política externa; expansão dos mecanismos de *checks and balances* e *acountability*, que tornam os líderes mais responsáveis; interesse da população em matérias de política externa; e, em consequência, aumento da legitimidade dos Estados no sistema internacional.

¹ Tradução Livre. Texto original: “*Interdependence affects world politics and the behavior of states; but governmental actions also influence patterns of interdependence. By creating or accepting procedures, rules, or institutions for certain kinds of activity, governments regulate and control transnational and interstate relations. We refer to these governing arrangements as international regimes*”.

No entanto, tais características não foram suficientes para garantir uma divisão igualitária do poder dentro dos governos, principalmente em se tratando da política externa. Os países da América Latina têm como marca a hipertrofia do Executivo e uma alta concentração de poder nas mãos dos presidentes. O que não significa que outros atores não intervêm na política externa, apenas que a liderança dessa arena acaba sendo delegada aos presidentes.

Ainda que o hiperpresidencialismo seja comum aos países da América Latina, não se pode falar em transições homogêneas, das dezoito novas democracias da região “um terço não registrou mudanças substantivas em sua competição partidária; um terço sofreu grandes mudanças e o terço restante passou por pequenas mudanças” (ALCÁNTARA SÁEZ, 2004, p. 73). Ainda assim, os debates polarizados entre esquerda e direita se tornam cada vez mais presentes na vida política da região e pautas como internacionalização dos mercados, projeção internacional e apoio às iniciativas regionais alimentam embates e constituem a nova agenda dos países da América Latina.

Ao final da década de 1990, o modelo neoliberal que havia se instalado na região após o fim da guerra fria, influenciado pelas políticas de Reagan, nos EUA, e Thatcher, no Reino Unido, começa a indicar sinais de falência. O uso do livre mercado para controle da inflação já não era mais eficaz, as crises econômicas, desemprego e níveis de desigualdade se disseminavam pela América Latina (WEYLAND, 2010; LEVITSKY E ROBERTS, 2011)

Assim, ascendem os governos de esquerda na região, entre o fim dos anos 1990 e anos 2000. As prioridades desses novos governos trazem consigo maiores ênfases nos aspectos regionais como instrumento de projeção internacional (MEDEIROS ET AL., 2007), na participação mais ativa do Estado na economia e na garantia do bem-estar social. É importante frisar que, os novos governos não romperam completamente com as medidas adotadas anteriormente, mas prezaram por uma mudança nas ênfases da agenda externa (STOKES, 2009).

Mas como conceituar o que de fato separa esquerda e direita? Essa questão tem motivado muitos pesquisadores a buscarem estabelecer uma padronização acerca do que define a ideologia, mas o processo é complexo. Termos como liberal e conservador geram confusão se o objeto não claro: liberal na economia é diferente de liberal político. Assim sendo, a esquerda é mais ou menos liberal? E a direita é mais conservadora? Todas as esquerdas são iguais?

Na América Latina, em especial, dentro das próprias alas ideológicas se fazem presentes divergências. Isso faz com que se torne difícil a tarefa de importar classificações ou mesmo exportá-las para outros países. Dessa forma, a análise da ideologia na região assume um caráter ainda mais particular.

De modo geral, assume-se que a esquerda faz referência a grupos que se identificam como comunistas, socialistas ou social democratas; que defendem a intervenção do Estado na economia e a redistribuição de renda; tende a ser mais generosa com Estados de terceiro mundo. A direita, por outro lado, se relaciona com pensamentos democráticos cristão, tem atitudes mais conservadoras, no sentido político e social e liberal, na arena econômica. Tende a priorizar políticas de ajuste fiscal e a restringir ajudas externas (THÉRIEN, 2000; TAROUCO E MADEIRA, 2013).

Diante disso, espera-se que as atitudes em política externa de líderes da esquerda sejam diferentes daquelas da direita. Essa perspectiva, somada às constantes transformações no cenário internacional incentivaram, na comunidade acadêmica, diversas análises sobre as relações entre ideologia e política externa (KREPPPEL E TSEBELIS, 1999; MILNER E JUDKINS, 2001; MARKS, WILSON E RAY, 2002; HOOGHE, MARKS E WILSON, 2002; ONUKI E OLIVEIRA, 2006; PORTRAFKE, 2009; FELIÚ E ONUKI, 2014; LOPEZ, 2015; MEDEIROS ET AL, 2017), antes consideradas esferas independentes.

Hooghe, Marks e Wilson (2002) identificaram uma relação da ideologia com a integração que tem forma de um U invertido: quanto mais extremas as preferências (sejam da esquerda ou da direita) mais protecionistas e anti-integração; quanto mais próximas ao centro, maior o apoio à abertura externa e à integração.

Excluindo os extremos, a esquerda (e centro-esquerda) tende a promover a integração regional e a superação da dependência dos países ricos, promovendo um mercado regional autossuficiente (BAUMANN, 2005), por isso, defendem também as relações Sul-Sul (LOPÉZ, 2015). Já a direita, considera a integração regional desvantajosa, impulsiona a abertura ao mundo e prioriza as relações com os países desenvolvidos como estratégia (LOPÉZ, 2015).

A literatura já avançou bastante no que diz respeito aos estudos acerca da relação entre ideologia e política externa, comprovando a existência de uma relação causal entre elas. Contudo, principalmente quando considerados os países em desenvolvimento, carece ainda de materiais empíricos e análises com testes de hipóteses (ONUKI E OLIVEIRA, 2010).

Diante do exposto, a pergunta que rege esta dissertação é: *ideologias diferentes afetam o comportamento dos Estados latino-americanos no sistema internacional?* Espera-se que (i) governos de direita priorizem a proximidade com países desenvolvidos (PD), enquanto (ii) os de esquerda deem prioridade aos países em desenvolvimento (PED).

Para testar essas hipóteses, foram selecionados três indicadores que constituem o sistema internacional: (i) o comércio internacional, (ii) as votações na Assembleia Geral da ONU (UNGA) e (iii) os tratados bilaterais. Essas variáveis se agrupam em duas arenas: política e econômica. A primeira é representada, principalmente, pelas votações na ONU; a econômica pelo comércio internacional. Os tratados compõem ambas. Contudo, não se pode pensar que essas arenas são independentes, ao contrário, elas se afetam mutuamente e têm diversos pontos de interseção.

Esses indicadores foram escolhidos porque a grande parte dos avanços sobre a relação ideologia-política externa na América Latina recai sobre uma análise a partir do comportamento de atores políticos dentro dos Congressos Nacionais. Logo, poucos estudos buscam explicar as atitudes dos Estados em nível sistêmico como função das preferências ideológicas das lideranças domésticas. A exemplo, Milner e Judkins (2004) apontam que os estudos transnacionais sobre partidarismo e comércio são raros e a literatura corrente ainda é pequena e muito focada nos EUA e no Reino Unido.

Dessa forma, um dos objetivos desta dissertação é trazer novas visões sobre análises de política externa, para além do comportamento dos legisladores e, assim, fornecer material para ampliar as discussões com um foco sobre o papel das lideranças e atores domésticos nas diferentes esferas do sistema internacional.

A escolha do comércio internacional se deu porque com o processo de abertura comercial, a redução do protecionismo e a globalização as redes de relações entre os países se tornaram muito mais complexa. Assim da mesma forma que o comércio é capaz de explicar o crescimento econômico, também é um forte indicador de conflitos interno e externos. Em outras palavras, o comércio entre países afeta diretamente suas dinâmicas domésticas e internacionais, sendo matéria de grande interesse para os governos nacionais.

Sua mensuração se deu através de uma adaptação do *índice geral Bela Balassa (IBB)*. O IBB permite observar o nível de integração entre dois Estados, mas para esta dissertação foi

aplicado de maneira a captar o nível de integração entre um país latino-americano e o grupo de países desenvolvidos e de Estados em desenvolvimento.

As votações na Assembleia Geral da ONU, por sua vez, são calcadas na premissa da paridade: um país, um voto. Essa lógica abre espaço às comparações sem distorções, e funcionam como um instrumento para análise de relações bilaterais e da dinâmica de distribuição de poder (ASANO, 2008). Além disso, a “influência da ideologia governamental nas votações da UNGA requer mais análises empíricas” (POTRAFKE, 2009)². O comportamento dos Estados se deu através da análise da convergência simples dos votos.

Finalmente, os tratados bilaterais representam a vontade do Estado de se submeter a regras comuns, limitando sua soberania, em prol da maximização de vantagens, manutenção da ordem internacional e previsibilidade das ações dos outros. Os acordos bilaterais são ainda mais específicos, já que não deixam margens para uma ratificação parcial de seus termos.

Poucos estudos olham para os tratados de maneira mais ampla. A grande parte foca em um acordo específico ou em um tipo particular, sendo os tratados de Direitos Humanos os que mais dispõem de análises. Desse modo, esta dissertação tenta preencher parte do *gap* explorando os efeitos do nível doméstico na formulação dos acordos internacionais como um todo e não para casos específicos.

A metodologia aqui empregada se pauta em três modelos de regressão linear simples, um para cada indicador exposto acima. A unidade de análise são as atuais democracias da região (17 países)³, entre 1980 e 2018. A ideologia é a variável independente e vai de 1 (esquerda) à 3 (direita), coletada na base de dados *Database of Political Institutions* (DPI). Os efeitos foram controlados pelo nível de democracia, PIB, participação no Conselho de Segurança da ONU e recebimento de créditos do FMI. Ao final das análises isoladas sobre cada variável, foi formulado um índice aditivo com o intuito de testar a hipótese principal.

Os resultados corroboraram a expectativa de que governos de direita têm maior proximidade de PD, enquanto os de esquerda têm com PED. Apenas um ponto foi destoante do esperado: a direita foi mais convergente com PED nas votações da UNGA do que a esquerda.

² Tradução Livre. Texto original: “*the influence of government ideology on UNGA voting requires further empirical evaluations*”.

³ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Rep. Dominicana e Uruguai.

Importante destacar que o objetivo não era comparar os resultados dos países desenvolvidos com os países em desenvolvimento, mas sim, observar diante das mudanças de governos, como a ideologia afetou a relação com cada grupo de países em particular e, então, comparar os resultados da esquerda com os da direita. Usando as palavras de Tarouco e Madeira (2013, p. 149): “trata-se de saber se as categorias esquerda e direita ainda ajudam a explicar a política no mundo pós-guerra fria”.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA AMÉRICA LATINA

Resumo do Capítulo:

Este capítulo apresenta uma breve discussão sobre a evolução do quadro político latino-americano, perpassando pelas principais transformações do período de 1980 a 2018, tais como a democratização, disseminação do pensamento neoliberal, ascensão e queda dos governos de esquerda. Feito esse apanhado histórico, a seção final traz uma análise sobre quem são os principais atores responsáveis pela condução de tais fatos nos países da América Latina.

2.1 Quadro político da América Latina (anos 1980-90)

As transições de governos e chegada de novas autoridades ao poder, principalmente quando não filiadas às mesmas correntes daquelas vigentes, trazem consigo impactos sobre a coordenação das políticas e a manutenção das preferências nacionais. Dessa forma, as mudanças conjunturais ocorridas na América Latina, principalmente, nos anos 1980 e 1990 reconfiguram a competição partidária e a dinâmica esquerda-direita na região (ALCÁNTARA E RIVAS, 2006). Os partidos surgem como resultados da expansão democrática e representam o esforço para superar barreiras étnicas, de gênero e classe (LEIRAS, 2004).

A coincidência entre democracia e civilidade foi um elemento fundamental para que houvesse mudanças nas percepções de conflito e rivalidade que os países latino-americanos imprimiam entre si. As relações Brasil-Argentina, por exemplo, ainda que tenham demonstrado evoluções no período ditatorial, veem a alcançar aproximações substanciais somente nos governos Sarney e Alfonsín (BERNAL-MEZA, 1999).

Com a incorporação do regime democrático e das competições partidárias pelos países, os partidos políticos, passam a afetar não somente a elaboração de programas de governo, mas também as funções legislativas e executivas, mesmo estas não sendo atividades exclusivas destes novos grupos (LEIRAS, 2004).

Não se pode falar, contudo, que os países latino-americanos encararam transições homogêneas. Pelo contrário, múltiplos processos se desenvolvem na região e impactam de formas diversas os sistemas políticos de cada Estado. Dos dezoito países da América Latina, quando democratizados e institucionalizados seus sistemas eleitorais, “um terço não registrou mudanças substantivas em sua competição partidária; um terço sofreu grandes mudanças e o terço restante passou por pequenas mudanças” (ALCÁNTARA SÁEZ, 2004, p. 73).

Essa heterogeneidade reflete uma série de condições sobre as quais os Estados se amparam. A nível doméstico, fatores como: estabilidade econômica e política, disputa entre os poderes e corrupção, podem explicar a total reconfiguração dos sistemas de alguns países e a continuidade de outros.

Sobre a composição do sistema partidário, o multipartidarismo se faz presente na maior parte da região, enquanto “um número muito pequeno de países está próximo do bipartidarismo puro que traduz com mais simplicidade a lógica governo-oposição (Honduras, Nicarágua e Paraguai)” (ALCÁNTARA SÁEZ, 2004, p. 75). A existência de muitos partidos gera dificuldades para a governabilidade dos Estados, uma vez que pode indicar alta volatilidade do sistema (COPPEDGE, 1998) e a necessidade de se estabelecer coalizões para governar (como ocorre em Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Venezuela e Uruguai) (ABRANCHES, 1988; ALCÁNTARA SÁEZ, 2004).

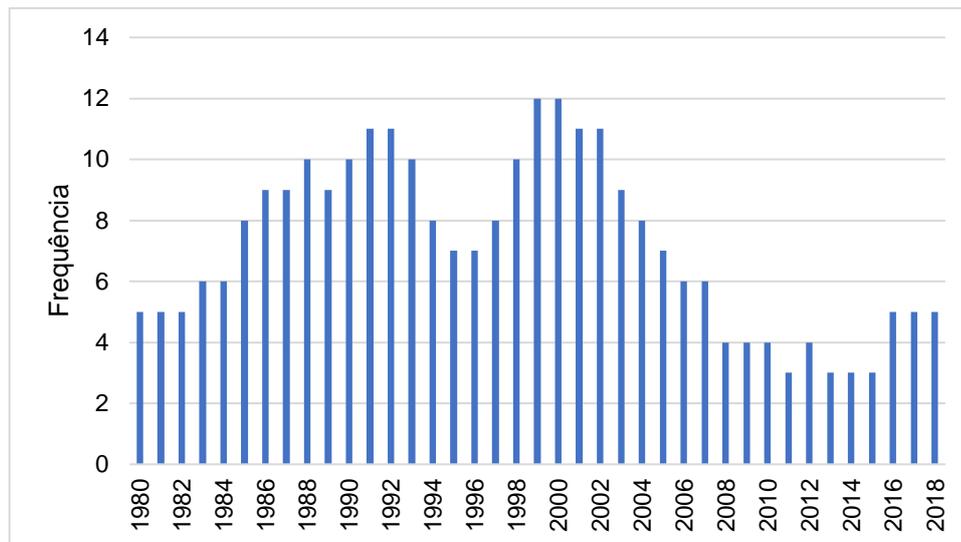
Quanto a composição ideológica dos partidos políticos, a América Latina conta com uma alta polarização, o que é reflexo de sua própria formação e desenvolvimento histórico. Essa configuração pode ter efeitos tanto positivos, quanto negativos para o país, visto que certo nível de polarização é desejável à competição eleitoral e aos debates políticos, contudo um alto grau pode indicar ruptura do sistema político (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2002).

El Salvador, Nicarágua, Chile e México são os casos com um maior grau de polarização. Os primeiros refletem a integração da guerrilha no sistema político sob a forma de um partido. No Chile, projeta-se a profunda divisão que sua sociedade sofreu durante o longo período autoritário, enquanto que no México, se refletem as tensões anteriores à histórica mudança de julho de 2000 (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2002, p. 148).

Principalmente após os avanços da globalização, os debates sobre a polarização esquerda-direita se tornam mais intenso, dado que uma nova dimensão – a internacionalização dos mercados – passa a compor as agendas e, em consequência, conflito entre as alas ideológicas (BATISTA, 2008). Na América Latina, isso se reflete nos embates entre protecionismo, abertura externa, redução ou aumento de barreiras de entrada, formação de parcerias estratégicas, entre outros.

Esse período é marcado pelo alto número de lideranças de direita na região, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Número de governos de direita na América Latina



Fonte: Elaboração própria

Assim, diante do sistema internacional, cada Estado desenvolve suas próprias estratégias de inserção. Em meados da década de 1990, o Brasil, por exemplo, passa a ter mais interesse sobre a América do Sul, quando vê na região a possibilidade de se estabelecer como uma potência média. Por outro lado, nesse mesmo período, a Argentina adota como estratégia a aproximação das grandes potências, principalmente dos Estados Unidos, através de blocos e acordos como um meio de se solidificar no grupo dos grandes Estados (BERNAL-MEZA, 1999).

Contudo, apesar de cada Estado ter as suas próprias estratégias de para lidar com o sistema internacional globalizado, há, durante a década de 1990 na América Latina, um consenso acerca da incorporação das premissas neoliberais como guia da política externa latino-americana. Desse modo, os primeiros anos dessa década, os Estados – não só na América Latina – são marcados por uma busca pelo posicionamento ideal entre a globalização e o papel econômico exercido pelo Estado, através de medidas como privatizações de empresas e desregulamentação de indústrias (STOKES, 2009). De modo geral, a região abandona o protecionismo, até então dominante, e adota uma atitude mais voltada para a abertura comercial externa.

O que se percebe é que a definição sobre os meios de ação no sistema internacional tem forte influência dos interesses das lideranças e elites políticas. Logo, mudanças de governo afetam a formulação de políticas tanto voltadas para o nível doméstico, quanto para o exterior

o que define os rumos de programas de integração, estratégias internacionais e sócios preferenciais (BERNAL-MEZA, 1999).

2.2 Onda Rosa (anos 1990-2000)

Ao final da década de 1990, o consenso sobre as políticas neoliberais que dominava a América Latina se torna escasso. “O sucesso do modelo de livre mercado em controlar a inflação em grande parte da região, foi minado por um crescimento anêmico, crises financeiras periódicas e profundas desigualdades sociais e econômicas” (LEVITSKY; ROBERTS, 2011, p. 3)⁴. Para além, os Estados latino-americanos encaravam aumentos nos níveis de desemprego e uma forte rejeição aos governos (WEYLAND, 2010).

Esse cenário, abre caminhos para a ascensão das oposições governistas, as quais se inserem diretamente nas arenas eleitorais, mas também se fortalecem através de movimentos de protestos em favor da associação entre mercado e Estado (LEVITSKY; ROBERTS, 2011).

Nessa perspectiva, é valorizado o papel do Estado enquanto responsável pelas funções de desenvolver, redistribuir e assegurar bem-estar social. Entretanto, essa transição de governos não representou a extinção daquelas medidas adotadas no período precedente, mas ao contrário, as políticas de abertura externa são continuadas e os novos líderes se mostram mais responsivos a pressões relacionadas ao incremento dos gastos públicos e não à uma reversão dos efeitos da globalização (STOKES, 2009).

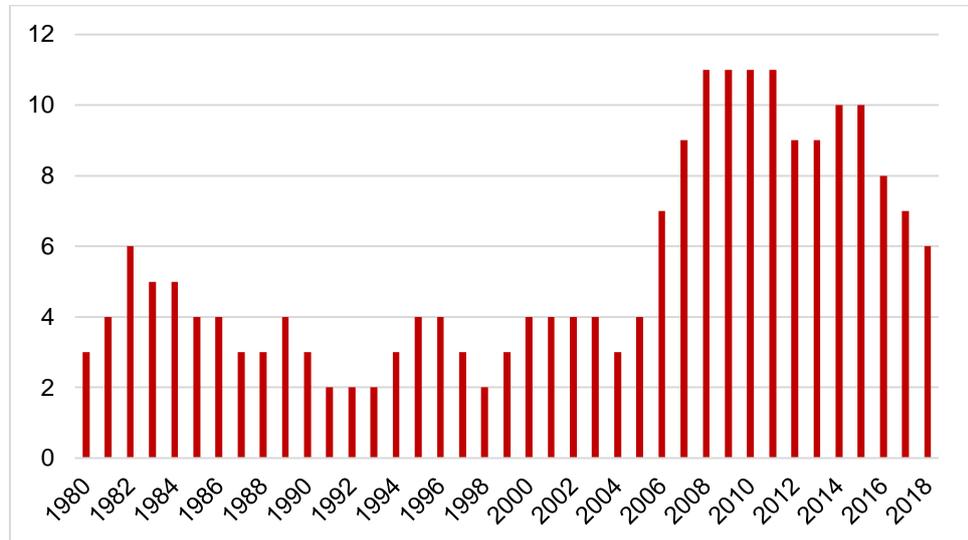
Deste modo, a política latino-americana do século XXI é marcada pela guinada dos governos à esquerda. Em 1998, Hugo Chávez, na Venezuela, é o primeiro presidente a iniciar essa *onda rosa*. Entre 2000 e 2009 seguiram essa tendência, respectivamente, Ricardo Lagos (Chile), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Néstor Kirchner (Argentina), Tabaré Vázquez (Uruguai), Evo Morales (Bolívia), Daniel Ortega (Nicarágua), Rafael Correa (Equador), Fernando Lugo (Paraguai) e Mauricio Funes (El Salvador).

Países em que presidentes de esquerda/centro-esquerda não foram vitoriosos, passaram pelo enfraquecimento de seus governos de direita/centro-direita, como no caso do México, Colômbia, Peru e Costa Rica (STOKES, 2009; WEYLAND, 2010; LEVITSKY E ROBERTS,

⁴ Livre Tradução. Texto original: “*The free market model succeeded in controlling inflation, in much of the region it was plagued by anemic growth, periodic financial crises, and deepening social and economic inequalities*”.

2011). Deste modo, ao final de 2009, “aproximadamente dois terços dos governos nacionais da América Latina tinham alguma inclinação à esquerda” (LEVITSKY E ROBERTS, 2011, p. 1)⁵.

Gráfico 2 - Número de governos de esquerda na América Latina



Fonte: Elaboração própria

Nos primeiros momentos de sua ascensão, a esquerda latino-americana apresentava um teor ideológico mais denso, embasado na ideologia socialista e, até mesmo, marxista. Na América Latina, seu principal papel, enquanto oposição, consistia em encontrar soluções para os problemas sociais, se articulando com os interesses das elites dominantes (WASSERMAN, 2010).

A reconstrução democrática não fez desaparecer a pobreza, a desigualdade, as injustiças, a violência, o analfabetismo e outros males que têm servido de motivo para adesão de sujeitos inconformados a organizações políticas de esquerda. Por isso, ao contrário da direitização e despolitização que ocorreu no plano internacional, o contexto latino-americano permaneceu favorável à ampliação da esquerda e ao surgimento ou rearticulação de movimentos antissistêmicos (WASSERMAN, 2010, p. 35).

O *boom* das commodities, o crescimento da China e os programas de transferência de renda são algumas das causas que Malamud (2016 *apud* SILVA, 2019) aponta para o crescimento e permanência do número de líderes de esquerda à frente do país.

Contudo, a crise do marxismo e o esgotamento do modelo socialista com a queda do muro de Berlim, fizeram com que a atuação esquerdista, fosse se tornando muito mais moderada e ambígua (STOKES, 2001 *apud* SAIEGH, 2014). “Os candidatos de esquerda também

⁵ Livre Tradução. Texto original: “By 2009, nearly two-thirds of Latin Americans lived under some form of left-leaning national government”.

coexistem com candidatos de direita igualmente moderados, bem como uma miríade de movimentos populistas na região” (SAIEGH, 2014, p.4).

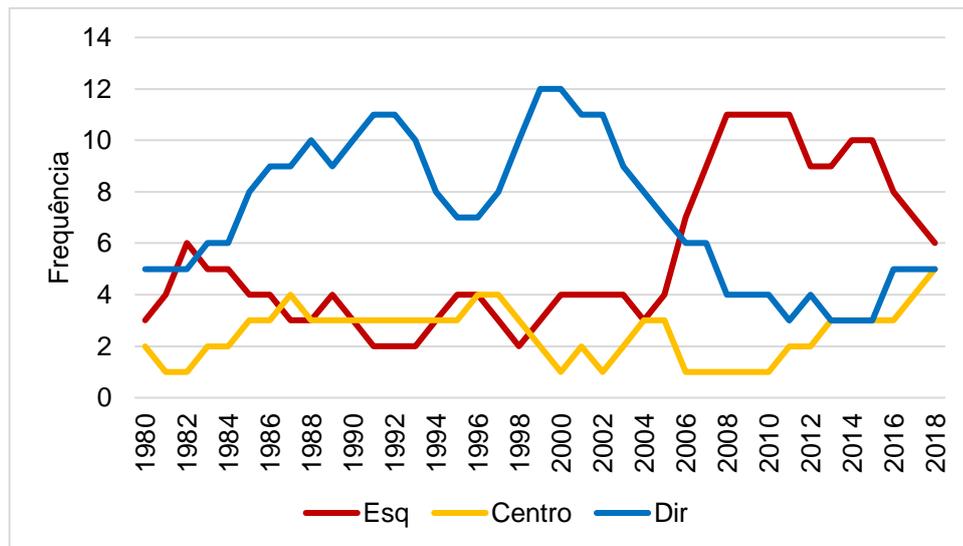
A década de 2010 começa, então, a demonstrar os primeiros sinais de enfraquecimento dos governos de esquerda da América Latina. Escândalos de corrupção, acusações de abuso de poder e baixo crescimento econômico são alguns fatores que passam a afetar os governos vigentes.

Frente às crises de 2008 a 2010, diversos conflitos se desenvolveram, principalmente nos países da América do Sul. Emergem disputas na Colômbia, que logo se disseminam para o Equador e Venezuela, e conflitos internos entre as elites do neoliberalismo e aquelas anti-neoliberais; entre reformistas e oposição pró *status quo* (Chile, Argentina, Equador, Bolívia e Paraguai) (TUSSIE, 2015). Assim, a esquerda dominante começa a gerar reações hostis das elites da direita (Idem) e a receber reprovação da população.

De 2011 para 2012, a Guatemala foi o primeiro país – dentre os analisados – a substituir um governo de esquerda por um de direita e, em 2015, foi a vez da Argentina e 2016 do Peru. Interessante destacar também o caso da alternância ideológica no Chile. Em 2010, Michele Bachelet, do Partido Socialista do Chile, foi substituída por Sebastián Piñera, candidato de direita pelo Partido Renovação Social (*Renovación Social*). Nas eleições seguintes, Bachelet é eleita novamente e, mais uma vez, agora em 2018, Piñera volta à presidência do país.

Além disso, muitos partidos de centro também ascenderam nesse novo movimento, o que pode ser visto a partir de 2010 – mesmo período em que a esquerda começa a perder forças na região.

Gráfico 3 – Comparativo do número de governos por ideologia na América Latina



Fonte: Elaboração própria

O enfraquecimento da esquerda latino-americana acompanha os movimentos do cenário internacional. Nos Estados Unidos é eleito Donald Trump, candidato da ala mais conservadora, a Europa enfrenta as crises migratórias, o *Brexit* (SILVA, 2019) e presencia o avanço de uma onda conservadora (e ultraconservadora) em seus Estados.

Feitas tais considerações sobre as variações ideológicas nos governos da América Latina, a próxima seção explora quem, de fato, conduz a política externa dos países. Ou seja, a ideologia do presidente importa mais do que aquela predominante nos Congressos Nacionais? A política externa responde às pressões ideológicas ou é conduzida apenas por um corpo burocrático e pragmático?

2.3 Quem lidera a Política Externa na América Latina?

Há diferentes perspectivas acerca dos atores políticos que participam, *de facto*, das decisões em política externa. Na América Latina, o ressurgimento dos partidos levantou questões sobre a relação entre os poderes Executivo e legislativo na seara internacional (RIBEIRO, OLIVEIRA E GALDINO, 2010).

De um lado, defende-se que o poder legislativo tem um papel relevante e ativo na tomada de decisão de políticas externas, de outro advoga-se pela preponderância do poder Executivo nesta arena. Em tese, a democracia deveria implicar numa relação de equilíbrio entre os poderes para a formulação de políticas; na prática, contudo, a não observância de tal premissa ocorre com frequência, principalmente em relação a matérias externas. Isso pode ser explicado

por duas motivações: (i) a política externa tem uma natureza particular que a diferencia do tratamento dado à doméstica ou (ii) as instituições democráticas são deficientes (LIMA, 2000).

Na primeira visão, de que o legislativo tem uma participação ativa na política externa, argumenta-se que o papel dos parlamentos nesta matéria traz legitimidade às decisões do Estado, uma vez que as legislaturas influenciam a institucionalização da cooperação internacional, aprimorando-a (MARTIN, 2000).

Outro argumento nesta linha de pensamento, defende que a anarquia internacional motiva os legisladores, influencia estratégias partidárias e molda o comportamento legislativo, de modo que é necessária a formação de uma unidade nos congressos, pois os partidos e legisladores veem como um risco à credibilidade do país no sistema internacional as decisões do âmbito doméstico (FELIÚ E ONUKI, 2014).

Por outro lado, faz-se presente a perspectiva de que há uma hipertrofia do poder Executivo sobre o legislativo, principalmente quando considerados os sistemas presidencialistas latino-americanos. Alguns dos fatores que podem explicar essa situação são: “alta concentração de poder na Presidência da República, carência de atribuições constitucionais e instrumentos de expertise, assim como o baixo retorno eleitoral” (RIBEIRO, OLIVEIRA E GALDINO, 2010, p. 839). Outra possível motivação para tal cenário é a incorporação dos interesses do legislativo pelo Executivo, que passa a representá-los nesta arena (PINHEIRO, 2008).

Na América Latina, em especial, “os Congressos Nacionais são vistos como fracos e reativos em comparação com suas presidências”⁶ (SPOHR E SILVA, 2018, p. 596). Além disso, os legislativos latino-americanos tendem a utilizar o instrumento de delegação de poder, principalmente no desenvolvimento da política externa (NETO E TAFNER, 2002 *apud* SPOHR E SILVA, 2018).

Nesta dissertação, segue-se a segunda perspectiva – de que na América Latina, os Congressos não têm preponderância em matérias de política externa e, assim sendo, a decisão é concentrada no poder Executivo. Essa valorização pode ser explicada por três fatores: “(i) o Presidente concentra o poder político; (ii) os congressos carecem ou tem fracas capacidades

⁶ Tradução Livre. Texto original: “*Congresses in Latin American countries are generally perceived to be weak and reactive compared to their presidencies*”.

constitucionais e técnicas sobre a temática; e (iii) os atores percebem que esta arena gera um baixo retorno eleitoral” (LOPEZ, 2015, p. 3)⁷.

Contudo, é importante destacar que o papel dos legislativos não é considerado irrelevante para a produção de política externa, dado sua capacidade de interferir e, em determinados aspectos, vetar o Executivo. O argumento que aqui se segue é de que o legislativo delega poderes ao Executivo para que este encabece as negociações com outros Estados.

Partindo então da premissa de que o poder Executivo se sobressai em relação ao legislativo em matérias de política externa, quem detém o poder efetivo de liderança dos países da América Latina no âmbito internacional? Para responder essa questão é necessário identificar alguns elementos relacionados aos chefes de governo, dentre os quais estão o “grau de responsabilidade originária, sua autoridade relativamente à chancelaria, sua relação com a opinião pública e com o Legislativo” (DANESE, 1999, p. 68).

Os regimes presidencialistas da América Latina, em geral, podem ser descritos como assimétricos, desequilibrados, hiperpresidenciais ou concretados (MALAMUD, 2005). Essa característica dos sistemas latino-americanos está relacionada a formação dos Estados nacionais da região, marcada por uma “propensão para a acumulação de poder no mais alto nível do Executivo” (MALAMUD, 2003, p. 715).

Na relação com o legislativo e com a opinião pública, há, por parte dos presidentes, uma preocupação e um diálogo com tais esferas (DANESE, 1999), diferente do que ocorreria em um sistema onde a diplomacia é exclusiva aos chanceleres. Essa premissa corrobora o exposto acima, de que apesar de uma dominância do Executivo em matérias internacionais, o legislativo tem sua importância sobre a política externa.

Quanto à relação com a opinião pública,

Os presidentes eram vistos como solucionadores de problemas eficientes porque tinham legitimidade popular e determinação para intervir. No entanto, as tarefas que realizaram não se basearam apenas em liderança carismática, mas também em capacidades institucionais (MALAMUD, 2005, p. 159)⁸

⁷ Tradução Livre. Texto original: “*el Presidente concentra poder político; (ii) los congresos carecen o tienen débiles capacidades constitucionales y técnicas sobre la temática; y (iii) los actores perciben que esta arena genera un bajo rédito electoral*”

⁸ Tradução Livre. Texto original: “*The presidents were perceived to be efficient problem solvers because they had popular legitimacy and the determination to intervene. However, the tasks they performed were not merely based on charismatic leadership but also on institutional capabilities*”.

Isso acaba por refletir uma intensa preponderância dos presidentes sobre a elite governante. Assim, um olhar sobre a atuação presidencial latino-americana em matérias diplomáticas, por exemplo, mostra senão a dominância dos presidentes sobre tal esfera, um estreito vínculo entre a chancelaria e as preferências dos chefes de governo.

Desse modo, o que se percebe na região é a prática da diplomacia presidencial, ou diplomacia de cúpula⁹. Esse conceito se refere à “condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo.” (DANESE, 1999, p. 67). Além disso, Malamud (2019) completa que

A diplomacia presidencial é o uso costumeiro de negociações diretas entre presidentes nacionais, e não diplomatas profissionais, toda vez que uma decisão crucial precisa ser tomada ou um conflito crítico precisa ser resolvido. Por sua vez, o estilo sul-americano do presidencialismo concede ao chefe do Executivo o poder de fechar acordos sem buscar a aprovação dos parlamentos ou do gabinete (MALAMUD, 2019, p. 54)¹⁰

Esse conceito tem relação com as reuniões de cúpula entre os Estados. Num cenário globalizado, esses encontros são cada vez mais frequentes e nesse espaço, em que os presidentes (e outros representantes de governo) têm uma interação mais direta (MEDEIROS, MESQUITA E CABRAL, 2015), são debatidas suas preferências acerca de questões que delineiam as relações internacionais.

Na América Latina fica explícita a diplomacia presidencial quando observados os processos de integração regional e, especialmente, o MERCOSUL: um projeto calcado em planos nacionais e interesses intergovernamentais, levados a cabo pelos presidentes Sarney e Alfonsín e continuados por Collor e Menem. É interessante notar que a estrutura do bloco segue o mesmo padrão das reuniões de cúpula: “chefes de estado lidam com questões políticas nos principais órgãos de tomada de decisão, enquanto questões técnicas são tratadas nos níveis mais baixos da organização”¹¹ (MEDEIROS, MESQUITA E CABRAL, 2015, p. 106).

⁹ Apesar de serem sinônimos, Danese (1999) indica que a diplomacia de cúpula se refere, especificamente, à liderança diplomática realizada pelo chefe de governo/Estado em oposição àquela praticada por burocracias estatais.

¹⁰ Tradução Livre. Texto original: “*Presidential diplomacy is the customary use of direct negotiations between national presidents rather than professional diplomats every time a crucial decision has to be made or a critical conflict needs to be solved. In turn, presidentialism South American style grants chief executives the power to strike deals without seeking approval by either parliaments or cabinet.*”

¹¹ Tradução Livre. Texto original: “*heads of state deal with high policy issues in key decision-making bodies, while technical issues are dealt with at lower levels of the organization*”.

Além disso, também pode ser vista a ação da diplomacia presidencial nas negociações e acordos de segurança entre Menem, Cardoso e De la Rúa, nos quais esses presidentes utilizaram suas prerrogativas para sobrecarregar outros atores com poder de veto, como os Ministérios e o Congresso. Isso não ocorreria em casos de regimes parlamentaristas ou naqueles em que há equilíbrio dos poderes (MALAMUD, 2005).

Esses exemplos lançam luz sobre os impactos das atitudes de líderes sobre a formulação da política externa. Principalmente em se tratando de países cuja liderança tem alto grau de concentração nas mãos dos presidentes, as relações internacionais tendem a ser reflexo de suas prioridades. Desse modo, o capítulo a seguir explora os meios pelos quais as preferências domésticas afetam o meio externo.

3 IDEOLOGIA E POLÍTICA EXTERNA

Resumo do capítulo:

Após discutida a evolução política da América Latina e quem são os principais atores que influenciam a formulação de política externa nesses países, esse capítulo explora como as preferências dos líderes afetam as decisões de nível internacional e conclui apresentando, para alguns Estados da região, a atuação de seus presidentes no sistema internacional.

3.1 Ideologia e Política Externa se relacionam?

No ano de 2019, os presidentes Sebastián Piñera (Chile) e Iván Duque (Colômbia) propõem a formação de um novo Foro Regional de Diálogo com o objetivo de renovar a integração sul-americana. Assinam, então, a Declaração de Santiago que oficializa o Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL): Mauricio Macri (Argentina), Jair Bolsonaro (Brasil), Lenín Moreno (Equador), George Talbot (Embaixador da Guiana), Mario Abdo (Paraguai) e Martín Vizcarra (Peru).

O PROSUL emerge com a premissa de superar a UNASUL, apontada pelos líderes citados como um projeto ideológico da esquerda. Ao mesmo tempo, o Foro conta, entre seus signatários, com ao menos cinco presidentes identificados com a direita.

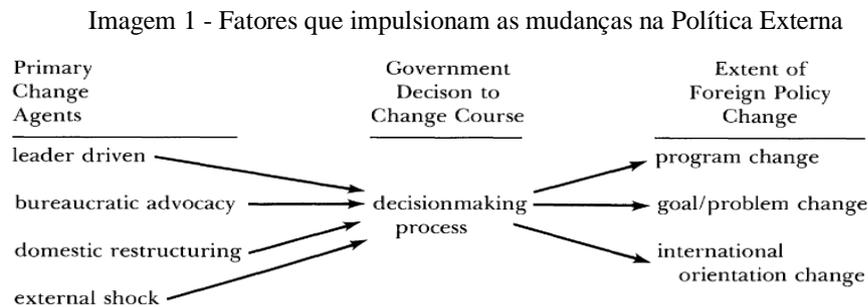
Essa breve descrição lança luz sobre os efeitos das mudanças ideológicas na política externa das democracias. Nestes regimes, as eleições livres, imparciais e competitivas são instituições fundamentais (DAHL, 1997; O'DONNELL, 1996) que aquecem o embate político-ideológico dos países e afetam a elaboração de programas de governo e as funções legislativas e executivas.

Tais perspectivas indicam que conhecer as estruturas domésticas é a base para entender a cooperação internacional, sendo os atores domésticos primordiais para este processo, pois é deles que deriva as preferências políticas (MILNER, 1997). Isso pode significar que “mudanças internacionais resultam da reconstituição dos sistemas políticos domésticos, mais do que de fatores sistêmicos”¹² (KRATOCHWIL, 1993, p. 63).

Hermann (1990) corrobora essa ideia destacando, ainda, que (i) as mudanças nas preferências ou no alinhamento das instituições e grupos que governam um Estado, (ii) a

¹² Livre Tradução. Texto original: “*international change resulted from the reconstitution of the domestic political systems rather than from systemic factors*”

natureza do sistema político e (iii) a relação dos setores dominantes influenciarão fortemente os rumos e alterações da política externa.



Fonte: reprodução de Hermann (1990, p. 13)

Desta forma, a análise das atitudes e reações dos Estados na política externa deve levar em consideração fatores domésticos, tais como as instituições e aparatos estruturais, pressão de grupos econômicos, lideranças e burocracias, reestruturações domésticas e fatores de produção.

Como afirma Putnam (1988, p. 151) sobre a lógica do jogo de dois níveis:

A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogode dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as conseqüências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos.

A ideologia atua então como um mecanismo de identificação dessas preferências e alinhamentos dos grupos que governam. Portanto, espera-se que as atitudes dos Estados em política externa sejam reflexo das preferências dos governantes que, por sua vez, são modeladas pelo seu posicionamento ideológico.

Corroborando esta perspectiva, Lopez (2015, p.4) aponta que existe uma “correlação positiva entre ideologia e posicionamento assumidos pelos legisladores em temas de política exterior”¹³. O autor ainda acrescenta que

Milner e Judkins (2004) apresentam achados sobre o posicionamento dos partidos frente aos tratados de livre comércio (TLC), mostrando como os de direita os promovem e os de

¹³ Tradução Livre. Texto original: *correlación positiva entre ideología y posicionamientos asumidos por los legisladores en temas de política exterior*”

esquerda assumem atitudes de bloqueio frente a este tipo de instrumento de política comercial (LOPEZ, 2015, p. 4)¹⁴.

Ademais, a literatura dispõe de diversos estudos que caminham no sentido de analisar o posicionamento dos partidos na condução do projeto de integração europeia (MARKS, WILSON E RAY, 2002; HOOGHE, MARKS E WILSON, 2002; KREPPEL E TSEBELIS, 1999); bem como latino e sul americana (ONUKE E OLIVEIRA, 2006; FELIÚ E ONUKE, 2014; LOPEZ, 2015; MEDEIROS ET AL, 2017). Há ainda aqueles que levam em consideração o impacto da ideologia sobre as negociações comerciais (MILNER E JUDKINS, 2001) e sobre seus efeitos em instituições internacionais (PORTRAFKE, 2009).

As preferências que delineiam a política externa são respostas não somente aos ambientes institucional e psicológico, mas também, às restrições cognitivas dos tomadores de decisões (HOLSTI, 2015). Ou seja, as crenças e expectativas, provenientes das configurações ideológicas, determinam o ponto de partida dos indivíduos no conflito político (MEDEIROS ET AL, 2017). Uma vez que, cabe aos partidos a representação das preferências da sociedade (PANEBIANCO, 2005 *apud* MEDEIROS ET AL., 2017), bem como o desenvolvimento de uma agenda que atenda a tais prioridades, é esperado que suas atitudes políticas reflitam a ideologia a qual esses grupos se atêm (MARKS, WILSON E RAY, 2002).

3.2 Ideologia e Política Externa, como se relacionam?

Reestruturações domésticas e choques externos são fenômenos fundamentais para definição da orientação internacional e da agenda em política externa (HERMANN, 1990). Assim, como exposto anteriormente, para compreender a cooperação internacional é necessário conhecer os atores domésticos, pois é a partir deles que se determinam as prioridades e preferências políticas.

Hooghe, Marks e Wilson (2002), analisando o papel da ideologia partidária na integração europeia, demonstraram uma forte relação em forma de um U invertido entre as dimensões esquerda/direita e as preferências pela integração regional, sendo os partidos mais centristas, pró-integração, enquanto os periféricos se apresentavam como anti-integração.

Partidos de extrema Esquerda e extrema Direita compartilham o euroceticismo; partidos mais ao centro, inclusive os Social Democratas, Cristão Democratas, Liberais e Conservadores, em geral dão mais apoio à integração Europeia. Quando traçadas as posições das famílias

¹⁴ Tradução Livre. Texto original: “*Milner y Judkins (2004) presentan hallazgos sobre el posicionamiento de los partidos frente a los tratados de libre comercio (TLC), mostrando como los de derecha los promueven y los de izquierda asumen actitudes de bloqueio frente a este tipo de instrumentos de política comercial*”

partidárias, combinando a dimensão Esquerda/Direita com uma dimensão ortogonal que indica o grau de apoio à integração Europeia, o resultado é um U invertido (HOOGHE, MARKS E WILSON, 2002, p. 968)¹⁵.

Uma possível explicação desse fenômeno está relacionada às estratégias partidárias, uma vez que os partidos barganham e manipulam pautas, inclusive de política externa e integração regional, a fim de atingir seus objetivos (SCOTT, 2001 *apud* HOOGHE, MARKS E WILSON, 2002). Assim, como alas mais extremas tendem a rejeitar a ideia de ultrapassar as barreiras do nacionalismo, construindo um plano integrado, o euroceticismo foi claramente percebido nos programas desses partidos. Por outro lado, o projeto de integração europeia é produto das demandas de atores de centro-direita, centro e centro-esquerda.

As principais questões que demonstraram divergências entre o posicionamento da esquerda e da direita no processo europeu foram: (i) a escolha entre uma Europa neoliberal e uma economia regulada; (ii) as políticas ambientais; (iii) e o direcionamento das políticas de coesão e emprego. Os partidos de cunho social democrata davam maior apoio à integração pautada nas bases ambientalistas e trabalhistas, enquanto a direita se voltava para um projeto de criação de mercado regional (HOOGHE, MARKS E WILSON, 2002). Em suma, a tendência é de que “o apoio de um partido à integração europeia diminua com a distância do centro da dimensão Esquerda / Direita” (Idem, p. 969).

Ainda sobre os projetos europeus, Kreppel e Tsebelis (1999) apresentam achados relevantes quanto ao papel da ideologia, dentre os quais, podem se destacar: (i) a principal divisão dentro do Parlamento Europeu (PEU) é entre direita e esquerda; (ii) a votação no PEU é embasada pela ideologia, mais do que pela nacionalidade, ainda assim, isso não significa que partidos de nações diferentes – e com mesma ideologia – votarão sempre da mesma maneira; (iii) os partidos socialistas têm maior participação e coesão; e (iv) a esquerda apresenta mais iniciativas e propostas de votações em plenário.

Enfatizando o primeiro ponto, os autores argumentam que, entre os anos de 1989 e 1994, as diferenças entre o PEU e o Conselho Europeu eram, principalmente, ideológicas, sendo o primeiro órgão dominado pela esquerda, enquanto o Conselho era pela direita (KREPPPEL E TSEBELIS, 1999). Dessa forma, o Parlamento se posicionava a favor de regulamentações

¹⁵ Tradução Livre. Texto original: “*Extreme Left parties and extreme Right parties share Euro-skepticism; parties in the middle, including most Social Democratic, Christian Democratic, Liberal, and Conservative parties, are generally much more supportive of European integration. When one charts the positions of party families combining a Left/ Right dimension with an orthogonal dimension indicating level of support for European integration, the result is an inverted U*”.

relacionadas ao meio ambiente, saúde, segurança dos trabalhadores e de políticas sociais. O Conselho, por sua vez, se posicionava contra (Idem).

Tarouco e Madeira (2013) também encontram tais premissas no Brasil. Os autores demonstram que governos liderados por partidos de esquerda, enquanto representantes das classes trabalhadoras, priorizam os gastos sociais, visto que constituem medidas redistributivas. Estas preferências se refletem nos resultados macroeconômicos do Estado. A esquerda, em particular, afeta o nível de ajuda externa de um país e tende a ser mais generosa com Estados de terceiro mundo. Essa relação funciona a longo prazo, e, geralmente, através de instituições de assistência e gastos sociais (THÉRIEN, 2000). A direita, por outro lado, como representante das elites, dirige seu foco para as políticas de ajuste fiscal e tende a restringir ajudas externas (THÉRIEN, 2000; TAROUCO E MADEIRA, 2013).

Ainda neste sentido, mas trazendo um olhar para o caso sul americano, Onuki e Oliveira (2006) apontam que dentro da dicotomia centro-esquerda/centro-direita há tanto elementos catalisadores, como entraves à integração regional. Mas o que diferencia essas alas são seus projetos, “ora mais comercial, ora mais político; ora mais estatal, ora mais societal, e assim por diante” (ONUKE E OLIVEIRA, 2006, p. 153). Os autores atentam que, para além da ideologia, os estudos sobre integração regional devem levar em consideração “aspectos relacionados aos regimes políticos, ao fenômeno do nacionalismo e às forças político-partidárias que operam no sistema político” (Idem).

Em linhas gerais, o argumento que emerge dessas correntes teóricas é que: grupos posicionados nos extremos do espectro ideológico desenvolvem uma atuação mais nacionalista e protecionista e criam barreiras à integração. Enquanto, no caminho oposto, os partidos mais próximos ao centro valorizam uma maior atuação junto a outros Estados, uma vez que veem vantagens no processo integrativo e na inserção no sistema internacional. São, então, os meios sobre como tal processo deve se desenvolver que separa esquerda e direita.

Assim, desconsiderando os pontos extremos, a dicotomia esquerda-direita tem como principais diferenças as pautas defendidas em suas respectivas agendas: a esquerda dá maior suporte ao desenvolvimento social e político, além de defender também uma integração voltada aos Estados em desenvolvimento e com ampla participação estatal. A direita, por sua vez, enfatiza mais os tópicos comerciais, a redução da intervenção do Estado e o contato com as nações de primeiro mundo (ONUKE; OLIVEIRA, 2006).

As convergências entre partidos, ou coalizões, de direita/centro-direita e esquerda/centro-esquerda são registradas em temas como respeito ao Direito Internacional, ou apoio ao multilateralismo. Entretanto, a integração regional é um divisor de águas, em que a direita a considera desvantajosa e impulsiona a abertura ao mundo como estratégia, enquanto a esquerda a promove. Por outro lado, enquanto a direita aposta na priorização das relações com países desenvolvidos, a esquerda aposta nas relações Sul-Sul (LOPÉZ, 2015, p. 5)¹⁶.

Em outras palavras, as preferências ideológicas dos governos são refletidas no interesse nacional. Como partidos de esquerda, na América Latina, buscam um desenvolvimento mais voltados à perspectiva *cepalina* – ou seja, calcado num progresso mais social, que econômico, que fosse capaz de superar a dependência das nações ricas, promovendo um mercado regional autossuficiente (BAUMANN, 2005) – governos liderados por essa ala tenderão a reforçar suas relações com países em desenvolvimento e atenuar com os desenvolvidos. A direita, por outro lado, vê nos Estados avançados a oportunidade de não só incrementar o comércio exterior do país, mas também seu poder de influência nas arenas internacionais. Ademais, associada ao neoliberalismo, a direita tende a uma defesa da abertura econômica unilateral, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação da economia (BANDEIRA, 2002).

Nesse sentido, o comportamento das alas esquerdistas referente à proximidade com países em desenvolvimento retoma às origens marxistas do pensamento, o qual também serve de base para a teoria da dependência. A partir deste olhar, os países da América Latina se encontram em uma situação de subordinação aos Estados ricos por três principais motivos histórico-estruturais:

O primeiro seria a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes (produtos primários e com baixo valor agregado) em relação ao preço dos produtos industriais ou com maior valor agregado importados dos países centrais, num processo de transferência de valor (ou, dito de outra forma, num processo de perda nos termos de troca). O segundo seria a remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, pela razão dos primeiros importarem capital dos últimos. Por fim, o terceiro seria a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando em altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes periféricos, colocando os mesmos à mercê do ciclo de liquidez internacional (DUARTE E GRACIOLLI, 2007).

Deste modo, um meio de rompimento desse ciclo de dependência é através de alianças e parcerias entre os Estados periféricos, para que assim constituam um espaço autossustentável e aumentem o grau de liberdade de suas políticas econômicas (DUARTE E GRACIOLLI,

¹⁶ Tradução Livre. Texto original: *Las convergencias entre partidos, o coaliciones de partidos, de derecha/ centro-derecha e izquierda/centro-izquierda se registran en temas como el respeto del Derecho Internacional o el apoyo al multilateralismo. Mientras que la integración regional es un parteaguas, donde la derecha la considera desventajosa e impulsa la apertura al mundo como estrategia, mientras la izquierda la promueve. Por otra parte, mientras la derecha apuesta a priorizar las relaciones con los países desarrollados, la izquierda apuesta a las relaciones Sur-Sur.*

2007). Dado que na América Latina, os anos 1980 e 1990, com o advento e desenvolvimento do neoliberalismo, são marcados por essa relação de dependência dos países desenvolvidos (BRESSER-PEREIRA, 2007) a esquerda que começa a ascender no fim desse período, busca se estabelecer no cenário internacional de modo mais autônomo.

Sobre a atuação em instituições internacionais, Potrafke (2009) demonstrou que a ideologia dos governos de 21 países da OCDE afetou o alinhamento destes com os Estados Unidos nas votações da Assembleia Geral da ONU (UNGA). Governos de esquerda apresentaram maior distanciamento dos EUA enquanto os de direita pareceram ser mais favoráveis às políticas estadunidenses. Interessante que os governos de esquerda se mostraram mais anti-americanistas do que pró-soviéticos. A polarização entre países e ideologias se deu, principalmente, quando tratado de temas como as políticas comerciais e as capacidades militares estadunidense (POTRAFKE, 2009).

Dreher e Jensen (2013), também exploram o alinhamento dos países, na UNGA, com os Estados Unidos. Eles analisam duas categorias as votações-chave e comuns. Como variável explicativa, consideram as mudanças de governos. Esperava-se transições de governos da direita para a esquerda afetasse a proximidade com os EUA. Contudo, seus achados mostram que em votações comuns não há efeitos significativos das trocas de líderes sobre o alinhamento com os votos estadunidense, mas nas votações-chave novos líderes tendem a segui-los, tendo em vista, a possibilidade de ganhos materiais (DREHER E JENSEN, 2013).

Finalmente, quanto as atitudes dos governos sobre o comércio internacional, Milner e Judkins (2001) argumentam que a polarização esquerda-direita, e suas variante, afetarão o posicionamento do país em matéria de política comercial. Os autores concluem que, para 25 países desenvolvidos no período de 1945 a 1998, nesses Estados a esquerda tende a apresentar políticas mais protecionistas. Contudo, também demonstram que os sistemas presidenciais induzem os partidos a serem mais favoráveis ao livre comércio, mesmo que estes sejam de esquerda. Por outro lado, a globalização é outro fator que tem efeitos sobre o comportamento dos partidos em grandes países, tornando-os mais protecionistas (MILNER E JUDKINS, 2001).

3.3 A condução da Política Externa latino-americana

Nesta seção será realizada uma breve revisão histórica acerca da condução da política externa pelos presidentes dos países latino-americanos, destacando-se a conjuntura em que se inseriam, bem como suas principais medidas para o âmbito internacional.

A escolha dos países destacados nesta seção seguiu alguns critérios como o peso do país na região, o nível de atividade em política externa e a disponibilidade de textos acadêmicos que analisem a atuação presidencial no nível sistêmico. Esses critérios se dão pelo fato de que em alguns casos, como situações de graves crises internas, desestabilização política e transições de regimes, por exemplo, fazem com que a política externa seja relegada a segundo plano e, dessa forma, o espaço para estudos sobre o tema, se torna mínimo.

Assim, esta seção explana as políticas externas quatro países latino-americanos: dois sul-americanos (Argentina e Brasil), um centro-americano (Costa Rica) e um norte-americano (México).

O primeiro a se tratar é a *Argentina*, pela dinamicidade de sua atuação internacional e pela dualidade que enfrenta entre apoiar o Brasil ou os Estados Unidos enquanto líder regional. Além disso, o país tem um papel central na como sócio fundador do bloco mais avançado na América do Sul, o MERCOSUL.

Depois é tratada a política externa do *Brasil*, por seu papel de líder regional – ou pela constante busca por esse *status quo* – e pelas suas dimensões e capacidade produtiva, que são as maiores da América Latina e acabam atraindo a atenção do mundo, levando o país a desenvolver uma política internacional muito ativa.

Em seguida será explorada a *Costa Rica*, que apesar de ter sua política externa ainda pouco discutida, teve uma atuação internacional diferente daquela empregada por países maiores. Seu foco se deu principalmente sobre o uso de *soft power*, pela luta por direitos humanos e investimento na sustentabilidade. Não à toa, um de seus presidentes foi Nobel da Paz e o país foi um ator importante para a região da América Central no processo de pacificação da Nicarágua.

E finalmente, é apresentada a condução da política externa do *México*, único país latino-americano na América do Norte. O fato desse Estado fazer fronteira com os Estados Unidos faz com que suas relações com a potência sejam muito mais intensas, tanto no sentido de alimentar uma dependência, quanto de impulsionar rivalidades. Além disso, o México também se coloca como candidato à liderança regional, incentivando disputas com o Brasil.

3.3.1 Argentina

O primeiro presidente da nova democracia argentina foi Raúl Alfonsín, eleito em 1983. Ao assumir a presidência, Alfonsín se deparou com uma conjuntura conturbada na região, marcada pela crise da dívida na América Latina, a guerra na América Central e a existência ditaduras militares em vários países vizinhos (Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) (JIMÉNEZ, 2010). Além disso, tinha início a abertura político-econômica da União Soviética e se expandia o neoliberalismo (Idem).

Suas atitudes em Política Externa se pautavam na busca pela cooperação e harmonia internacional; eram orientadas para uma maior autonomia no sistema internacional e, ao mesmo tempo, voltada para os projetos regionalistas (SARAIVA E TEDESCO, 2001; JIMÉNEZ, 2010), que o levou a se aproximar de José Sarney no Brasil e de Siles Zuazo¹⁷, da Bolívia. Junto a este último, Alfonsín estabeleceu uma comissão mista Argentina-Bolívia como um instrumento de ampliação do intercâmbio comercial (TINI, 2008).

Assim, há três importantes marcos da política externa de Alfonsín: (i) a ressignificação da “ocidentalidade da Argentina”; (ii) a reformulação da participação dos Não-Alinhados; e (iii) a busca pela convergência política e econômica entre a Argentina e outras nações em desenvolvimento por meio das “alianças seletivas” (BERNAL-MEZA, 2002).

Já nos primeiros anos da década de 1990, com a eleição de Carlos Menem, e intensificação do pensamento neoliberal, as alianças políticas e econômicas da Argentina foram reformuladas (SARAIVA E TEDESCO, 2001). A nova agenda da política externa buscava prestígio externo, credibilidade e confiabilidade, que atendesse os “valores hegemônicos universalmente aceitos” (BERNAL-MEZA, 2002).

Assim, o foco da administração de Menem era a desmilitarização da diplomacia e, principalmente, a estabilização econômica (DIAMINT, 200). Portanto, para alcançar o crescimento almejado, foi essencial o reestabelecimento das relações com o Reino Unido e uma renovação das relações com os Estados Unidos (SARAIVA E TEDESCO, 2001).

Uma década mais tarde, Menem é substituído por Fernando De La Rúa. *“Desde los primeros días de su gestión (diciembre de 1999), el nuevo gobierno buscó diferenciarse del*

¹⁷ Zuazo foi o primeiro presidente da nova era democrática boliviana. Governou até 1984, sob um cenário de hiperinflação, déficit fiscal, enfraquecimento da COMIBOL, luta ao narcotráfico e até mesmo seu sequestro (CÂMARA, 2006; TINI, 2008).

anterior” (BERNAL-MEZA, 2002, p. 80). Entre as estratégias do governo no campo das relações exteriores, é possível destacar a integração política e econômica com a América do Sul, o fortalecimento da paz e segurança internacionais e a busca pela democratização do sistema internacional (Idem).

Na prática, contudo, as atitudes de De la Rúa foram alvos de amplas críticas que apontavam que o alinhamento automático da Argentina com os Estados Unidos ainda perdurava e que as ditas “novas estratégias” não haviam se consolidado de fato. Assim, a ênfase dada ao MERCOSUL servia de meio para elevar as negociações com os Estados Unidos e, além de o governo com frequência reiterar a oposição a Cuba, votou junto com os EUA, União Europeia e Uruguai pela moção de condenação ao país cubano (BERNAL-MEZA, 2002). Além das críticas que sofria, De la Rúa era acusado de imobilismo e de uma administração sem objetivos e sem foco nas negociações internacionais (DIAMINT, 2003).

No final de 2001 De la Rúa renuncia após decretar estado de emergência e ser alvo de diversos protestos contra sua gestão. Foi sucedido, então, por Adolfo Rodríguez Saá que governou o país por apenas 8 dias. Em 02 de janeiro de 2002 o Congresso argentino nomeou Eduardo Duhalde como novo presidente do país.

Dado o curto e conturbado passado, não se formaram muitas expectativas sobre o governo de Duhalde (DIAMINT, 2003). O principal foco de sua gestão era a renegociação da dívida externa e a recuperação da confiança de investidores internacionais (Idem).

Em nível regional, Duhalde buscou o MERCOSUL como apoio para enfrentar a crise (DIAMINT, 2003) e, em consequência, se aproximou bastante do Brasil, impulsionando o desenvolvimento de alianças estratégicas e aceitando o papel brasileiro de líder regional, uma vez que necessitava da ajuda do país para se recolocar no cenário internacional (CANDEAS, 2010). Europa e Estados Unidos, por sua vez, se mantiveram alheios à crise Argentina (Idem).

Ao fim de seu mandato, Duhalde havia conseguido dá fôlego suficiente à recuperação argentina. Em maio de 2003, apoiado por Duhalde, Néstor Kirchner é eleito.

Sua candidatura consolidou-se absorvendo votos da centro-esquerda e do peronismo, na medida em que o eleitorado passava a encará-lo ao mesmo tempo como progressista, não ligado às elites tradicionais, com maior viabilidade político-partidária e, sobretudo, como continuidade da recuperação iniciada por Duhalde (CANDEAS, 2010, p. 235).

Sua liderança foi marcada pelo amplo acúmulo de poder e pela restrição aos tomadores de decisões. Essa situação marcou seu governo por um caráter *hiperpresidencialista*, ou seja, por uma hegemonia do poder Executivo sobre os outros poderes (CANDEAS, 2010).

A preocupação central de Kirchner se dava na recuperação do cenário doméstico antes do externo, ainda assim, no plano internacional apresentou uma postura pró MERCOSUL e mais avessa ao alinhamento com os Estados Unidos (CANDEAS, 2010).

“A diplomacia presidencial, intensa nos períodos Alfonsín e Menem, praticamente inexistente com De La Rúa e relançada com Duhalde, adquire papel central na gestão Kirchner” (CANDEAS, 2010, p. 243). Nesse sentido, o chanceler Rafael Bielsa afirma que a prioridade das relações argentinas se dá com o Brasil e o MERCOSUL, seguida das relações com o Chile (DIAMINT, 2003).

Em parceria com Lula, Kirchner reafirmava a convergência de valores e objetivos entre os países e o interesse pelo processo de integração regional. Também desenvolve um alto nível de coordenação bilateral, principalmente nas negociações com a União Europeia, da ALCA e da OMC (CANDEAS, 2010).

A gestão de Néstor Kirchner é sucedida, em 2007, pela de Cristina Fernandez de Kirchner – a primeira mulher eleita por voto direto no país. A presidente deu segmento a política de seu antecessor, aprofundando ainda mais as relações Argentina-Brasil. “Esse relacionamento [...] caracteriza-se pelo elevado grau de institucionalização e pela complexidade crescente da agenda” (CANDEAS, 2010, p. 253).

Para além do aprofundamento das relações com o Brasil, Fernández também o fez com a Venezuela. A Argentina, então, encontrou em Chávez o único comprador externo de títulos da dívida, além de um interessado em investir em petróleo e derivados no país após o cancelamento dos pagamentos da dívida externa. Além disso, o governo venezuelano garantiu a contenção das guerrilhas colombianas das FARC no território argentino (CORIGLIANO, 2011). Outros países que a Argentina aprofundou relações no mandato de Fernandez foi a China e o Irã (Idem).

O fim da era *kirchnerista* se dá em 2015 com a eleição de Maurício Macri. Diferente de seus antecessores, o foco de Macri não recai mais sobre a inserção regional da Argentina, mas sim global (FRENKEL, 2016). Assim, as críticas feitas anteriormente aos países primeiro

mundistas caíam por terra e a ideia de autonomia argentina era abandonada (Idem). “*La relación con los Estados Unidos constituiría otro de las dimensiones más notables del viraje en materia de política exterior del gobierno de Mauricio Macri*” (FRENKEL, 2016, p. 4)

3.3.2 Brasil

Após a ditadura militar brasileira, o primeiro presidente eleito foi Itamar Franco, em 1985. Contudo, pouco antes de sua posse, o presidente morre devido a complicações de saúde. Assume então a presidência, seu vice José Sarney.

O governo Sarney é marcado pela tentativa de fortalecer o processo democrático e de estabilizar da economia através da luta contra os altos índices de inflação e do desenvolvimento dos Planos Cruzado, Bresser e Verão.

Na política externa, Sarney manteve a linha de ação de seu antecessor, mas priorizou as relações com a América Latina – principalmente com a Argentina e o Uruguai (DANESE, 1999), o que impulsionou os projetos iniciais de implantação do MERCOSUL. Esse posicionamento o aproximou muito da política empregada por Raúl Alfonsín na Argentina.

Foi a América Latina a área em que ocorreu o maior número de trocas de visitas, encontros presidenciais (na fronteira ou em cidades do interior brasileiro), reuniões multilaterais de cúpula e projetos de inspiração presidencial, seja como resultado de iniciativas brasileiras, seja como consequência do fenômeno do florescimento da diplomacia presidencial em toda a América Latina democrática – um fato que foi criando uma agenda presidencial obrigatória no continente, na qual a ausência, por si só, tinha um preço político (DANESE, 1999, p. 442).

É também nesse período que o Brasil começa a incorporar as premissas neoliberais de Thatcher e Reagan. Porém, ao mesmo tempo em que se iniciava um processo de abertura comercial, o país buscava um desenvolvimento mais autônomo em relação aos Estados Unidos (PRADO E MIYAMOTO, 2010).

A diplomacia presidencial da era Collor é objeto de embate na literatura. De um lado, argumenta-se que sua atuação ficou muito aquém daquela praticada por Sarney e a diplomacia de cúpula era um instrumento para projetos próprios (DANESE, 1999). Fora a gradual implementação do MERCOSUL, que só avançava graças as reuniões do Conselho, a política externa se tornou uma rotina, “funcionando quase sempre como mera oportunidade de promover encontros paralelos e gerar uma certa familiaridade entre os presidentes” (Idem, p. 452).

Por outro lado, advoga-se que Collor inaugurou uma era de forte diplomacia presidencial (CASARÕES, 2011), marcada por um equilíbrio entre os interesses domésticos e as pressões de uma nova ordem mundial, que o levou a abandonar o nacional desenvolvimentismo praticado em governos anteriores (Idem).

O fato é que, durante seu curto mandato, Collor retomou os interesses pelos Estados Unidos, que para além de um alinhamento automático, se apresentava como uma forma de americanismo (CASARÕES, 2011) e, além disso, buscou apresentar aos países desenvolvidos “um novo estilo de administração”, marcada por uma agenda focada em pautas comerciais e financeiras e, também, por aquelas de agrado à opinião pública como meio ambiente, direitos humanos e consolidação da democracia (DANESE, 1999). Mas as dificuldades internas enfrentadas não somente por Collor, mas também por Franco, impediu-os de explorar maiores oportunidades nas relações externas.

Em meio as crises econômica e política, Itamar Franco assume a presidência com o objetivo principal de acalmar as tensões internas, garantir a continuidade de uma democracia recém-inaugurada e recuperar a imagem do Brasil no cenário internacional. “A ação diplomática refletia projeto de inserção internacional baseado, no plano conceitual, no Brasil como um “país baleia”, com interesses múltiplos na dinâmica de globalização da economia mundial” (SANTANA, 2006, p. 10).

Nesse sentido, Franco buscou recuperar uma boa imagem não somente com os centros ocidentais de poder, mas também com a Índia, China, Rússia e Japão, além de buscar a consolidação do país como líder regional (Idem).

Quando assumiu a presidência, Fernando Henrique Cardoso se deparou com três situações na política externa:

1) um patrimônio e uma experiência anterior consideráveis, ainda que desiguais ao longo da sua história; 2) um ressurgimento do Brasil para a vida internacional e regional, com a estabilização proporcionada pelo Plano Real, a abertura da economia, as perspectivas de crescimento e fortalecimento do mercado brasileiro e o interesse gerado pela eleição, logo no primeiro turno, de um homem público com intenso trânsito internacional e um perfil cosmopolita; e, 3) um inegável *déficit* de presença internacional do país e particularmente de diplomacia presidencial, em função da retração brasileira logo após os primeiros grandes problemas do governo Collor e em decorrência do recato da diplomacia presidencial de Itamar Franco (DANESE, 1999, p. 458).

Assim, Fernando Henrique aprofunda a busca de reconhecimento internacional do Brasil como "potência média", aspirando à liderança política no sul-americana e explorando a

dimensão comercial como a forma predominante de inserção internacional (BERNAL-MEZA, 1999).

A grande prioridade do governo FHC era a estabilização da economia brasileira. No plano doméstico isso representou o avanço do Plano Real – instalado no governo anterior – e o controle da inflação

Dessa forma, a diplomacia buscou consolidar a estabilidade econômica e a retomada do desenvolvimento de forma sustentável, por meio da abertura comercial e da atração de investimentos e tecnologias. Outras prioridades da política externa, durante o período, foram o Mercosul, o relacionamento com os vizinhos latino-americanos, as relações com o centro dos três pólos de poder econômico mundial (Estados Unidos, União Européia e Japão), as relações com os países continentais (China, Rússia e Índia), a implementação das diretrizes da Organização Mundial do Comércio, a reforma das Nações Unidas e a proteção de brasileiros no exterior (SANTANA, 2006, p. 11).

Segundo Danese (1999), a diplomacia presidencial desenvolvida por FHC parecia estar sendo criada do zero, em que a reflexão crítica e prospectiva das ações passadas, bem como a combinação equilibrada entre prática e discurso se mostraram instrumentos eficientes para a condução da política externa brasileira.

FHC “reuniu o maior acervo de discursos e pronunciamentos sobre política externa da história brasileira até aquele momento” (DANESE, 1999, p. 40). Além disso, o presidente “criou dois órgãos de assessoramento direto na área externa, ambos no âmbito do Conselho de Governo: a Câmara de Comércio Exterior [...] e a Câmara de Relações Exteriores e Defesa nacional” (Idem).

Já em 2002, a agenda externa de Luiz Inácio da Silva recaí, principalmente, sobre os processos de cooperação sul-sul. Intensificam-se as relações com a China, Índia e Rússia e são buscadas novas parcerias na África e no Oriente Médio. A busca por parceiros estratégicos privilegiava a América do Sul e as “nações-irmãs” da vizinhança (SANTANA, 2006). Além disso, Lula criticava a política externa brasileira corrente por ser submissa às diretrizes estabelecidas pelos EUA e pela Europa (BARBOSA, 2011).

No campo do comércio internacional, apesar de se manterem as tendências econômicas do período de FHC, Lula investiu na formação do G20, alcançando um novo patamar de negociações que atendia interesses não somente do Brasil, mas também de outros países em desenvolvimento, de modo que pudessem barganhar em pé de igualdade com os países ricos (SANTANA, 2006).

O governo Dilma Rousseff, por sua vez, encara “um declínio relativamente ao período correspondente aos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, quando se lidava com o conceito ‘ascensão’” (CERVO E LESSA, 2014, p. 133). Rousseff não priorizou a política externa brasileira e “apesar da manutenção de prioridades e de conceitos, faltou a figura de liderança presidencial para alavancar iniciativas próprias no âmbito externo” (SILVA, 2019, p. 29).

Esse fato pode ser explicado pelas conturbadas conjunturas interna e externa que se desenharam neste período:

A desaceleração do crescimento chinês gerou a diminuição da demanda por commodities, reduzindo seu preço. Isso gerou uma situação de crise no Brasil, que limitou a capacidade da expansão de programas sociais. Esta foi a condição externa que estimulou o ambiente de crise que vigorou desde o governo Rousseff, e com a qual o governo Temer lidaria (SILVA, 2019, p. 28).

Finalmente, durante seu mandato, Michel Temer defendia uma volta ao brilhantismo da política externa do país. Nesse sentido, o chanceler José Serra destacou que

a diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior. A nossa política externa será regida pelos valores do Estado e da nação, não do governo e jamais de um partido (SERRA, 2016 *apud* SARAIVA E VELASCO JR., 2016, p. 312).

É interessante notar que, em sua fala, o chanceler condena o enviesamento partidário da política externa de governos anteriores, sendo que o próprio tem claras preferências ideológico-partidárias e pretensões políticas (SARAIVA E VELASCO JR., 2016).

Outro ponto de inconsistência entre o discurso “anti-ideológico” e a prática de política externa, foi o tom com que o MRE passou a tratar os países latino-americanos governados pela esquerda, que se tornou mais ríspido, principalmente quando estes levantaram suspeitas sobre o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff (SILVA, 2019).

Apesar disso, o foco do governo Temer foi a recuperação da legitimidade econômica do país para atração de maiores investimentos estrangeiros. Entre suas medidas, podem ser destacados: o impulso comercial dado ao BRICS e o início das negociações para entrada na OCDE (SILVA, 2019).

3.3.3 Costa Rica

A chegada de Rodrigo Carazo à presidência costarrriquenha teve importantes efeitos sobre a política da América Central. Logo em seus primeiros meses de governo, o presidente permitiu que grupos de oposição à ditadura de Somoza, na Nicarágua, se reunissem em seu território para alinhamento de estratégias para a derrocado do ditador, bem como incentivou outros governos (Venezuela, México e Colômbia) a lutar pelo fim da ditadura nicaraguense (CAMACHO, 1999)

Apesar de presar pela autonomia e independência do país, quatro fatores da conjuntura internacional afetaram as atitudes de Carazo em política externa: (i) as mudanças na política norte-americana Carter-Reagan; (ii) a crise da América Central; (iii) a ascensão de novos atores na política internacional; e (iv) o processo de globalização política e econômica (ARAVENA, 1984).

As mudanças nas políticas norte-americanas foram um dos principais fatores que afetaram as atitudes costarrriquenhas desse período. “*A política da Costa Rica se viu imersa em dois discursos hegemônicos diferentes: o globalismo trilateral de Carter e o globalismo geopolítico de Reagan*” (ARAVENA, 1984, p. 21-22)¹⁸. Para mais, o processo de globalização significou o início de relações do país com 92 nações de diferentes regimes e ideologias.

Em 1982, assume a presidência Luis Alberto Monge, e nomeia como Chanceler Fernando Volio. O posicionamento de Volio, pró-Estados Unidos e contra os sandinistas, gerou conflitos com a presidência. Mais tarde, com a renúncia do Chanceler, assume Carlos Gutiérrez e anuncia, em acordo com Monge, a neutralidade da Costa Rica (CAMACHO, 1999). Em 1983, junto com México, Panamá, Colômbia e Venezuela, tem início o Grupo de Contadora¹⁹, uma iniciativa contra o intervencionismo estadunidense na América Central.

Em 1986 é eleito Oscar Arias Sánchez, defensor máximo da paz²⁰. Em 1987 Sánchez apresentou o Plano Arias, firmando um “*Procedimiento para Establecer la Paz Firme y Duradera en Centroamérica*” (ou *Acuerdo de Esquipulas II*). O plano obteve apoio não somente da América Central, mas também dos Estados Unidos (CAMACHO, 1999). Esse projeto foi

¹⁸ Tradução Livre. Texto original: “*La política costarricense se encontró inmersa en dos discursos hegemónicos distintos: el globalismo trilateral de Cárter y el globalismo geopolítico de Reagan*”

¹⁹ Junto com o Grupo de Apoio à Contadora, formado por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, teve origem ao Grupo do Rio, único fórum político exclusivamente latino-americano no continente no período.

²⁰ Em 1987 Sánchez ganhou o Nobel da Paz com os Esquipulas II

apresentado, ainda, para a América Latina e Europa, como um meio – exitoso – de recuperar a credibilidade do país (Idem).

Com o *Esquipulas II* teve início o processo de democratização, com efeito positivo inclusive para as relações do país com a Nicarágua (AVILÉS, 2007). O governo subsequente, presidido por Rafael Calderón Fournier, recebe os efeitos diretos das mudanças suscitadas na região desde o período anterior e, em janeiro de 1991, firma-se o Acordo de Cooperação Costa Rica-Nicarágua (Idem).

O principal foco do governo Fournier, ao contrário do de Arias, era sobre a economia e não sobre a política. Dessa forma, sua introdução no sistema internacional globalizado foi sendo feita pelas vias regional – através da integração econômica centro-americana –, hemisférica – com a Iniciativa para as Américas e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – e global – por sua participação nas negociações da OMC (SÁNCHEZ, 2004). Todas através de mecanismos comerciais e econômicos.

Além disso, o presidente buscou incorporar o modelo neoliberal, assim como vinha ocorrendo em toda a região. Apesar de as medidas anunciadas por Fournier não agradarem a população, levando a uma onda de tensão social no país e rupturas no governo, o presidente as manteve e enfatizou as relações comerciais com México, Venezuela e, ainda mais, com os Estados Unidos (SÁNCHEZ, 2004).

Dada essa situação de descontentamento com a gestão de Fournier, em 1994 a população elegeu José Maria Figueres Olsen como novo presidente da Costa Rica. Figueres defendia a bandeira do Estado de bem-estar social e contra as políticas de ajuste do período anterior (SÁNCHEZ, 2004). Olsen adotou uma estratégia de desenvolvimento sustentável e, além disso, se utilizou das práticas de diálogos bilaterais, conseguindo, assim, consolidar um melhor entendimento e uma cooperação com a Nicarágua (AVILÉS 2007).

Quando afetado pela crise mexicana, Olsen se viu obrigado a reverter sua política de “não diálogo” com a oposição, porém os níveis de popularidade do governo já haviam caído. Além disso, também não foi capaz de controlar os índices de inflação e de gastos públicos. Em pouco tempo, são suspensos empréstimos estrangeiros à Costa Rica e o país sofre um boicote internacional (SÁNCHEZ, 2004).

Sobre os dois presidentes seguintes, a literatura traz poucas análises sobre sua política externa. Assim, de maneira resumida, em 1998 Miguel Rodríguez Echeverría é eleito novo presidente da Costa Rica. Durante seu mandato, assinou tratados bilaterais de livre comércio com o Canadá, México e Chile, em preparação para a conclusão da ALCA (COHA, 2004). Por outro lado, suspendeu relações com a Palestina, não reconhecendo sua soberania.

Em nível doméstico, não foi capaz de estabilizar a economia do país, suas políticas de privatização levaram a greves de camponeses, trabalhadores e estudantes (COHA, 2004). Assim, em 2002 Rodríguez é substituído por Abel Pacheco de la Espriella. Sua principal proposta de governo era a de redução da pobreza no país, embasada no compromisso mundial firmado na Cúpula do Milênio, em 2000.

Em 2005, rivalidades com a Nicarágua levam a Costa Rica a denunciar o país na Corte Internacional de Justiça, alegando arbitrariedade aos “direitos de navegação à perpetuidade, acordados entre os dois países no Tratado Cañas-Jerez de 1858” (CARDONE, 2013, p.70). Esta disputa se alastrou até 2009.

Em 2006, reassume a presidência Arias Sanchez. Logo em seu primeiro ano, o presidente decide pela mudança da Embaixada da Costa Rica de Jerusalém para Tel Aviv – decisão essa contrária à tomada em por Alberto Monge em 1984 –, bem como pelo reestabelecimento das relações com a China (COHA, 2004).

Em 2007, a Costa Rica é eleita membro do Conselho de Segurança da ONU. E, em 2008, o país reconhece a soberania e estabelece relações diplomáticas com a Palestina – as relações com Israel se tornam mínimas. Porém, após alguns meses, em atuação conjunta com o Ministro de Relações Exteriores, Sanchez retoma o diálogo com o Primeiro Ministro Benjamín Netanyahu e o Presidente Shimon Peres (COHA, 2004).

No início de 2009 entra em vigor o acordo comercial entre a América Central, República Dominicana e Estados Unidos (DR-CAFTA). Esse acordo garantiu o acesso dos produtos da Costa Rica ao seu principal destino de exportação, os EUA (VICARIOLI, 2011). Nos últimos meses de seu mandato, Sanchez ainda impulsionou as negociações com a União Europeia, Chile, Canadá, Panamá e, especialmente, com a China (Idem).

Ao assumir o governo, em 2010, Laura Chinchilla Miranda busca a manutenção das relações já conquistadas, se valendo da neutralidade política, principalmente no que diz respeito

aos acordos históricos com os Estados Unidos e os novos com a China. Também aprofundou as relações com a região centro-americana e iniciou o processo de ingresso à OCDE e à Aliança do Pacífico (SEGURA ET AL., 2015).

Por outro lado, em outubro de 2010, explode um novo conflito fronteiriço com a Nicarágua que se estende até 2013. Em resumo, a disputa tem início com um processo de dragagem do rio San Juan pela Nicarágua. A Costa Rica acusava o país de Ortega de depositar os sedimentos retirados do rio em território Costarricense; em resposta, a Nicarágua enviou tropas para a Ilha de Calero (território da Costa Rica), argumentando que a Costa Rica tinha o interesse de expandir seu território. Chinchilla, responde à esta ação denunciando, na OEA, invasão militar e danos ambientais (GLOBAL VOICES, 2010).

Em 2014, Chinchilla Miranda é substituída por Guillermo Solís Rivera, que foi Ministro das Relações Exteriores entre 1980 e 1990. Durante seu mandato de 4 anos, Rivera manteve as linhas centrais da política exterior costarricense e buscou manter a premissa da exposição internacional para a valorização do nível doméstico (SEGURA ET AL., 2016). Isso refletiu numa política de proximidade entre aquilo que era matéria relações internacionais e a opinião pública

Nesse sentido, houve uma participação aberta do presidente Solís Rivera e do ministro das Relações Exteriores González Sanz em vários eventos públicos, onde eles fizeram uma apresentação do que se pretendia alcançar. Nesses cenários, foi levantada a necessidade de manter os princípios básicos política externa da Costa Rica, mas com a intenção de que se constituísse uma política externa do Estado (SEGURA ET AL., 2016, p. 4)²¹.

Para além disso, o presidente buscou aprofundar, ainda mais, as relações regionais – com América Central, Caribe e América Latina –, mas sem perder os vínculos conquistados com EUA, União Europeia e China. Já com a Nicarágua, conflitos pontuais, mas frequentes, continuam a se desenvolver sobre os mais diversos temas (Idem).

3.3.4 México

Quando Miguel de la Madrid é eleito presidente em 1982, o México enfrentava uma grave crise interna que não somente era afetada pelo sistema internacional – marcado por conflitos no Líbano e Afeganistão, pelo início da guerra nas Malvinas, por exemplo –, mas

²¹ Tradução Livre. Texto original: “*En este sentido, se produjo una abierta participación tanto del presidente Solís Rivera y del canciller González Sanz en diversos actos públicos, donde realizaron una presentación de lo que se pretendía alcanzar con esta. En estos escenarios se planteaba la necesidad de mantener los principios básicos de la política exterior costarricense, pero con la intención de que esta se constituyese en una política exterior de Estado*”

também traria sérios impactos sobre ele. Assim, Madrid traz em seu discurso o conceito de segurança nacional e destaca o papel da diplomacia como meio de garantir a soberania do país, bem como respaldar o desenvolvimento socioeconômico mexicano (HELLER, 1990). Nesse período, que se estende até 1988, “as relações com os Estados Unidos e o tema centro-americano ocuparam um lugar preponderante da política internacional mexicana”²² (Idem, p. 382).

O governo seguinte, liderado por Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) foi marcado pela intensificação da abertura comercial mexicana, dada a ascensão do paradigma neoliberal. Em 1990 Gortari negociava com os Estados Unidos um tratado comercial e, em 1991, “a economia mexicana era uma das mais abertas do mundo” (MACOUZET, 1994, p. 700)²³.

A agenda externa seguida por Gortari não apresentava claras separações entre as matérias políticas e econômicas – diferente da forma como foi a de Madrid (MACOUZET, 1994). Além disso, a sua condução no sistema internacional foi fortemente marcada por uma congruência entre o desenvolvimento econômico interno e a política externa e pelo pragmatismo (Idem). As atitudes mais importantes do governo –todas empreendidas com sucesso – foi a renegociação da dívida externa, controle da inflação e o aumento da capacidade produtiva (SALAZAR, 2004).

Apesar dos sucessos, principalmente econômicos, o governo de Salinas de Gortari teve um fim conturbado. Crises internas começaram a estourar e governo foi alvo de acusações de gastos excessivos e de sobrevalorizar a moeda. O México começava a sofrer os efeitos danosos da absorção de um volume excessivo de financiamentos externos (FFRENCH-DAVIS, 1997).

Somado a isso, teve início a revolta do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* que levou ao assassinato de diversos políticos, fuga de capital e queda nos indicadores econômicos (SALAZAR, 2004). “Em outubro de 1994, ocorreu o colapso das reservas internacionais” (Idem, p. 9).

Em dezembro de 1994 assume a presidência, em meio a denúncias de fraude e a graves crises econômicas, Ernesto Zedillo Ponce de León. Diante deste cenário, Ponce deu continuidade às políticas neoliberais e

²² Tradução Livre. Texto original: “*Las relaciones con Estados Unidos y el tema centroamericano ocuparon el lugar preponderante de la política internacional mexicana*”

²³ Tradução Livre. Texto original: “*en 1991 la economía mexicana era ya una de las más abiertas del mundo*”

Seguindo a linha iniciada pelo Chile e seguida pela Argentina, modificou o atual regime de pensões e introduziu os “Administradores de Fondos de Aposentadoria” de capitalização individual. No campo das relações econômicas, ele aprofundou os laços com os Estados Unidos, continuando a implementação dos acordos previstos no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (BERNAL-MEZA, 2007, p. 43)²⁴.

Os efeitos da crise mexicana reverberaram sobre toda a América, o que ficou conhecido como o *Efeito Tequila*²⁵.

Somente a partir de 1996 se inicia o processo de recuperação econômica que se estende até 2000 (SALAZAR, 2004). Comercialmente, a situação levou a uma forte dependência dos Estados Unidos. Então, em 1999 Zedillo, a fim de reduzir essa dependência acelera as negociações com a União Europeia para estabelecimento de um acordo de livre comércio (que entrou em vigor em 2000). Assim, constituiu “o primeiro caso de um acordo desse tipo assinado pela UE com um país latino-americano (não caribenho), exemplo que seria seguido pelo Chile em 2003” (BERNAL-MEZA, 2007)²⁶.

Em julho de 2000, Vicente Fox assume a presidência do México. Sua vitória eleitoral é resultado de uma série de mudanças estruturais e institucionais que levam a uma maior transparência, legitimidade e democratização do país (BERNAL-MEZA, 2007).

O novo presidente manteve as linhas de atuação no sistema globalizado e buscou incrementá-las através do processo de aprofundamento do NAFTA, de modo que o espaço regional se tornasse aberto à livre circulação de trabalhadores. Sua ambição era fazer da do bloco um modelo igual ao da União Europeia (Idem).

Fox queria modificar as relações com os EU em três direções: 1) incorporar novas questões na agenda bilateral; 2) procurar novos parceiros nos EUA; 3) buscar um novo programa conceitual de longo prazo de maior integração na região norte-americana. Mas várias questões negativas afetaram as relações bilaterais: migração, comércio, tráfico de drogas e segurança nas fronteiras, além de questões do México como país do Terceiro Mundo. A questão migratória ocupou a agenda central (BERNAL-MEZA, 2007)²⁷.

²⁴ Tradução Livre. Texto original: “*Siguiendo la línea iniciada por Chile y seguida por Argentina modificó el régimen de pensiones vigente e introdujo las “Administradoras de Fondos para el Retiro” de capitalización individual. En el campo de las relaciones económicas, profundizó los lazos con Estados Unidos, continuando con la instrumentación de los acuerdos previstos en el Tratado de Libre Comercio de América del Norte*”.

²⁵ Ver: FFRENCH-DAVIS, R. O efeito tequila, suas origens e seu alcance contagioso. Em: Os fluxos financeiros na América Latina: um desafio ao progresso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 25-39.

²⁶ Tradução Livre. Texto original: “*Con el fin de modificar el pronunciado sesgo dependiente comercialmente de Estados Unidos, en 1999 fueron concluidas las negociaciones con la Unión Europea, para el establecimiento de un tratado de libre comercio, el que entraría en vigor el año 2000 y constituyendo el primer caso de un tratado de este tipo firmado por la UE con un país latinoamericano (no caribeño), ejemplo que sería seguido por Chile en 2003*”.

²⁷ Tradução Livre. Texto original: “*Fox quiso modificar las relaciones con EE.UU. en tres direcciones: 1) incorporar nuevos temas en la agenda bilateral; 2) buscar nuevos interlocutores en EE.UU.; 3) buscar un nuevo*

Em paralelo às relações com o primeiro mundo, Fox também buscou diversificar a política externa mexicana, o que representou um aprofundamento e alargamento das interações com os países da América Latina (MUÑOZ, 2003). Contudo, essas relações foram amplamente criticadas devido às controvérsias que o México teve com alguns países da região (GONZÁLEZ E FLORES, 2013) – como Cuba e Venezuela –, principalmente, devido a diferenças ideológicas (FLORES, 2010).

Mesmo tendo avançado com o país, o legado de Fox não foi capaz de melhorar os índices econômicos que prendem o México no grupo de países subdesenvolvidos (BERNAL-MEZA, 2007). Em 2006, novas eleições levam Felipe Calderón à presidência por uma margem de diferença em relação a seu oponente extremamente pequena, reacendendo questões sobre a falta de transparência do sistema político (Idem).

Com a América Latina, Calderón buscou deixar claras as diferenças em relação aos seus antecessores, praticando uma diplomacia “profissional, construtiva, pragmática e discreta” (GONZÁLEZ E FLORES, 2013, p. 573). Assim, a política externa do período tinha um teor menos ideológico e que, portanto, buscava resgatar o apoio perdido dos governos de esquerda da América Latina para legitimar a democracia – que havia sido abalada por desconfianças sobre os resultados das eleições (FLORES, 2010). Já com os países desenvolvidos, por um lado Calderón tentou reduzir a interferência estadunidense no México e, por outro, priorizou as relações com o Canadá (Idem).

A crise de 2008 restringiu o poder de manobra de Calderón, que tentava fazer da política externa instrumento de desenvolvimento econômico. Além disso, a segurança nacional e a luta contra o narcotráfico conformaram aspectos centrais de sua atuação, fazendo com que embates acerca dos Direitos Humanos e defesa dos migrantes tenha sido relegada a segundo plano (FLORES, 2010).

Finalmente, entre dezembro de 2012 e 2018 o México foi liderado por Enrique Peña Nieto. Nesse período, o novo presidente busca manter uma relação mais amistosa com a América Latina, para assim ir retomando “a liderança do México como potência emergente” (PEÑA, 2012 *apud* CHABAT, 2014, p. 35).

programa conceptual de largo plazo, de una mayor integración en la región de América del Norte. Pero una serie de temas negativos afectaban las relaciones bilaterales: migración, comercio, tráfico de drogas y seguridad fronteriza, así como cuestiones propias de México como país del Tercer Mundo. El tema migratorio ocupó lo central de la agenda”.

Peña tinha planos ambiciosos para recuperar seu papel de ator global, dentre os quais podem se destacar:

1) promover uma melhor integração da América do Norte; 2) fortalecer a cooperação com a América Central e o Caribe; 3) recuperar o diálogo efetivo com a América do Sul; 4) consolidar-se como potência cultural ibero-americana; 5) consolidar uma aliança com a região Ásia-Pacífico; 6) promover o multilateralismo efetivo e 7) impulsionar o relacionamento com a União Europeia (CHABAT, 2014, p. 35)²⁸.

Apesar de suas ambições serem positivas para o desenvolvimento do México, o presidente fracassou em sua jornada, sendo seu governo acusado de corrupção e de violar os Direitos Humanos, pelo assassinato extrajudicial 15 pessoas e desaparecimento de 43 estudantes após um ataque feito por criminosos e policiais corruptos (EXAME, 2018). O ano de 2017 foi considerado o mais violento da história do país (CASARÕES, 2011). “Apesar desses resultados, Enrique Peña Nieto continuou a guerra ao narcotráfico iniciada no governo de Felipe Calderón e encabeçada pela cooperação bilateral com os Estados Unidos”²⁹.

Feitas as considerações acerca das relações entre lideranças, ideologias e política externa dos países da América Latina, o capítulo seguinte apresenta algumas formas de mensurar os conceitos de esquerda e direita e algumas variáveis que podem ser instrumentalizadas como *proxy* para análise da política externa.

²⁸ Tradução Livre. Texto original: “1) impulsar una mejor integración de América del Norte; 2) fortalecer la cooperación con Centroamérica y el Caribe; 3) recuperar la interlocución efectiva con América del Sur; 4) consolidarse como potencia cultural iberoamericana; 5) consolidar una alianza con la región de Asia-Pacífico; 6) impulsar un multilateralismo efectivo y 7) dinamizar la relación con la Unión Europea”.

²⁹ Tradução Livre. Texto original: *Aparte de estos resultados, Enrique Peña Nieto siguió con la guerra contra los narcos lanzada en el gobierno de Felipe Calderón y enca-bezada por la cooperación bilateral con Estados Unidos*

4 MENSURANDO IDEOLOGIA E POLÍTICA EXTERNA

Resumo do capítulo:

Esse capítulo tem o objetivo de apresentar formas de mensuração dos fatores discutidos até aqui. Assim, está dividido em duas partes: na primeira é realizada uma síntese de alguns estudos que classificam as ideologias da América Latina e, na segunda, são fornecidas variáveis que podem ser utilizadas para mensurar a política externa.

Analisar ideologia é um processo complexo e difuso. A literatura dispõe de grande número de estudos acerca das classificações ideológicas, contudo para cada objeto que se observa a tipologia empregada deve variar. Por exemplo, ao estudar o poder legislativo há trabalhos que tratam da ideologia dos legisladores através da auto-identificação e da identificação pelo outro (ALCÁNTARA SAEZ, 2004; LOPÉZ, 2015) e aqueles que levam em conta o posicionamento desses políticos em determinadas matérias (RIBEIRO, OLIVEIRA E GALDINO, 2010; CRUZ, KEEFER E SCARTASCINI, 2018). Entre as análises sobre o Executivo, pode se considerar como indicador as atitudes dos líderes em torno de pautas comerciais (HISCOX, 2001; MILNER E JUDKINS, 2001; 2004); em torno das organizações internacionais (POTRAFKE, 2009; DREHER E JENSEN, 2013).

Na América Latina, em particular, dentro das próprias alas ideológicas se fazem presentes divergências. Isso faz com que se torne difícil a tarefa de importar classificações ou mesmo exportá-las para outros países.

4.1 PARTE 1: MENSURANDO A IDEOLOGIA

4.1.1 Esquerda e Direita na América Latina: tipologias específicas

Como já descrito nos capítulos anteriores, a América Latina é uma região marcada por polarizações políticas, diversas transições governamentais, situações de conflitos internos e externos, períodos de instabilidade política e econômica, rivalidades e alianças. Logo, é de se esperar que as estratégias que as elites governantes adotam sejam variadas.

Neste sentido, partidos dentro de uma mesma ala ideológica podem entrar em conflito e/ou definir diferentes rumos para a condução política. A esse respeito, o quadro abaixo sintetiza algumas classificações presentes na literatura sobre a ala de esquerda no início da onda rosa:

Quadro 1 – Primeiros governos de esquerda na América Latina

País	Partido ³⁰	Presidente	Eleição	Tipo de Esquerda			
				Panizza 2005	Madrid 2010	Weyland 2010	Levitsky e Roberts 2011 ³¹
Venezuela	MVR	Hugo Chávez	1998	Populista	Intervencionista	Contestatória	PE
Chile	OS	Ricardo Lagos	2000	Reformista	Liberal	Moderada	PI
Brasil	PT	Luiz I. Lula da Silva	2002	Reformista	Liberal	Moderada	PI
Argentina	PJ	Néstor Kirchner	2003	Populista		Híbrida	MP
Uruguai	FA	Tabaré Vazquez	2004	Reformista	Liberal	Moderada	PI
Bolívia	MAS	Evo Morales	2005	Populista	Intervencionista	Contestatória	ME
Nicarágua	FSLN	Daniel Ortega	2007			Contestatória	MP
Equador	Alianza PAIS	Rafael Correa	2007		Intervencionista	Contestatória	PE
Paraguai	PDC	Fernando Lugo	2008			Moderada	PE
El Salvador	FMLN	Maurício Funes	2009				PI

Fontes: Elaboração Própria

A partir de diferentes visões – origem, organização, atitude política – a esquerda na América Latina pode ser classificada em alguns tipos como: (i) reformista ou populista (PANIZZA, 2005); (ii) liberal ou intervencionista (MADRID, 2010); (iii) moderada ou contestatória (WEYLAND, 2010); e em (iv) partidária institucionalizada, movimento de esquerda, máquina populista ou esquerda populista (LEVITSKY E ROBERTS, 2011).

Na primeira classificação, Panizza (2005) qualifica a ala populista como aquela que tem o povo acima do cidadão, a soberania popular acima dos direitos individuais; vê nas instituições instrumentos de corrupção e interesses elitistas; privilegia a regra majoritária, frente ao sistema de *checks and balances*; defende mecanismos de participação direta, não mediada por políticos profissionais.

³⁰ MVR: Movimento Quinta República; PS: Partido Socialista do Chile; PT: Partido dos Trabalhadores; PJ: Partido Justicialista; FA: Frente Amplio; MAS: Movimento Socialista; FSLN: Frente Sandinista de Libertação Nacional; PDC: Partido Demócrata Cristão; UNE: União Nacional da Esperança; FMLN: Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional

³¹ PE: Populismo de esquerda; PI: partidarismo institucionalizado; MP: máquina populista; ME: movimento de esquerda

De modo geral, os populistas apelam para um grupo, mal definido, para fazer frente à elite estabelecida. Além disso, Levitsky e Roberts (2011) chamam atenção para o fato de que o discurso populista dificilmente se encaixa em categorias programáticas ou ideológicas. Segundo os autores, governos populistas como o de Ollanta Humala (Peru), não são facilmente localizados ao longo do espectro ideológico esquerda-direita convencional.

A esquerda reformista, por sua vez, busca conciliar a justiça social com uma política econômica sólida. Ou seja, a busca, dentro de um sistema capitalista, a redução das desigualdades e mazelas sociais (PANIZZA, 2005).

Por sua vez, Madrid (2010) aponta uma diferenciação baseada no período em que os grupos surgiram, os quais ele nomeia de esquerda liberal e intervencionista. A primeira, mais antiga, é orientada para o mercado e vai de encontro ao intervencionismo estatal. Já a esquerda intervencionista, ala mais radical, segundo o autor, surge da crise do neoliberalismo e se caracteriza pelo baixo apoio às políticas de mercado e defesa do papel do Estado como interventor. Em comum, esses dois tipos de esquerda têm como pauta a luta contra as desigualdades sociais (MADRID, 2010).

No modelo de Weyland (2010), a diferença entre os tipos de esquerda se dá sobre os caminhos por elas traçados para atingir o objetivo central: uma mudança estrutural que garanta que as atividades econômicas sejam orientadas para o bem social (STEFFEN, 2013). A esquerda moderada representa uma ala que atua mais através de negociações, enquanto a contestatória defende uma postura mais desafiadora e agressiva, principalmente quanto a pautas relacionadas ao neoliberalismo, globalização e às políticas da oposição (WEYLAND, 2010).

Levitsky e Roberts (2011) defendem uma classificação multidimensional da esquerda latino-americana, em que fatores organizacionais e institucionais importam (WEYLAND, 2010). Os autores argumentam que as tipologias dicotômicas deixam em aberto uma zona cinzenta em que casos mais complexos acabam caindo (tais como Argentina, Bolívia e Equador) (LEVITSKY E ROBERTS, 2011).

Assim, são definidos quatro tipos de esquerda baseadas em suas características organizacionais: partidária institucionalizada, movimento de esquerda, máquina populista e esquerda populista. Essas formas repousam sobre as dimensões: nível de institucionalização x *locus* da autoridade política.

Quadro 2 – Tipos de esquerda por Levitsky e Roberts

		<i>Nível de Institucionalização</i>	
		Partidarismo institucionalizado	Novos movimentos políticos
<i>Locus da Autoridade</i>	Autoridade Dispersa	Partidarismo institucionalizado	Movimento de Esquerda
	Autoridade Concentrada	Máquina Populista	Populismo de Esquerda

Fonte: Levitsky e Roberts, 2011, p. 13

Finalmente, Bresser-Pereira (2007) aponta, também, quatro tipos de esquerda: extrema-esquerda, esquerda utópica, esquerda bucrático-sindical e centro-esquerda. A primeira delas, é o pensamento revolucionário que busca o poder para instalação do socialismo. Já a ala utópica não participa da disputa de poder, se apresentando como “uma força crítica dentro da sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 84).

A esquerda burocrático-sindical, como explícito em seu nome, tem base na burocracia do Estado e nos sindicatos. Por fim, a corrente de centro-esquerda coincide com a esquerda reformista apontada por Panizza (2005), ou ainda, com a socialdemocracia. Ou seja, ao mesmo tempo em que prezam pela justiça social, aceitam um papel mais ativo do mercado na sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2007).

As tipologias para a direita, por sua vez, se mostram muito mais escassas do que aquelas atreladas à esquerda. Bresser-Pereira (2007) argumenta que isto ocorre porque a direita “além dos valores e ideias, tem o capital para uni-la, enquanto a esquerda só tem valores e ideias” (p. 83).

Uma das classificações do pensamento de direita é dada por Codato, Bolognesi e Roeder (2015). Analisando o caso brasileiro, os autores apontam: direita tradicional, a velha e a nova direita. A primeira faz referência aos partidos predecessores da direita neoliberal, de face moralizante e autoritária. Mesmo sofrendo uma derrocada após o fim das ditaduras, essa ala mais conservadora influenciou a política brasileira e garantiu a agenda de reformas neoliberais.

Com o fim da onda rosa, a direita começa a ressurgir na América Latina. A velha direita traz consigo “uma nova concepção de mundo amplamente baseada nas críticas às reformas e programas sociais e aos direitos de minorias garantidos pelas esquerdas que governam a região” (PANIZZA, 2005 *apud* CODATO, BOLOGNESI E ROEDER, 2015, p. 118). Por fim, os autores argumentam que no Brasil, Argentina e Chile emergem evidências de uma nova direita,

orientada para conviver com a esquerda, compondo as coalizões governamentais e admitindo apoio a programas sociais (CODATO, BOLOGNESI E ROEDER, 2015).

Dadas tantas variações dos conceitos de esquerda e direita, como generalizar tais modelos e agrega-los em uma única escala? A seção a seguir, traz as visões mais amplas da dicotomia esquerda-direita na América Latina.

4.1.2 Esquerda e Direita na América Latina: tipologias gerais

As categorizações mais amplas da conjuntura político-ideológica latino-americana permitem simplificar o universo político ao mesmo tempo em que ajuda a estabelecer parâmetros de diferenciação e identificação ideológica, bem como conhecer mais sobre os sistemas de partidos (ALCÁNTARA, 2004a), constituindo, assim, medidas funcionais. A ideologia não se define meramente como um conjunto de preferências, mas sim como uma estrutura que agrega essas preferências, permitindo interpretar a realidade política (LLAMANZARES E SANDELL, 2002).

Em seu trabalho, Downs (1957) aponta que, ao longo de um espectro unidimensional que parte da extrema esquerda e vai até a extrema direita, os partidos se movem, formulando propostas em busca de votos. Segundo essa teoria, o posicionamento destes atores no espectro ideológico é função do peso que eles dão à intervenção estatal na economia, sendo o controle pleno pelo governo uma atitude da esquerda e a total liberdade do mercado, da direita (Idem). Porém Downs reconhece as limitações de tal classificação expondo que:

Admitidamente, este aparato não é realista por suas razões: (1) na verdade, cada partido é esquerdista em algumas questões e de direita em outras, e (2) os partidos designados como de extrema direita no mundo real são relacionados aos controles fascistas da economia, mais do que ao livre mercado (p.116)³².

Coppedge (1997), por sua vez, ao analisar a América Latina, parte para um modelo bidimensional que leva em conta: (i) o conflito entre a atuação política cristã vs. secular; e (ii) a oposição esquerda-direita, a qual é segmentada em esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. A partir dessas dimensões, o autor cria 10 categorias que vão de Direita Cristã em um extremo à Esquerda Secular, em outro. Para além disso, o autor ainda chama atenção

³² Tradução Livre. Texto original: “Admittedly, this apparatus is unrealistic for the following two reasons: (1) actually each party is leftist on some issues and rightish on others, and (2) the parties designated as right-wing extremists in the real world are for fascist control of the economy rather than free markets”.

para a existência de partidos que não se encaixam em nenhuma das categorias (dentre eles: feministas, étnicos, ambientalistas e regionalistas).

O que o autor chama de Direita são aqueles grupos que: (i) são “herdeiros” da elite tradicional do século XIX, que não moderam seu discurso e desconsideram os eleitores da classe média ou baixa; (ii) partidos que empregam um discurso fascista ou neofascista; ou (iii) aqueles patrocinados por um governo militar atual ou antigo, que tenham uma mensagem conservadora (COPPEDGE, 1997).

Já a esquerda é representada por partidos que empregam ideologia ou retórica marxista e enfatizam a prioridade da distribuição sobre a acumulação e / ou a exploração da classe trabalhadora por capitalistas e imperialistas e defendem um forte papel do Estado para corrigir injustiças sociais e econômicas. Podem considerar a violência uma forma apropriada de luta – mas não o fazem necessariamente – e não desconsideram os eleitores da classe média e alta (COPPEDGE, 1997).

Já as alas mais próximas ao centro, são mais moderadas do que as referidas anteriormente. A de centro-direita é composta pelos partidos que focam no amplo eleitorado (das classes média, baixa e elites). Enfatizam a cooperação com o setor privado, a ordem pública, o governo limpo, a moralidade ou a prioridade do crescimento sobre a distribuição. Já na de centro-esquerda, são priorizadas a igualdade, a justiça e a mobilidade social. Além disso, tanto a distribuição quanto a acumulação são aceitas, assim, eleitores das elites não são alienados (COPPEDGE, 1997).

Por sua vez, Alcántara (2004b) discorre que a dimensão esquerda-direita se refere a conflitos de política econômica, relacionados à regulamentação governamental da economia, por meio de controles diretos em oposição à livre empresa, liberdade individual e ortodoxia econômica.

Apesar de defender a dicotomia esquerda-direita como funcional, o autor reconhece que esse binômio, especialmente na América Latina, é afetado por cinco fatores contextuais: (i) o legado do populismo clássico, que se confundia às concepções de esquerda-direita até atingir sua dissolução total; (ii) a perseguição da esquerda devido ao seu suposto caráter antinacional e estrangeiro distorceu o jogo político; (iii) o tempo que as identidades levam para se afirmar; (iv) o passado autoritário, que devastou a grande maioria dos países latino-americanos, gerou um novo eixo de conflito, no qual se baseou inicialmente a competição partidária em muitos

países, formando uma esquerda democrática e uma direita autoritária, uma esquerda redistributiva na economia e uma direita voltada para o livre mercado; e (v) surgiram novos temas que confundem algumas das bandeiras clássicas da esquerda e da direita (ALCÁNTARA, 2004b).

Mais tarde, Alcántara e Rivas (2006), analisando dados do PELA (1997-2005), complementam observando cinco grandes clivagens nos Parlamentos da América Latina: (i) nível de intervenção estatal, (ii) valores, (iii) papel das forças armadas, (iv) tendência democrática e (v) atitudes em relação aos Estados Unidos. Os autores discorrem que as disputas entre tendências neoliberais e políticas de mercado, geralmente associadas à direita, e intervenção estatal sobre a economia, ligadas à esquerda, marcam o cenário latino-americano desde os anos 1980.

Dessa forma, a primeira dimensão considerada, que tem maior poder explicativo no estudo, demonstrou que o “controle estatal” atraía mais apoio dos partidos do que o “neoliberalismo”, o que pode ser resultante da crise do sistema neoliberal (ALCÁNTARA E RIVAS, 2006).

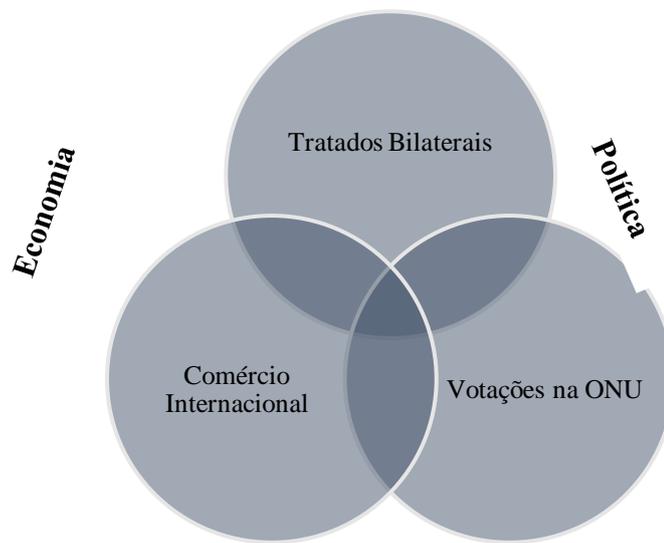
Apesar dos consensos acerca dos conceitos de esquerda e direita, estes não estão livres de controvérsias. Quando levadas em consideração as dimensões liberalismo econômico e político, conservadorismo e progressismo, questões pós-materialistas e fundamentalismos (TAROUCO E MADEIRA, 2013), por exemplo, o debate ideológico se torna esguio. Além disso, “a continuidade da vida política democrática durante esse período consolidou velhos esquemas ideológicos de confronto, como é o caso do Chile e do Uruguai, e abriu novos como o Equador, El Salvador, México ou Nicarágua” (ALCÁNTARA E RIVAS, 2007, p. 352). Ou seja, novas dimensões político-ideológicas surgem à medida em que novos cenários se desenvolvem.

Assim, dado o grau de heterogeneidade e a história da América Latina, as classificações ideológicas são, ainda, pouco esclarecedoras. Interrupções ao processo democrático; ascensão de governos populistas; retorno da democracia; reconfiguração da competição partidárias; corrupção; e crises políticas e econômicas, são alguns dos fenômenos que tornam o panorama da região tão complexo.

4.2 PARTE 2: COMO MENSURAR A POLÍTICA EXTERNA

Uma vez que o vínculo entre os níveis doméstico e externo se mostra significativo para os processos de tomada de decisão, esta seção explora alguns indicadores utilizados pela literatura para analisar o comportamento dos países em matéria de política externa. As variáveis apresentadas – votações na Assembleia Geral da ONU, trocas comerciais e tratados bilaterais – podem ser agrupadas em duas categorias, uma política e outra econômica.

Imagem 2 – variáveis para mensurar Política Externa



Fonte: Elaboração Própria

A área política é representada, principalmente, pelas votações na ONU; a econômica é marcada pelo comércio internacional; e os tratados compõem ambos setores. Contudo, não se pode considerar que as votações são exclusivamente relativas às matérias políticas, nem o comércio internacional indicador somente da economia. Isso porque, a relação política-economia é muito estreita e, assim sendo, é possível ter um cenário em que o desenvolvimento comercial entre os países, seja puro reflexo de mudanças nas atitudes políticas de um deles. A figura acima demonstra essa interação nos pontos de interseção dos círculos.

É importante ressaltar ainda que, nesta dissertação, busca-se utilizar indicadores de política externa que não são restritos às atividades legislativas, mas que demonstrem, de fato, as atitudes dos países no sistema internacional.

4.2.1 Por que analisar votações na assembleia geral da ONU?

Devastados pelos efeitos da Segunda Guerra mundial, em 1945, representantes de 50 países se reuniram na *United Nations Conference on International Organization* com o intuito de estabelecer novas diretrizes para o Sistema Internacional, de modo que garantisse a paz e a segurança externas. Dentre estes Estados, estavam Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Nesta Conferência, foi assinada a Carta das Nações Unidas, que passou a vigorar ainda em 1945. O documento já dispunha de providências acerca da criação da Assembleia Geral (UNGA³³), um dos órgãos principais da Organização, de caráter deliberativo, integrado por todos os membros da ONU. A Assembleia é o único fórum em que todos os integrantes têm o mesmo poder decisório: um país, um voto:

Artigo 18:

1. Cada membro da Assembleia Geral tem um voto.
2. As decisões da Assembleia Geral sobre questões importantes serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. Essas questões incluirão: recomendações com relação à manutenção da paz e segurança internacional, eleição dos membros não permanentes do Conselho de Segurança, eleição dos membros do Conselho Econômico e Social, eleição dos membros do Conselho de Tutela em conformidade com o parágrafo 1 (c) do artigo 86, a admissão de novos membros nas Nações Unidas, a suspensão dos direitos e privilégios de membro, a expulsão de membros, questões relacionadas ao funcionamento do sistema de tutela e questões orçamentárias .
3. As decisões sobre outras questões, incluindo a determinação de categorias adicionais de questões a serem decididas por maioria de dois terços, serão tomadas pela maioria dos membros presentes e votantes.

(CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, Capítulo IV, Artigo 18)³⁴

Dessa forma, esta arena proporcionou a paridade dos Estados nas discussões e na tomada de decisão. Isso significa que os votos dos países sobre as diversas resoluções que chegam ao órgão, devem refletir as preferências estatais. Ou seja, utilizar as votações na UNGA como indicador de política externa, principalmente por levar em conta a lógica da igualdade dos

³³ United Nations General Assembly

³⁴ Tradução Livre. Texto original: *ARTICLE 18: 1. Each member of the General Assembly shall have one vote; 2. Decisions of the General Assembly on important questions shall be made by a two-thirds majority of the members present and voting. These questions shall include: recommendations with respect to the maintenance of international peace and security, the election of the non-permanent members of the Security Council, the election of the members of the Economic and Social Council, the election of members of the Trusteeship Council in accordance with paragraph 1 (c) of Article 86, the admission of new Members to the United Nations, the suspension of the rights and privileges of membership, the expulsion of Members, questions relating to the operation of the trusteeship system, and budgetary questions; 3. Decisions on other questions, including the determination of additional categories of questions to be decided by a two-thirds majority, shall be made by a majority of the members present and voting.*

integrantes, permite o desenvolvimento de comparações entre os casos (BAILEY; STREZHNEV; VOETEN, 2015).

4.2.1.1 Como analisar a convergência na UNGA?

O cálculo da convergência entre países na Assembleia Geral da ONU é objeto de estudo recorrente na literatura. Essas votações, não somente funcionam como indicador de política externa, mas também podem representar o empoderamento dos países através da formação de blocos; fornecem um instrumento para compreender relações bilaterais; e um meio de análise da dinâmica de distribuição de poder real (ASANO, 2008).

Quanto à primeira dimensão – um indicador de comportamento em política externa – são constantes os modelos que consideram relações em pares, ou seja, sobre como dois países se alinham diante de temas multilaterais. Dentre esse segmento destacam-se: o Indicador de Convergência Simples do Departamento de Estado dos Estados Unidos e o Índice de Convergência de Marín-Bosch (1998) (NETO, 2011).

O primeiro analisa, como explícito em seu nome, a simples convergência de votos entre países nas resoluções da UNGA. Amorim Neto (2011, p. 65) aponta que esta medida é “intersubjetivamente válida, ou seja, corresponde ao sentido imputado à realidade”, o que faz desta, uma análise defendida por representantes e tomadores de decisões brasileiros e estadunidense.

O Índice de convergência de Marín-Bosch, por sua vez, assimila não somente os votos idênticos, mas também as abstenções e divergências entre os países analisados. A equação é dada por:

$$IC = \left(\frac{2 * \text{votos idênticos} + \left(\frac{\text{abstenções}}{\text{não}} \right) + \left(\frac{\text{abstenções}}{\text{sim}} \right)}{2 * \text{total de resoluções}} \right)$$

O pesquisador defende que sua medida é superior àquela do Departamento de Estado dos EUA porque ao levar em consideração pesos diferentes às possíveis combinações de votos, abrandando os extremos trazidos pela simples contagem de votos iguais e díspares (NETO, 2011).

Contudo, o modelo de Miguel Marín-Bosch é passível de algumas críticas. Em primeiro lugar, ele não leva em consideração a possibilidade de não ocorrerem votos “sim” ou “não” no período analisado, uma vez que, ao zerar uma das duas variáveis a divisão se torna indefinida,

afetando a viabilidade da fórmula. Esse caso ocorreria se um dos sócios em análise, durante determinado período, optasse pela abstenção ou se estivesse ausente, o que geralmente ocorre quando o país entra em conflitos internos.

Outro modelo de análise diádica bastante difundida na literatura é o *S score* desenvolvido por Signorino e Ritter (1999). Nesse estudo, os autores atribuem pontuações aos votos, num dado intervalo de tempo. Consideram as abstenções um meio termo entre os votos *sim* e *não* e, assim como Bosch (1998), excluem as ausências (BAILEY, STREZHNEV E VOETEN, 2015). A análise é dada pela fórmula:

$$S_{ab} = 1 - \frac{\sum |voto_{av} - voto_{bv}|}{d^{máx}}$$

Em que, *a* e *b* são os países em análise, *voto* varia de 1 a 3 (sim, abstenção e não, respectivamente) e $d^{máx}$ corresponde à máxima distância possível entre os *alliance portfolios*³⁵. Assim, os autores sugerem que esse modelo pode ser utilizado para calcular as similaridades entre preferências por políticas, o que pode ser feito a partir de uma fonte única de dados (votações na ONU, trocas comerciais...) ou ainda combinando informações diversas fontes (SIGNORI E RITTER, 1999).

Através de outro método de análise, Bailey, Strezhnev e Voeten (2015), propõem um modelo *dynamic ordinal spatial* com o intuito de estimar os pontos ideais dos Estados, entre 1946 e 2012, em relação à ordem liberal liderada pelos EUA. Para tanto, os autores comparam os conteúdos da agenda da ONU ao longo do tempo e, a partir disso, identificam mudanças na política externa. Eles defendem que a técnica empregada tem vantagens sobre aquelas análises diádicas. Isso porque o modelo: (i) permite comparações intertemporais mais válidas; (ii) diferencia mudanças na agenda de mudanças nas preferências; (iii) é capaz de separar “o sinal e o ruído” na identificação de mudanças significativas nas orientações da política externa; e (iv) permite identificar qual Estado apresentou variações nas preferências (BAILEY, STREZHNEV E VOETEN., 2015).

Outra via é a análise de votações em blocos. Esta metodologia permite observar como os países votam e convergem entre si, reforçando blocos ou ainda estruturando novos

³⁵ Os *alliance portfolios* - portfólios de alianças - podem ser interpretados como preferências reveladas sobre questões de segurança. Sendo assim, um indicador de proximidade entre os Estados que priorizam matérias de segurança (Signori e Ritter, 1999).

agrupamentos. Para tanto, é desenvolvida uma matriz demarcando a porcentagem de votos idênticos que cada par de países teve num período determinado (RIESELBACH, 1960). A escolha dos países e de seu posicionamento dentro da matriz é feita considerando blocos apontados na literatura.

A definição de blocos dentro da UNGA foi explorada por Margaret Ball (1951) como um grupo de países sobre os quais se espera que, consistentemente, votem de maneira convergente, por: (i) constituir uma unidade regional, seja no sentido geográfico, ideológico; (ii) interesses comuns; ou por que têm mecanismos de consulta comuns (ex: BENELUX, British Commonwealth).

Seguindo este modelo de votações em bloco, a matriz abaixo representa, entre os anos de 2010 e 2018, a convergência dos países da América Latina e com alguns Estados desenvolvidos e outros em desenvolvimento. Essa convergência é mensurada pela coincidência simples de votos em cada resolução nos referidos anos.

No exemplo, percebe-se que há maiores convergências dentro do bloco América Latina. Em segundo lugar, há uma ampla coincidência de votos entre os grupos América Latina e Estados em desenvolvimento. Finalmente, com países desenvolvidos são indicados os menores índices. Interessante notar que o EUA é o país que menos converge com todos os outros.

Imagem 3 – formação de blocos na UNGA (2010-2018)

		<i>América Latina</i>												<i>Desenvolvidos</i>						<i>Em Desenvolvimento</i>						
		Argentina	Bolivia	Brazil	Chile	Colombia	Ecuador	El Salvador	Guatemala	Mexico	Nicaragua	Paraguay	Peru	Uruguay	France	Germany	Spain	United Kingdom	USA	Japan	India	China	Russia	South Africa	Angola	Nigeria
<i>América Latina</i>	Argentina	100%	79%	90%	90%	86%	83%	85%	85%	87%	78%	80%	90%	91%	55%	63%	64%	54%	27%	66%	72%	77%	68%	83%	75%	81%
	Bolivia	79%	100%	83%	83%	78%	90%	81%	77%	77%	93%	73%	80%	83%	40%	48%	50%	40%	14%	53%	74%	78%	65%	84%	80%	80%
	Brazil	90%	83%	100%	92%	88%	88%	87%	86%	87%	82%	80%	90%	93%	49%	57%	58%	49%	22%	62%	78%	79%	64%	86%	80%	86%
	Chile	90%	83%	92%	100%	88%	87%	88%	87%	90%	83%	81%	94%	93%	52%	60%	62%	52%	25%	64%	75%	77%	61%	85%	78%	84%
	Colombia	86%	78%	88%	88%	100%	82%	87%	88%	88%	77%	82%	92%	90%	53%	61%	62%	53%	22%	65%	70%	72%	63%	81%	76%	80%
	Ecuador	83%	90%	88%	87%	82%	100%	85%	80%	81%	89%	75%	84%	87%	43%	50%	52%	43%	16%	55%	78%	79%	65%	88%	81%	84%
	El Salvador	85%	81%	87%	88%	87%	85%	100%	84%	83%	80%	78%	88%	90%	48%	56%	58%	47%	20%	60%	72%	73%	61%	84%	79%	82%
	Guatemala	85%	77%	86%	87%	88%	80%	84%	100%	86%	77%	82%	90%	89%	50%	59%	60%	50%	26%	63%	69%	71%	62%	79%	74%	80%
	Mexico	87%	77%	87%	90%	88%	81%	83%	86%	100%	77%	80%	91%	90%	54%	62%	62%	52%	24%	64%	69%	71%	60%	80%	74%	80%
	Nicaragua	78%	93%	82%	83%	77%	89%	80%	77%	77%	100%	71%	80%	83%	39%	48%	49%	39%	14%	52%	75%	81%	69%	85%	78%	79%
	Paraguay	80%	73%	80%	81%	82%	75%	78%	82%	80%	71%	100%	84%	82%	44%	53%	54%	44%	24%	57%	63%	65%	55%	74%	70%	75%
Peru	90%	80%	90%	94%	92%	84%	88%	90%	91%	80%	84%	100%	93%	55%	64%	65%	55%	24%	68%	72%	74%	65%	82%	76%	82%	
Uruguay	91%	83%	93%	93%	90%	87%	90%	89%	90%	83%	82%	93%	100%	52%	60%	61%	51%	23%	64%	75%	77%	64%	86%	81%	87%	
<i>Desenvolvidos</i>	France	55%	40%	49%	52%	53%	43%	48%	50%	54%	39%	44%	55%	52%	100%	85%	84%	91%	52%	73%	41%	41%	54%	46%	40%	43%
	Germany	63%	48%	57%	60%	61%	50%	56%	59%	62%	48%	53%	64%	60%	85%	100%	93%	84%	46%	83%	46%	48%	56%	53%	48%	50%
	Spain	64%	50%	58%	62%	62%	52%	58%	60%	62%	49%	54%	65%	61%	84%	93%	100%	81%	44%	83%	46%	51%	58%	54%	49%	52%
	United Kingdom	54%	40%	49%	52%	53%	43%	47%	50%	52%	39%	44%	55%	51%	91%	84%	81%	100%	58%	73%	40%	41%	52%	45%	39%	42%
	USA	27%	14%	22%	25%	22%	16%	20%	26%	24%	14%	24%	24%	23%	52%	46%	44%	58%	100%	38%	18%	17%	25%	18%	14%	19%
Japan	66%	53%	62%	64%	65%	55%	60%	63%	64%	52%	57%	68%	64%	73%	83%	83%	73%	38%	100%	52%	54%	53%	55%	52%	55%	
<i>Em Desenvolvimento</i>	India	72%	74%	78%	75%	70%	78%	72%	69%	69%	75%	63%	72%	75%	41%	46%	46%	40%	18%	52%	100%	76%	64%	77%	70%	71%
	China	77%	78%	79%	77%	72%	79%	73%	71%	71%	81%	65%	74%	77%	41%	48%	51%	41%	17%	54%	76%	100%	74%	77%	72%	75%
	Russia	68%	65%	64%	61%	63%	65%	61%	62%	60%	69%	55%	65%	64%	54%	56%	58%	52%	25%	53%	64%	74%	100%	64%	59%	60%
	South Africa	83%	84%	86%	85%	81%	88%	84%	79%	80%	85%	74%	82%	86%	46%	53%	54%	45%	18%	55%	77%	77%	64%	100%	80%	84%
	Angola	75%	80%	80%	78%	76%	81%	79%	74%	74%	78%	70%	76%	81%	40%	48%	49%	39%	14%	52%	70%	72%	59%	80%	100%	80%
	Nigeria	81%	80%	86%	84%	80%	84%	82%	80%	80%	79%	75%	82%	87%	43%	50%	52%	42%	19%	55%	71%	75%	60%	84%	80%	100%

Fonte: Elaboração Própria

Nesse mesmo caminho, Lijphart (1963) faz uma revisão de estudos que analisam a atuação em blocos e propõe um método alternativo a fim de captar o alinhamento das ex-colônias nas sessões de 1956, 1957 e 1958. O autor aponta dois métodos para tal análise, uma pelo meio de simples convergência por resolução e outro que leva em consideração as causas das similaridades dos votos. A principal diferença entre eles é que a segunda forma permite observar a fidelidade dentro dos blocos.

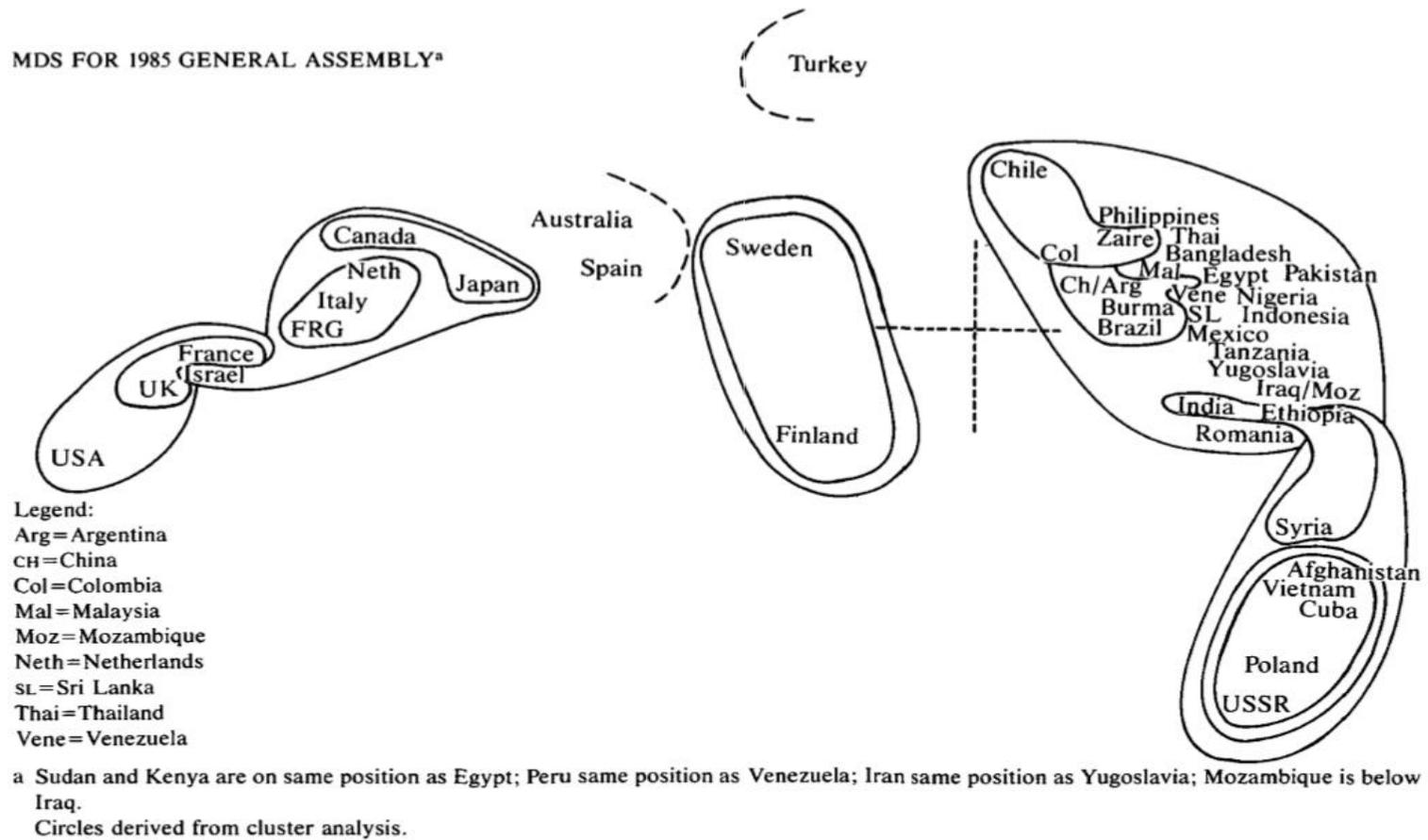
As conclusões de Lijphart (1963) apontam que apesar de haver um padrão de votação em bloco sobre questões coloniais, entre 1956-1958, em outros grupos os não se vê tal padrão, o que demonstra que “a análise da votação em bloco com base em grupos pré-determinados não é confiável”³⁶ (p. 917).

Holloway (1990), por sua vez, desenvolve um olhar sobre a evolução dos grupos dentro da UNGA ao longo das sessões de 1946, 1955, 1965, 1975 e 1985. O autor utiliza o método *multidimensional scale* (MDS), o qual o permitiu mapear a localização dos países, baseada nas similaridades e diferenças entre eles dentro da instituição. Através da técnica, a posição dos Estados é ajustada de modo que votos convergentes os aproximam no mapa, bem como divergentes os afastam na mesma proporção. Assim, Holloway foi capaz de identificar a formação de grupos, tais como os Regionais; os de Terceiro Mundo e as clivagens Leste/Oeste e Norte/Sul.

A figura abaixo, reproduzida do trabalho de Holloway (1990: 294), apresenta os blocos identificados na quadragésima sessão da UNGA (1985). Nela é possível observar grupos regionais; clivagem norte x sul e leste x oeste; e o bloco do terceiro mundo:

³⁶ Tradução Livre. Texto original: “*the analysis of bloc voting on the basis of predetermined groups is unreliable*”.

Imagem 4 – blocos de votação na UNGA em 1985 por Holloway (1990)



Fonte: reprodução de Holloway (1990, p. 294), figura 6 – *MDS for 1985 General Assembly*³⁷

³⁷ Tradução Livre das notas do autor: “(a) Sudão e Quênia estão na mesma posição que o Egito; Peru na mesma posição da Venezuela; Irã na mesma posição da Iugoslávia; Moçambique está abaixo do Iraque”; “Os círculos derivam da análise de cluster”.

Assim, através do que Holloway (1990) demonstra, blocos de países se formam em torno das votações na Assembleia Geral. Nos anos 1960, por exemplo, com a expansão do número de membros da ONU, houve o desenvolvimento do bloco de votação dos países de terceiro mundo em prol de uma agenda internacional mais voltada para suas demandas. “O surgimento de uma nova maioria de ex-colônias mudou a agenda da Assembleia Geral de preocupações com segurança e superpotência para autodeterminação, anticolonialismo e questões econômicas” (HOLLOWAY, 1990, p. 280)³⁸.

4.2.2 Por que analisar o comércio internacional?

Até o final da Segunda Guerra Mundial nenhum processo de integração econômica foi formado (BALASSA, 1961). Somente no o período pós-guerra, com o drástico crescimento de fluxos de capital, bens, serviços e pessoas (KEOHANE E NYE, 2012) que esse tipo de integração passa a se tornar pauta de interesse dos Estados (BALASSA, 1961).

Décadas mais tarde, com o processo de abertura comercial e a redução do protecionismo, o cenário de dependência – e interdependência – que se desenvolve é muito mais dinâmico, complexo e delicado. A dependência comercial passou a constituir um indicador de globalização (WEYLAND, MADRID, HUNTER, 2010) e, assim, a interdependência entre as nações acaba sendo um fenômeno inevitável.

Assim, tal expansão do comércio internacional é um fator capaz de explicar o crescimento econômico dos últimos séculos, mas que também lança luz sobre a grande quantidade de conflitos políticos internos, visto que “tem efeitos díspares em diferentes conjuntos de indivíduos dentro de uma economia” (HISCOX, 2001, p. 1)³⁹.

Isso significa que as relações nesse sistema internacional globalizado e amplamente comercial são assimétricas. Por exemplo, um Estado que importa todo o seu petróleo provavelmente será mais dependente do que um país que importa artigos de luxo num valor monetário equivalente. Onde existem efeitos onerosos recíprocos das transações, há interdependência. Onde esses efeitos não são significativos, há simplesmente interconectividade (KEOHANE E NYE, 2012).

³⁸ Tradução Livre. Texto original: “*The emergence of a new majority of former colonies shifted the agenda in the General Assembly away from security and superpower concerns to self-determination, anti-colonialism and economic issue*”

³⁹ Tradução Livre. Texto original: “*trade has disparate effects on different sets of individuals within an economy*”.

Ademais, para além da interdependência e interconectividade, há também autores que defendem a existência de relações de dependência entre os países periféricos e as economias avançadas, uma vez que o capitalismo é incapaz de levar as sociedades subdesenvolvidas ao nível de desenvolvimento dos Estados ricos (DUARTE E GRACIOLLI, 2007). Isso implica em um cenário onde os países periféricos não têm nem capacidade produtiva, nem condições de modernizar sua indústria ao ponto de se tornar verdadeiramente independente.

O fato é que, no sistema internacional, as trocas comerciais entre países, sejam eles desenvolvidos ou não, os levam a negociar, além do intercâmbio de bens e serviços, o estabelecimento de vantagens econômicas, redução de barreiras e facilitação para a circulação de pessoas, por exemplo. Quanto mais intenso o comércio entre as nações, maiores são os incentivos para que estas avancem no sentido de uma integração econômica. Balassa (1961) aponta quatro níveis de integração, do mais simples ao mais completo: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária. Níveis mais altos de integração indicam maior abertura econômica do país.

O desenvolvimento de políticas de integração econômica afeta amplamente o mercado doméstico, facilita a mobilidade de recursos, o mercado consumidor, a oferta e demanda das empresas e a produtividade do país (SOUSA, 2004). Dessa forma, considerando os efeitos do comércio internacional, é esperado que os políticos tenham uma atuação ativa sobre o tema como parte de seus esforços para vencer as eleições (MILNER E JUDKINS, 2004). Portanto, os partidos devem se posicionar sobre as políticas comerciais de modo que reflitam as preferências de seus eleitores e, em consequência, sua posição ideológica (Idem).

Os objetivos políticos desempenham um papel de grande importância para definição dos rumos da integração econômica. As motivações de cunho político podem ser o primeiro passo no processo integrativo, mas a integração econômica também afeta a esfera política; da mesma forma, se os motivos iniciais são econômicos, a necessidade de unidade política pode surgir posteriormente (BALASSA, 1961).

As teorias de política comercial advogam que os grupos de interesses são responsáveis por delinear o comportamento dos Estados nas negociações internacionais e, assim sendo, o partidatismo não importa para tal matéria (MILNER E JUDKINS, 2001)⁴⁰. Nesse sentido, a

⁴⁰ Milner e Judkins (2001) apontam entre os defensores dessa linha teórica, além de Hiscox (2001), Magee, Brock e Young (1989) e Grossman e Helpman (1994).

elite empresária, as associações industriais e outros setores econômicos, segunda essa linha, são mais relevantes que os partidos na definição das trocas comerciais.

Seguindo esta linha, Hiscox (2001) aponta que para compreender o comportamento dos partidos nas questões comerciais é preciso observar as elites às quais eles se associam. Quanto mais forte as clivagens nessas elites, mais unificados são os partidos que as representam, defendendo pautas que vão do protecionismo ao livre comércio (HISCOX, 2001). Isso significa dizer que o partido em si, ou sua ideologia, tem menor efeito (mas não nulo) sobre o comércio internacional, cabendo às elites o papel principal de determinante das atividades comerciais.

Mais especificamente, as conclusões de Hiscox (2001) indicam que “quando fatores são imóveis⁴¹ [...] variáveis no nível da indústria, em vez de partidatismo, devem explicar melhor a demanda e a oferta da política comercial” (MILNER E JUDKINS, 2001, p. 5)⁴².

Uma segunda corrente presente na literatura argumenta que as relações mercantis são explicadas por variáveis de nível sistêmico, tais como o tamanho do Estado e seu *status quo* (KRASNER, 1976; KATZENSTEIN, 1985). Ou seja, mais uma vez, os partidos não são considerados como fatores explicativos das preferências comerciais.

Krasner (1976), por exemplo, atribui quatro fatores que são determinantes para o comércio internacional: renda nacional agregada, estabilidade social, poder político e crescimento econômico. O autor discorre que a estrutura do sistema comercial internacional é passa por ciclos de abertura e encerramento dado por eventos externos, como ocorreu no período da Grande Depressão de 1879 e na Primeira Guerra.

Já Katzenstein (1985), argumenta que o que diferencia os Estados pequenos da Europa daqueles grandes é a forma como combinam a abertura externa de seus mercados com uma política doméstica de compensação dos mercados internos. O autor também aponta as fundamentações históricas dos Estados como elemento relevante para compreender as estruturas que os compõem.

Por outro lado, olhando para os casos estadunidense e britânico, Keech e Pak (1995 *apud* MILNER E JUDKINS, 2001) argumentam que a competição partidária ocorre também

⁴¹ A ideia da mobilidade diz respeito a facilidade com que os proprietários de terra, trabalho e capital podem se deslocar entre os setores da economia doméstica (HISCOX, 2001).

⁴² Tradução livre. Texto original: “*when factors are immobile, as they increasingly appear to be since 1945, industry level variables, rather than partisanship, should better explain the demand and supply of trade policy*”

dentro do cenário das negociações internacionais, principalmente em se tratando de sistemas bipartidários, pois assim os eleitores têm mais facilidade de apreciar os posicionamentos de seus respectivos representantes sobre temas que consideram relevante, como é o caso do comércio internacional. Outros estudos que consideram significativa a relação entre partidos e comércio argumentam que tarifas e barreiras comerciais, estruturas institucionais, fatores de produção e integração econômica são variáveis que interagem com dicotomia esquerda-direita (MILNER E JUDKINS, 2001).

Seguindo esta linha, pode-se afirmar que relação entre o posicionamento dos partidos no espectro ideológico e suas preferencias a respeito das políticas comerciais é refletida no apoio destes à abertura comercial, ao neoliberalismo e à influência do governo sobre o mercado.

4.2.2.1 Como analisar as relações comerciais?

Ficou claro que entender o comportamento dos Estados em matéria de políticas comerciais é relevante porque, mesmo que a literatura discorde sobre quem (ou quais) são os verdadeiros tomadores de decisão ou fatores que determinam o comércio internacional, há um consenso de que o *jogo de dois níveis* é completamente aplicável sobre esta seara.

O primeiro modelo de análise de comércio exterior aqui destacado é o utilizado por Milner e Judkins (2001). Os autores analisaram o posicionamento dos partidos sobre as políticas comerciais de 25 países desenvolvidos, entre os anos de 1945 e 1998, a partir da técnica de análise de conteúdo. Com dados do *Comparative Manifesto Project* Milner e Judkins observaram as sentenças dos manifestos de cada partido, considerando suas atitudes em relação ao livre comércio, intervenção do Estado na economia e protecionismo.

Sua variável dependente, posicionamento dos partidos sobre questões comerciais, “foi construída somando o número total de declarações feitas a favor do livre comércio e mercado e subtraindo disso o número total de referências positivas à necessidade de intervenção do governo na economia e de proteção comercial”⁴³ (MILNER E JUDKINS, 2001, p. 15). Seus principais achados indicam que o partidarismo tem um impacto consistente na posição que os

⁴³ Tradução Livre. Texto original: “[The dependent variable] was constructed by adding the total number of statements made in favor of free trade and free markets and subtracting this from the total number of positive references to the need for government intervention in the economy and for trade protection”.

partidos adotam sobre a política comercial, sendo que os de esquerda defendem mais políticas protecionistas do que os partidos de direita (MILNER E JUDKINS, 2001).

Por outro caminho, Sousa (2004) analisou o desenvolvimento das relações comerciais entre o Brasil e a União Europeia após a ampliação do bloco de 15 para 25 países. Para tanto dentre os indicadores utilizados, o autor apresenta o *índice geral de Bela Balassa* (IBB), o qual permite mensurar o nível de integração entre dois Estados. Esse indicador é dado por:

$$IBB = \frac{X - M}{X + M}$$

Em que X corresponde ao total de exportações e M ao de importações. O IBB varia entre -1 e +1. Quando o índice se aproxima de (+1) representa exportações muito importantes e importações pouco significativas; o oposto ocorre quando o índice está perto de (-1) (SOUSA, 2004).

Utilizando essa metodologia, o autor encontrou que, dentre os casos analisados, o Brasil teve maior integração econômica com a Hungria, Eslovênia, Estônia, Lituânia e Chipre se comparado o IBB desses países com a média da União Europeia (25).

Existe ainda, o modelo de análise gravitacional que “correlaciona o comércio entre dois países com a força que é diretamente proporcional ao tamanho dos países e inversamente proporcional aos custos de comércio entre eles” (ALVES E CORRÊA, 2010, p.4). Esse modelo permite observar que a análise gravitacional do comércio internacional levanta, dentre outras questões, os custos de transporte, comunicação, capacidade produtiva do país e poder econômico (Idem).

A fórmula original do modelo gravitacional do comércio é dada por:

$$\ln X_{ij} = \beta_0 + \beta_1 \ln Y_i + \beta_2 \ln \left(\frac{Y_i}{N_i} \right) + \beta_3 \ln Y_j + \beta_4 \ln \left(\frac{Y_j}{N_j} \right) + \beta_5 \ln D_{ij} + \varepsilon_{ij}$$

Em que lê-se: o log neperiano (\ln) do comércio bilateral entre os países i e j (X_{ij}) é igual à soma do parâmetro β_0 com parâmetro β_1 multiplicado pelo \ln do PIB nominal (Y) do país i; mais o parâmetro β_2 multiplicado pelo \ln da razão do PIB de i (Y_i) pela população de i (N_i); mais β_3 multiplicado pelo \ln do PIB de j; somado a β_4 multiplicado pelo \ln da razão

entre o PIB de j e sua população; tudo isso mais o parâmetro β_5 multiplicado pelo Ln da distância entre os países i e j . O último termo somado (ε_{ij}) é o erro.

A partir desse modelo, diversos estudiosos fizeram adaptações, acrescentando novas variáveis que permitissem mensurar, por exemplo, comércio interno vs. externo, para comparar o desenvolvimento de atividades comerciais que ocorrem em nível doméstico com aquelas externas⁴⁴.

4.2.3 Tratados Internacionais

Do mesmo modo que o comércio internacional afeta e é afetado pelas interações entre as esferas doméstica e externa, os acordos internacionais também o são. Um exemplo disso é o processo de ratificação desses documentos: se em nível nacional o acordo é adotado parcialmente, isso implica na reabertura das negociações no nível internacional. A partir desse princípio, é preciso que se identifiquem os custos e benefícios da tomada de decisão que, por sua vez, determina as condições da negociação (PINHEIRO, 2008).

A determinação do *win-set* no modelo do jogo de dois níveis é, pois, essencial, e vai depender da dinâmica de três variáveis domésticas que Putnam (1988) apresenta: preferências e coalizões; instituições; e a estratégia do negociador. Vale ressaltar que, para além da apresentação da causalidade doméstica para explicar a política externa dos Estados, a novidade apresentada pelo autor diz respeito à relevância da ratificação das obrigações contraídas no exterior no plano doméstico (PINHEIRO, 2008, p. 92).

Mas por que os Estados se comprometem com acordos que podem até delimitar suas manobras de ação no sistema internacional? A teoria da Sociedade Internacional argumenta que os Estados se ligam a outros por meio de tratados, não somente pelo interesse próprio (como defende o Realismo), mas por interesses legítimos e pelas vantagens gerais de observar um princípio de reciprocidade nos assuntos internacionais, como enfatiza o pensamento racionalista (JACKSON E SORENSEN, 2013).

Ou seja, os Estados têm um interesse comum em estabelecer e manter a ordem internacional, para que possam coexistir e interagir com base em estabilidade, certeza e previsibilidade. Dessa forma, espera-se que eles cumpram seus compromissos firmados em tratados e observem as regras, convenções e costumes da ordem jurídica internacional (JACKSON E SORENSEN, 2013).

⁴⁴ Alves e Corrêa (2010) citam: McCallum, 1995; Helliwell (1998); Anderson e van Wincoop (2003); Silva et al. (2007); Leusin Jr. e Azevedo (2008).

Segundo a *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969)*, um tratado é “um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica” (artigo 2.1). Ou seja, tratados são acordos formais celebrados entre Estados (e/ou organizações internacionais), favorecendo política e/ou economicamente a relação entre eles. Tais documento possuem efeitos jurídicos, bem como condições de validade, legitimidade e licitude (DIREITO INTERNACIONAL, 2007). Com estes acordos, os sócios se vinculam, assumindo direitos, obrigações e vontade efetiva de se assumir um compromisso (Idem).

Para vigorar, os tratados devem passar pela assinatura, ratificação e depósito. O ato de assinar cabe ao líder do poder Executivo, indicando sua aprovação; já a ratificação parte do apoio do legislativo ao documento. Finalmente, o ato de depósito diz respeito à comunicação ao sistema internacional e registro em uma instituição da comprovação de que o acordo foi assinado e ratificado (DIREITO INTERNACIONAL, 2007).

Em relação aos tipos, os acordos internacionais podem ser classificados quanto ao número de partes ou quanto ao tema que aborda. Em relação a quantidade de sócios, podem ser multilaterais ou bilaterais. Os primeiros são estabelecidos entre três ou mais sujeitos do direito internacional. Os bilaterais, por sua vez, são constituídos por duas partes, as quais podem ser representadas por um ou mais sujeitos (UNITED NATIONS, 2013). Além disso, enquanto nos tratados multilaterais é possível a manifestação de reservas⁴⁵, nos bilaterais isso não ocorre, visto que alteraria o equilíbrio entre as partes (DIREITO INTERNACIONAL, 2007; UNITED NATIONS, 2013). No que diz respeito aos temas, há múltiplas categorias, entre as quais existem: os tratados comerciais, ambientais, políticos, de paz, de direitos humanos, de combate à corrupção e ao terrorismo.

Os acordos bilaterais comerciais conferem um status comercial favorecido entre duas nações, garantindo acesso aos mercados e incrementando o comércio entre eles. Há cinco compromissos principais que são, geralmente, abordados por esse tipo de tratado: (i) a eliminação de tarifas, o que dá vantagens sobre o preço de produtos; (ii) a garantia de uma concorrência justa; (iii) os governos se abstêm de usar subsídios injustos; (iv) a regulamentação

⁴⁵ As reservas são instrumentos que permitem aos sócios aceitar apenas parcialmente os termos de um acordo.

trabalhista e de proteção ambiental; e (v) a adoção de leis de direitos autorais e de propriedade intelectual uns dos outros (AMADEO, 2019).

Quanto a pauta dos direitos humanos, desde o final da Segunda Guerra Mundial vem sendo desenvolvida uma estrutura legal internacional. Ordem e justiça estão obviamente entre os valores mais fundamentais das relações internacionais (JACKSON E SORENSEN, 2013). Ao submeter os Estados a regras comuns, a formalização de tratados representa uma aproximação entre os envolvidos, que visam em sua cooperação a maximização de ganhos.

Muitos estudos que consideram os tratados como objeto pautam sua análise sobre um acordo ou grupo de acordos específicos e, a partir disso, exploram o histórico de sua formulação e/ou internalização pelos Estados signatários. A esse modelo, os trabalhos sobre tratados de Direitos Humanos são um dos que mais aparecem na literatura, principalmente do Direito. No campo da política internacional, são frequentes os casos que observam os acordos de formação de um espaço regional, como por exemplo, do MERCOSUL e da União Europeia⁴⁶. Há, ainda, aqueles seguem pela análise da temática e conteúdo dos tratados.

4.2.4 Outros indicadores que afetam a política externa

Para além das preferências dos líderes, o que pode afetar as relações dos países nas votações na UNGA, no comércio internacional e nos tratados? Esta seção apresenta alguns fatores que podem explicar mudanças de comportamento dos Estados nas arenas citadas.

4.2.4.1 Democracia e PIB

Os primeiros fatores destacados, nível de democracia e produto interno bruto, compõem um grupo de variáveis padrão nas análises empíricas da Ciência Política.

Pautando-se na Teoria da Paz Democrática, os Estados têm menos incentivos para se relacionar com regimes não democráticos, por estes terem maior propensão a não respeitar as normas e tratados internacionais (OLIVEIRA, 2017). Isso ocorre também com as democracias

⁴⁶ Para temas relacionados aos tratados que formalizam processos de integração do MERCOSUL e da UE, ver: Martinez-Carandi (1993), Accioly (1996), Pereira (1996), Kegel e Amal (2009). Sobre a internalização dos acordos internacionais e relações com as normas internas: Jackson (1992), Rio (2012); Sobre tratados de Direitos Humanos, consultar: Dornelles (2004), Martin et al. (2006), Emerique e Guerra (2011).

recém-formadas, visto que são propensas a maiores “incertezas política, gerando problemas de credibilidade e confiabilidade quanto ao novo regime” (HARDT, 2014, p. 17).

A inabilidade dos Estados em democratização de realizarem compromissos críveis pode gerar vários problemas. As elites frequentemente desconfiam umas das outras no período transicional e temem que o novo regime não sirva aos seus interesses (MANSFIELD E PEVEHOUSE, 2006 *apud* HARDT, 2014, p. 17).

O PIB, por sua vez, é considerado como um dos determinantes do comércio. Como sintetiza Martínez-Zarzoso (2019) esse fator tem uma estrutura teórica adequada para análise do comércio bilateral. Pelos modelos gravitacionais, sustenta-se que o comércio bilateral é diretamente proporcional ao PIB dos países comerciantes e inversamente proporcional à distância entre eles (Idem). Além disso, o PIB funciona como um bom indicador da situação econômica dos países, ou seja, valores em queda podem significar a redução das trocas comerciais, já que as importações e capacidade produtiva são afetados.

4.2.4.2 *Créditos do FMI e participação no Conselho de Segurança da ONU*

A participação em instituições multilaterais, tais como blocos econômicos ou organizações internacionais, pode levar a um maior contato entre países e, em consequência, maior proximidade entre eles, mesmo quando a ideologia apontasse num sentido diferente.

Dreher, Sturm e Vreeland (2009) mostram que há uma relação forte entre ser um membro temporário do Conselho de Segurança das Nações Unidas e participar de programas do FMI. Segundo os autores, o que explica essa relação é que os principais acionistas do FMI, entre os quais estão os Estados Unidos, se importam sobre como os membros temporários votam no Conselho de Segurança, enquanto alguns países em desenvolvimento, que ocupam essas vagas, estão dispostos a trocar seus votos por empréstimos do FMI (BOTELHO; ALVES, 2017)

O recebimento de ajudas externas é intimamente relacionado à vontade dos patrocinadores. Por exemplo, no FMI o principal patrocinador é os Estados Unidos, isso significa que um país que pede ajuda na instituição tem grandes chances de ter negado seu pedido se suas políticas forem de forte cunho anti-americanista. Por outro lado, o alinhamento político com os EUA traz consigo maiores chances de empréstimos do FMI (POTRAFKE, 2009). Nesse sentido, os Estados Unidos podem, então, usar a ajuda externa como uma moeda de troca por votos dos países na Assembleia Geral da ONU.

Para além do caso estadunidense, os países ricos, de modo geral, utilizam a ajuda externa como meio de promover seus objetivos, principalmente comerciais, sobre os países em desenvolvimento (MARTÍNEZ-ZARZOSO, 2019). A ajuda bilateral demonstrou efeitos

diretos sobre as exportações dos doadores (Idem), e, em consequência, sobre a importação dos países receptores advindas dos Estados ricos.

Além disso, a relação bilateral entre países doadores e receptores também pode ser usada para promover as áreas de livre comércio, a redução ou, ainda, eliminação de barreiras ao comércio (MARTÍNEZ-ZARZOSO, 2019). Desse modo, quando os países analisados recebem empréstimos do FMI, isso pode levar a uma intensificação do comércio com os países ricos/doadores.

Outro efeito dos créditos do FMI pode ocorrer sobre a convergência de votos na UNGA, pois como Fratianni e Pattison (2005 *apud* DREHER E STURM, 2009) demonstram, os países do G7 estão no controle total do FMI. Isso significa que os Estados em desenvolvimento obtêm melhores créditos quando têm maior proximidade do G7. Essa proximidade, por sua vez, pode ser mensurada através das votações na UNGA (DREHER E JENSEN, 2007).

Analisando os efeitos da participação no CsONU, Hwang, Sanford e Lee (2015) demonstram que os membros eleitos tendem a ter um comportamento similar aos permanentes nas votações da UNGA, principalmente, semelhante ao comportamento dos Estados Unidos. Os autores afirmam que isso pode ocorrer por dois motivos: (i) “porque a participação no CsONU pode promover interações entre os Estados membros, reduzir a incerteza em torno das questões de votação e melhorar o entendimento mútuo” e (ii) por causa de benefícios políticos e/ou econômicos. Se membros permanentes oferecem um tratamento financeiro favorável, promovem a cooperação por parte dos Estados eleitos (HWANG, SANFORD E LEE, 2015).

4.3 HIPÓTESES

Após as discussões apresentadas, as hipóteses desta dissertação podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

(1) *Governos de esquerda têm maior proximidade com países em desenvolvimento (PED)*. Isso porque a base da ideologia esquerdista remete às premissas marxista e socialista. A partir disso, essa ala buscará romper com a dependência econômica em relação aos Estados mais ricos, incrementando o comércio com os PED, uma vez que as relações comerciais mais do que interdependência e interconectividade, podem indicar a dependência entre os países periféricos e as economias avançadas.

Por meio da associação com aqueles países de *status* econômico semelhantes se formaria um ambiente autossustentável. Essa vinculação, por sua vez se demonstraria nas

votações na UNGA e nos acordos firmados – já que essas arenas refletem preferências e estratégias de associação entre os países.

Ou seja, de maneira específica se tem que governos de esquerda devem apresentar:

- 1.1. Maior índice de comércio com PED;
- 1.2. Maior convergência de votos na UNGA com PED;
- 1.3. Maior número de tratados com PED

Por outro lado, (2) *os governos de direita devem apresentar maior proximidade com países desenvolvidos (PD)*, pois essa ala defende como estratégia a aproximação de nações desenvolvidas de modo a obter maiores vantagens e apoio nas arenas que compõem o sistema internacional. Assim, ao contrário do caso anterior, a expectativa é de que governos de direita, a fim de levar suas nações ao “grupo dos grandes”, desenvolvam:

- 1.4. Maior índice de comércio com PD;
- 1.5. Maior convergência de votos na UNGA com PD;
- 1.6. Maior número de tratados com PD

Para testar tais hipóteses, o próximo capítulo apresenta as variáveis, os modelos de análise e seus respectivos resultados.

5 ANÁLISE EMPÍRICA

Resumo do capítulo:

Este capítulo inicia apresentando as fontes e formas de catalogação das variáveis. Em seguida, são apresentados graficamente os modelos de regressão e discutidos seus resultados.

5.1 DADOS

Nesta seção apresento os dados que serão utilizados para testar empiricamente as hipóteses descritas no capítulo anterior. Os dados coletados visam mensurar quantitativamente a variável independente (ideologia dos governos), as variáveis dependentes (índice de comércio internacional, convergência de votação na UNGA e número de tratados bilaterais) e as variáveis de controle (nível de democracia, PIB, créditos do FMI e participação no Conselho de Segurança da ONU).

5.1.1 Ideologia

Para mensuração da ideologia dos governos latino-americanos foram utilizados dados do *Database of Political Institutions 2017* (CRUZ, KEEFER E SCARTASCINI, 2018). A base dispõe de informações sobre a classificação ideológica dos líderes do Executivo e é dividida em direita, esquerda e centro.

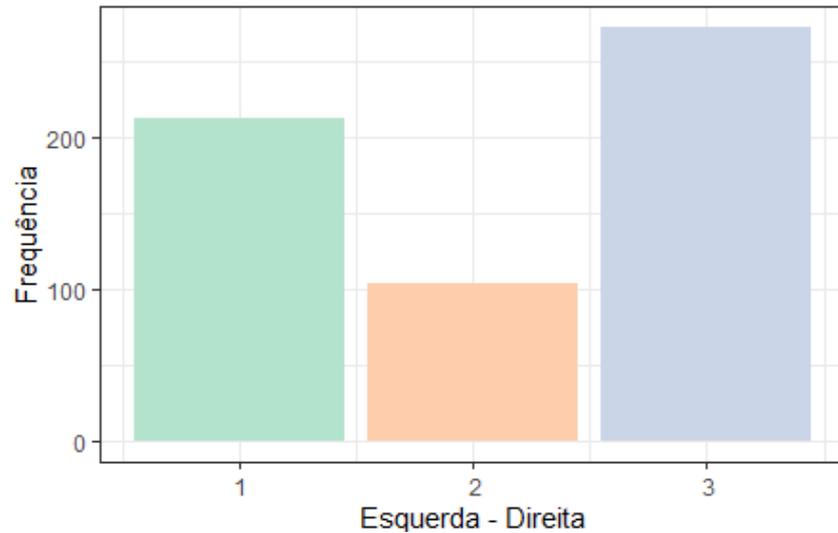
Quadro 3 – Definição de esquerda, centro e direita

<i>Categoria</i>	<i>Definição</i>
<i>Esquerda (1)</i>	Partidos definidos como comunistas, socialistas, social-democratas ou de esquerda.
<i>Centro (2)</i>	Partidos definidos como centristas ou quando a posição partidária puder ser melhor descrita como centrista (por exemplo, defensores partidários do fortalecimento da empresa privada em um contexto social-liberal).
<i>Direita (3)</i>	Partidos definidos como conservadores, democráticos cristãos ou de direita

Fonte: Database of Political Institutions, 2017

Há, ainda, casos em que não se encontravam informações suficientes para classificação (0) ou que não tinham um poder Executivo operante (NA). Foram registrados 286 casos – país/ano – de governos de direita (43,14%), 97 de centro (14,63%) e 213 de esquerda (32,13%). NA's e zeros somaram 67 ocorrências (10,11%). O gráfico abaixo resume a frequência dos casos:

Gráfico 4 – Frequência de casos por ideologia



Fonte: Elaboração Própria com base em *Database of Political Institutions*

A escolha do DPI como base para a coleta destes dados, se deu pelo fato de ser considerada a ideologia do partido do presidente, uma vez que, como já discutido, na América Latina, o poder Executivo é o principal agente tomador de decisão de política externa. Mais precisamente, os regimes presidencialistas da região fazem da diplomacia presidencial uma constante na maioria dos governos e, mesmo quando não empregada diretamente, a atuação do corpo diplomático sofre muitas intervenções dos seus respectivos presidentes.

Além disso, no DPI ainda é levado em conta o posicionamento ideológico dos presidentes acima do partido. Ou seja, quando observadas divergências entre preferências partidárias e atuação presidencial, é registrada a orientação do presidente. O mesmo ocorre para casos de políticos independentes (CRUZ, KEEFER E SCARTASCINI, 2018).

Os autores Cruz, Keefer e Scartascini (2018) ainda garantem maior validade de seus dados ao consultar diferentes fontes, e compará-los com outros projetos⁴⁷. Em casos de divergências com suas classificações, as fontes iniciais voltaram a ser consultadas. Seus resultados, em grande parte, foram consoantes com aqueles dispostos na literatura, poucos foram aqueles divergentes e ainda menos os que precisaram ser refeitos.

Finalmente, para aqueles casos sobre os quais não havia informações disponíveis no DPI (valor 0), optou-se por buscar classifica-los através das categorizações presentes na

⁴⁷ Dentre os quais os autores citam: *Political Parties of Africa and the Middle East*, *Political Parties of Eastern Europe and the Successor States* e *Expert Interpretations of Party Space and Party Locations in 42 Societies*. Este último de autoria de Huber e Inglehart, 1995.

literatura e por notícias acerca do comportamento do presidente (e de seu respectivo partido) analisado em matérias de economia e atitude política. Essa análise não permitiu sanar todos os valores ausentes, mas contribuiu para preencher alguns casos, como o de Serrano Elías (Guatemala, 1991 a 1992); Bolaños Geyer (Nicarágua, 2002 a 2006); Álvaro Uribe (Colômbia, 2003 a 2010); Lucio Gutiérrez (Equador, 2003 a 2004); Alfredo Palácio (Equador, 2005 a 2006).

5.1.2 Convergência nas votações da UNGA

Para analisar as votações na Assembleia Geral da ONU (UNGA) foram coletados todos os votos dos países membros da UNGA, por resolução, entre 1980 e 2018. Ao final, somaram-se cerca de 700.000 casos. Os dados foram retirados da base *United Nations General Assembly Voting Data* (VOETEN; STREZHNEV; BAILEY, 2009)⁴⁸.

As votações na UNGA se diferenciam das de outros órgãos por dois principais motivos: (i) apresenta apenas três opções pré-definidas de voto (sim, não ou abstenção⁴⁹) e (ii) todos os membros têm o mesmo peso decisório⁵⁰. Assim, ao considerar essa arena e analisar a convergência de votos com todos os países, são evitadas distorções no estudo.

Para esta variável, optou-se por aplicar uma adaptação do método de convergência simples utilizado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. Como já explicitado anteriormente, esta análise “corresponde ao sentido imputado à realidade” (NETO, 2011, p.65). Isso porque, em primeiro lugar, modelos diádicos não atendem a proposta deste estudo, que parte de cada país latino-americano para dois grupos compostos por todos os Estados registrados pela ONU.

Em segundo lugar, aqui não são observados os temas das votações, logo o modelo *dynamic ordinal spatial* não atenderia à proposta, já que seu foco recai sobre as preferências

⁴⁸ Versão 20 (Junho de 2019) - Disponível em:

<<https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/LEJUQZ&version=20.0>>.

Acessado em 15 de agosto de 2019.

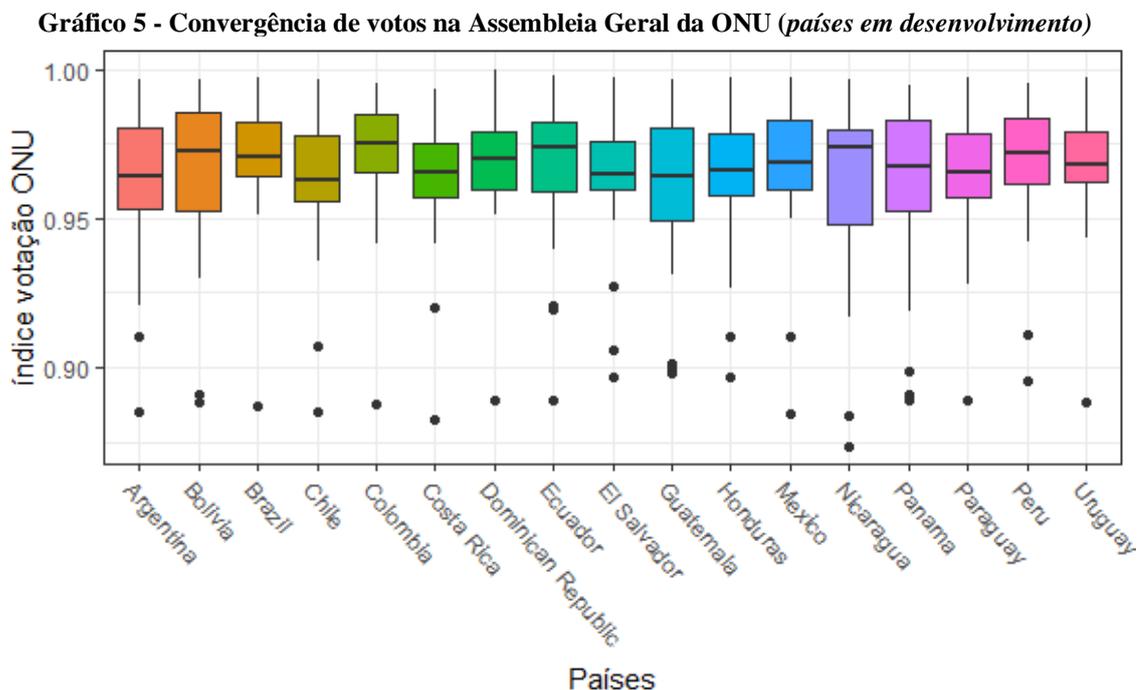
⁴⁹ As abstenções se diferenciam das ausências. Enquanto as primeiras se relacionam com um posicionamento assumido pelo país, as ausências geralmente estão correlacionadas à ocorrência de guerras civis e golpes (VOETEN, 2013).

⁵⁰ Na prática, o voto de alguns países pesa mais que de outros. Como afirma Neto (2011, p. 65), “é incorreto supor que um grupo de países que representem 9% dos presentes numa votação e seja composto por Estados Unidos, Canadá e Israel valha a mesma coisa que [...] Andorra e Comoros”.

dos Estados (e suas respectivas mudanças). Por essa mesma razão, o modelo *S score* não se aplica, já que se faz necessário o conhecimento dos *alliance portfolios*.

Desta forma, o método empregado segue uma linha próxima a das análises de blocos. Os países “parceiros” são categorizados, de acordo com o *World Economic Situation and Prospects* (WESP), em *desenvolvidos (0)* e em *desenvolvimento (1)*⁵¹. Assim, considera-se o total de votos idênticos entre cada Estado latino-americano e os grupos 0 e 1; esse resultado é dividido pelo total de resoluções votadas no ano. Forma-se, então, um índice que varia de 0 a 1, em que quanto mais perto de um, maior a convergência do país com o grupo em análise.

O gráfico abaixo permite visualizar, por país, os valores do índice de convergência com Estados em desenvolvimento:

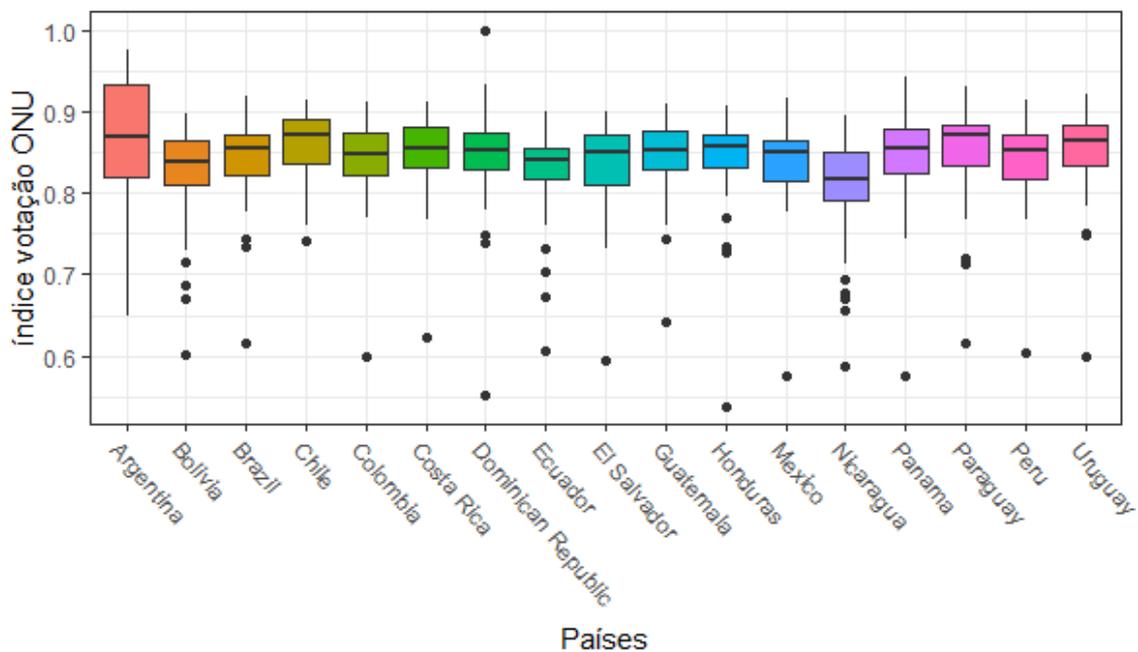


Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em *United Nations General Assembly Voting Data*

O que se percebe é que os países latino-americanos mantiveram uma alta convergência com os Estados em desenvolvimento, chegando a ser alcançado o valor máximo de coincidência pela República Dominicana, nos anos de 1994 e 1995. O valor mínimo dado foi de 0,87 pela Nicarágua em 2016.

⁵¹ Ver classificação no [Apêndice C](#)

Gráfico 6 - Convergência de votos na Assembleia Geral da ONU (países desenvolvidos)



Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em *United Nations General Assembly Voting Data*

Já com os países desenvolvidos, apesar de também manterem uma alta convergência, o valor mínimo foi inferior ao exposto anteriormente, alcançando o ponto 0,54 pela Honduras em 1999; o máximo, como no caso dos países em desenvolvimento, também foi alcançado pela Rep. Dominicana em dois anos: 1994 e 1995.

5.1.3 Comércio

As informações desta variável foram coletadas da base *WITS - UNSD Comtrade*⁵² desenvolvida pelo *WorldBank*. A partir dos dados disponíveis foi gerada uma tabela agregada com todos os Estados latino-americanos, as parcelas de exportações e importações a cada ano⁵³ e os países com os quais ocorreu essa transação.

Nesta dissertação, optou-se por utilizar o modelo de análise empregado por Sousa (2004). Essa escolha se deu pelo fato de que o IBB fornece um instrumento simples, porém eficaz de mensuração das trocas comerciais. Dado que a análise não recai sobre trocas bilaterais, *per se*, mas sim sobre a relação de um país específico com um grupo maior de Estados, o modelo

⁵² Disponível em:

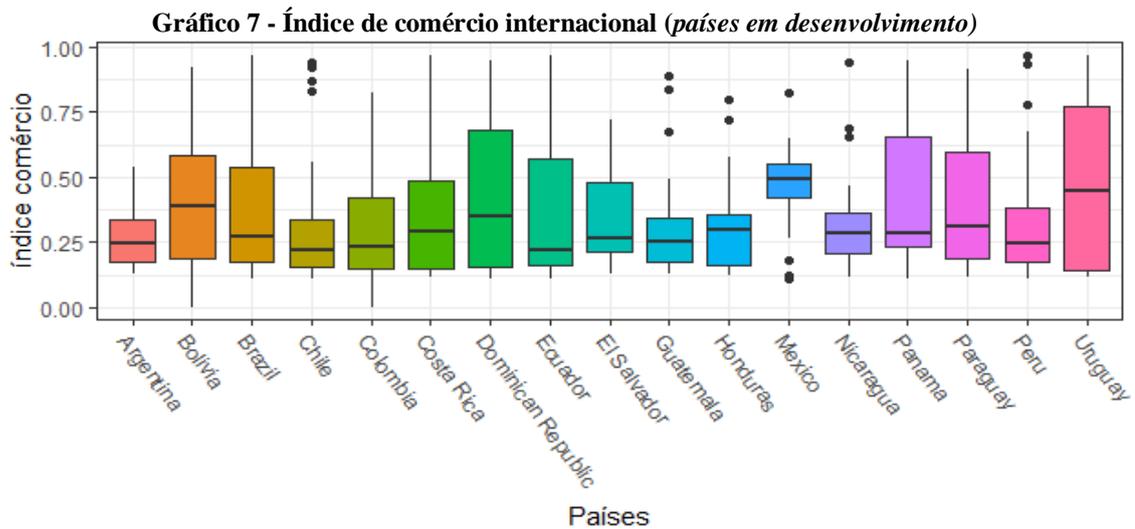
<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/ARG/Year/1993/TradeFlow/EXPIMP/Partner/bycountry>. Acessado em 20 de março 2019

⁵³ O ano inicial disponível variou: ARG, 1993; BOL, 1992; BRA, 1989; CHL, 1990; COL, 1991; CRI, 1994; SLV, 1994; ECU, 1991; GTM, 1993; HND, 1994; MEX, 1990; NIC, 1993; PAN, 1995; PRY, 1989; PER, 1992; DOM, 2001; URY, 1994

gravitacional de análise não tem seus pré-requisitos aqui atendido – o cálculo de fatores como PIB, população e distância seria completamente distorcido.

Assim, a partir desses dados calculou-se o *índice de Bela Balassa* de cada um dos países analisados com o grupo de Estados 0 (desenvolvidos) e 1 (em desenvolvimento). A variação do índice vai de -1 a +1, em que o primeiro valor indica a preponderância de importações e +1 de exportações. Como os resultados próximos a 1, negativos ou positivos, são sinônimos de intensidade das trocas comerciais, a variável foi transformada em valores absolutos, variando de 0 a 1 para identificar apenas o volume de trocas, mas não seu direcionamento.

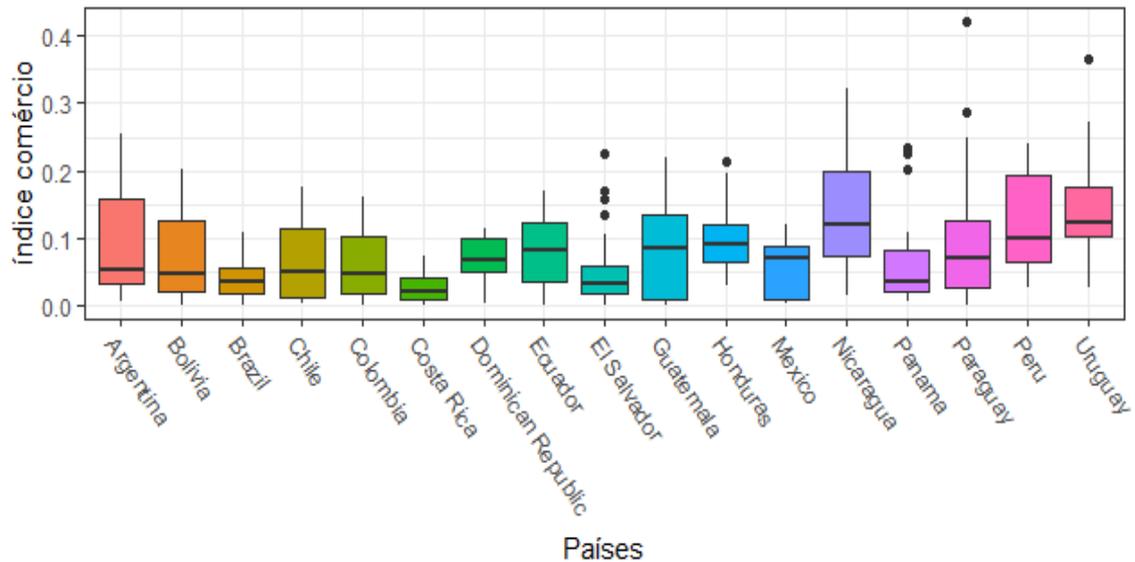
Os gráficos abaixo indicam, em valores absolutos, a distribuição do IBB de cada país latino-americano em análise com países em desenvolvimento e desenvolvidos.



Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em *World Integrated Trade Solution*

O gráfico demonstra que, com países em desenvolvimento, o menor IBB (= 0), ou seja, nenhuma relação comercial no ano, foi atingido pela Bolívia (em 1992) e pela Colômbia (em 1991 e 1992). O valor máximo registrado (0,96) foi atingido pelo Equador em 2008.

Gráfico 8 - Índice de comércio internacional (países desenvolvidos)



Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em *World Integrated Trade Solution*

Com os países desenvolvidos, o índice comercial teve valor máximo de 0,42, atingido pelo Paraguai em 2000, interessante notar que com exceção da Nicarágua, e de um caso paraguaio e um uruguaio, o IBB se manteve abaixo da linha de 0,3, indicando que ao longo do período analisado as trocas comerciais com os países desenvolvidos mantiveram baixa intensidade. Os dois menores valores dentre os casos (≈ 0) foram atingidos pela Colômbia em 1994 e pelo Uruguai em 2014.

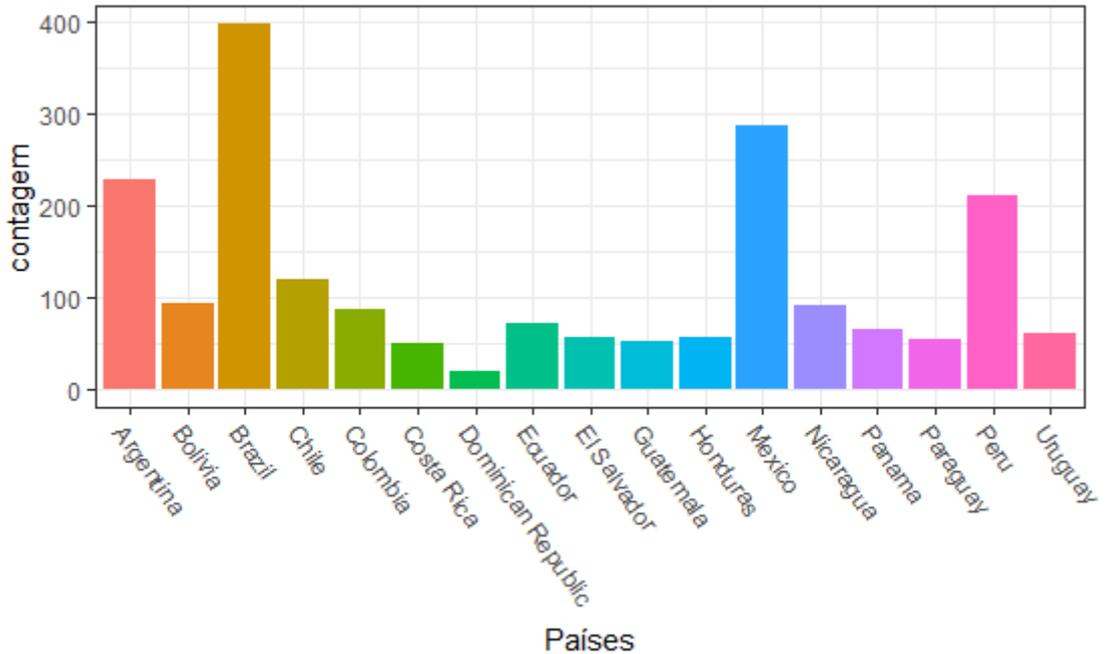
5.1.4 Tratados

Os acordos internacionais foram catalogados da base *United Nations Treaty Collection*⁵⁴. Foram considerados todos os acordos bilaterais, depositados na ONU, entre cada um dos países da América Latina e o todos os países do mundo. A análise desses documentos se pautou na contagem simples do quantitativo de acordos por ano.

Os gráficos abaixo demonstram o total de tratados no período analisado (1980-2018).

⁵⁴ Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/SearchResults.aspx?flag=Treaty&tab=UNTS>

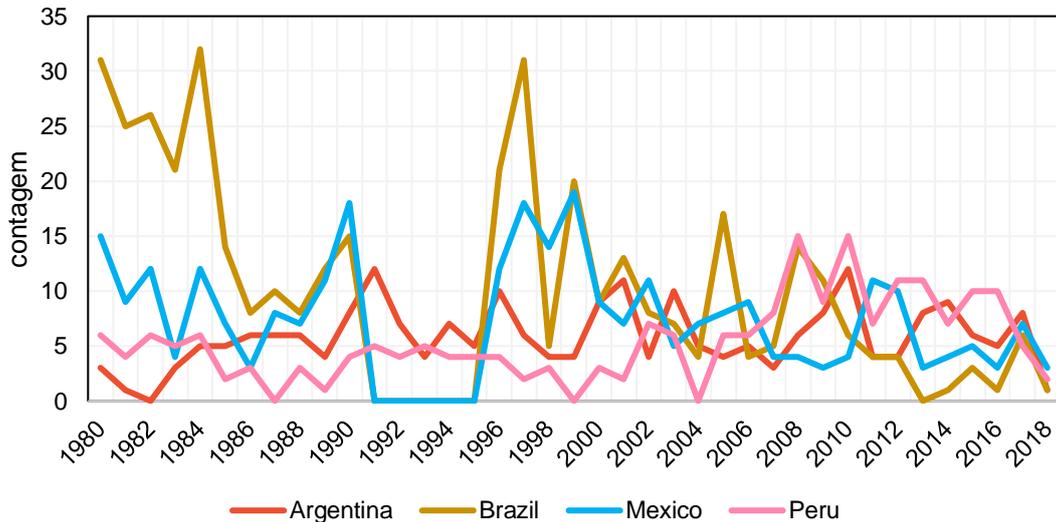
Gráfico 9 - Contagem de tratados bilaterais entre 1980 e 2018 (países desenvolvidos)



Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em *UN Treaty Collection*

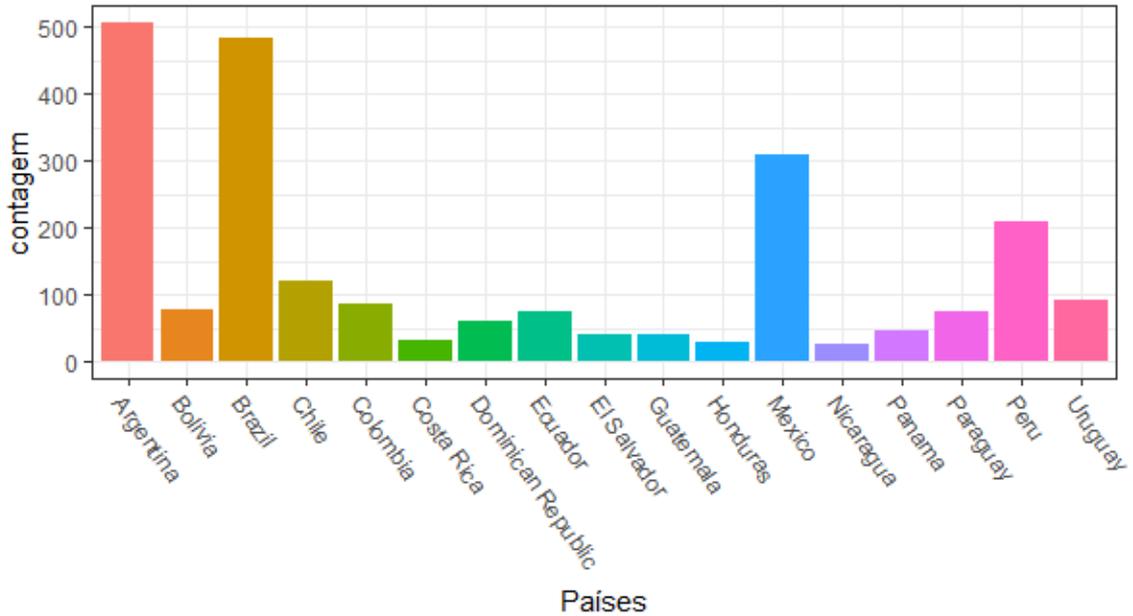
O gráfico 10 abaixo aponta, entre os Estados com mais tratados com países desenvolvidos nesse período (Argentina, Brasil, México e Peru), a variação anual da frequência desses acordos.

Gráfico 10 - Evolução dos tratados bilaterais com países desenvolvidos



Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em *UN Treaty Collection*

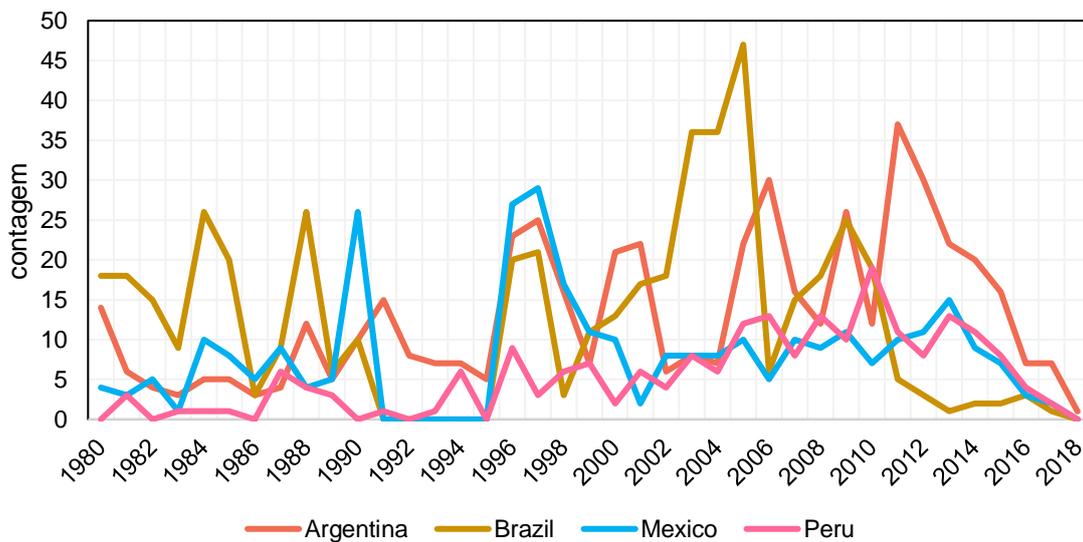
Gráfico 11 - Contagem de tratados bilaterais entre 1980 e 2018 (países em desenvolvimento)



Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em *UN Treaty Collection*

Os mesmos quatro países (Argentina, Brasil, México e Peru) que apresentaram maior quantidade de tratados com países desenvolvidos, também o fizeram com países em desenvolvimento. Mais uma vez, abaixo é exposta a contagem anual dos acordos por cada um dos quatro Estados citados.

Gráfico 12 - Evolução dos tratados bilaterais com países em desenvolvimento



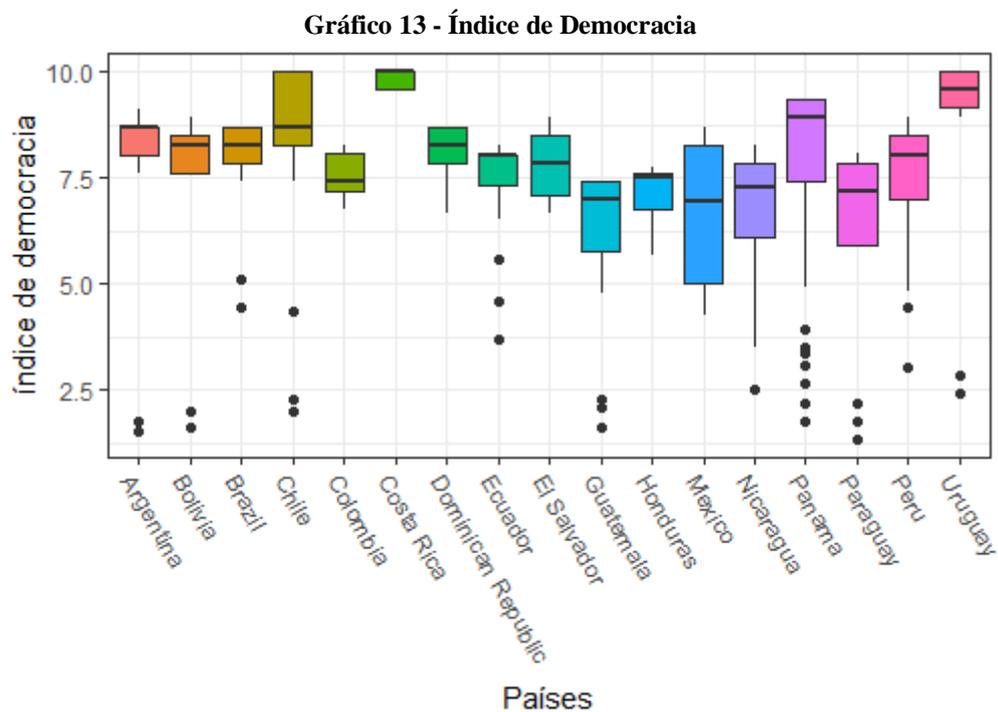
Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em *UN Treaty Collection*

5.2 Variáveis de Controle

Para analisar se de fato a ideologia dos líderes impacta os rumos da política externa latino-americana, algumas variáveis são controladas: (i) nível de democracia, (ii) PIB, (iii) Participação no CsONU e (iv) recebimento de créditos do FMI.

5.2.1 Democracia

Os dados acerca do nível de democracia dos países foram coletados do *The Quality of Government Basic Dataset*⁵⁵ (QoG). Essa variável⁵⁶ vai de 0 (menos democrático) a 10 (mais democrático). Não há dados para o ano de 1982.



Fonte: Elaboração Própria

Neste gráfico é interessante notar que a Costa Rica é o único país considerado muito democrático em todos os anos da análise. Esse nível de democracia só foi mais alcançado pelo Chile (a partir de 2003) e Uruguai (entre 1989 e 1992; e 1996 até 2010).

⁵⁵ Dahlberg, Stefan, Sören Holmberg, Bo Rothstein, Natalia Alvarado Pachon & Richard Svensson. 2019. The Quality of Government Basic Dataset, version Jan19. University of Gothenburg: The Quality of Government Institute, <http://www.qog.pol.gu.se> doi:10.18157/qogbasjan19

⁵⁶ No QoG a variável indicada é a *fh_ipolity2 – Level of Democracy*.

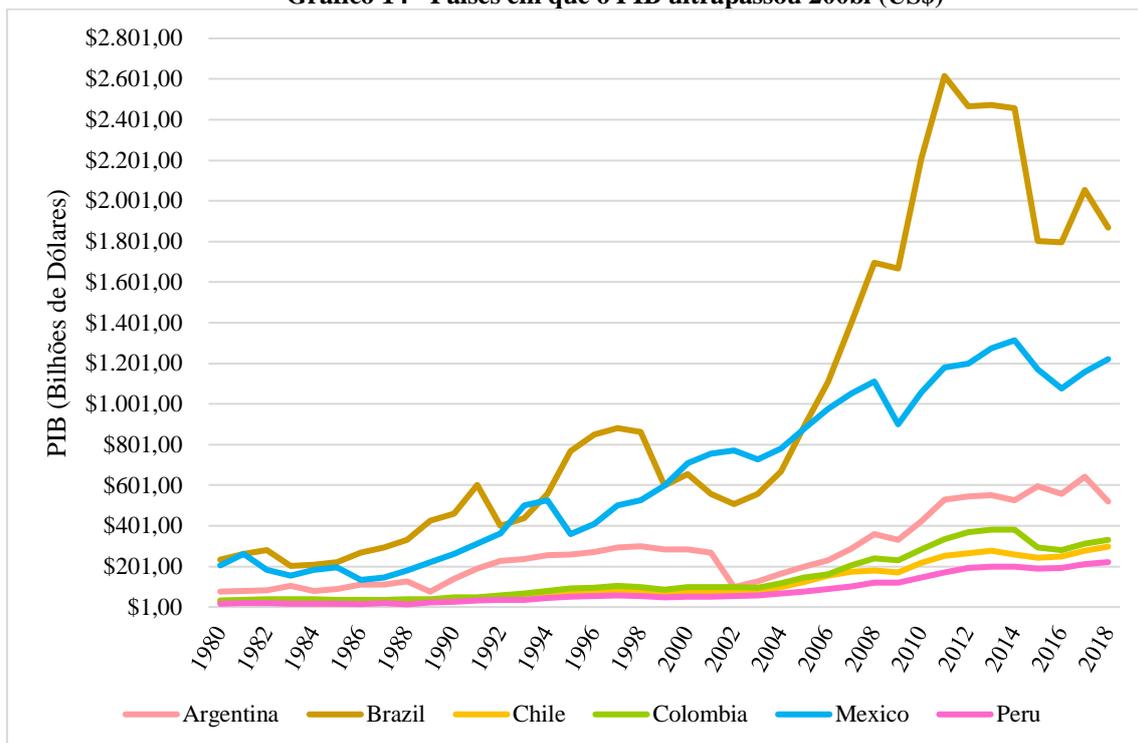
Os menores níveis de democracia (<2,5) foram registrados na Argentina (1980 e 81), Bolívia (1980 e 81), Chile (1980 e 81), Guatemala (1980, 81, 83 e 84), Panamá (1987, 88) e Paraguai (de 1980 a 87)⁵⁷.

5.2.2 PIB

O PIB dos países foi retirado da base do *World Bank National Accounts data, and OECD National Accounts data files*⁵⁸ e está assinalado em valor corrente da moeda (US\$).

O país/ano que apresentou maior PIB foi o Brasil em 2011. As 11 posições seguintes também foram registros brasileiros entre os anos de 2007 e 2018 (não necessariamente em ordem cronológica). Por outro lado, os 8 menores registros foram todos da Nicarágua entre 1980 e 1982; e 1989 a 1993.

Gráfico 14 - Países em que o PIB ultrapassou 200bi (US\$)

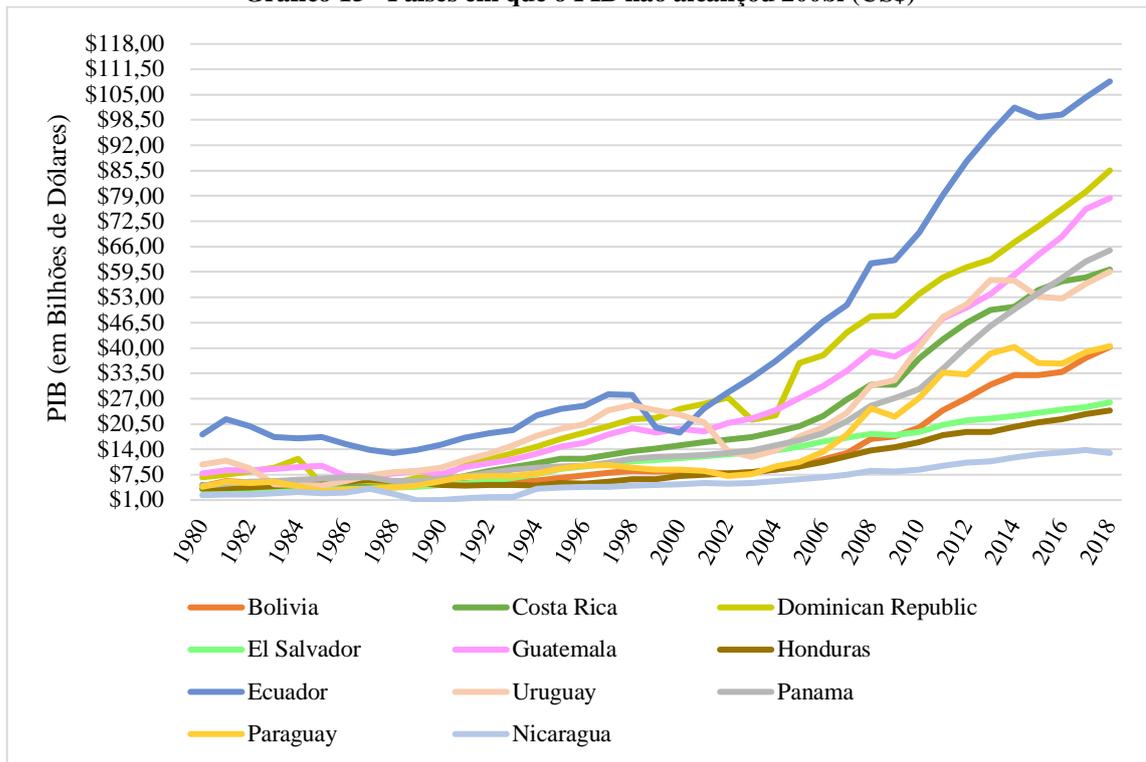


Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em worldbank.org

⁵⁷ Lista de países/ano e nível de democracia disponível no [Apêndice C](#)

⁵⁸ Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD>.

Gráfico 15 - Países em que o PIB não alcançou 200bi (US\$)



Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponíveis em *worldbank.org*

5.2.3 Participação no Conselho de Segurança da ONU

Para este caso, serão considerados os países latino americanos que ocuparam um posicionamento de membro do CsONU. Atribuiu-se “0” para os anos em que o país não foi membro e “1” para aqueles em que foi eleito. Cada mandato tem a duração de um ano.

O quadro abaixo indica quando os países em análise foram membros eleitos do CsONU a partir de 1980.

Quadro 4 – Ano de participação no CsONU

<i>País</i>	<i>Ano</i>
<i>Argentina</i>	1987 – 1988, 1994 – 1995, 1999 – 2000, 2005 – 2006, 2013 – 2014
<i>Bolívia</i>	2017 – 2018
<i>Brasil</i>	1988 – 1989, 1993 – 1994, 1998 – 1999, 2004 – 2005, 2010 – 2011
<i>Chile</i>	1996 – 1997, 2003 – 2004, 2014 – 2015
<i>Colômbia</i>	1989 – 1990, 2001 – 2002, 2011 – 2012
<i>Costa Rica</i>	1997 – 1998, 2008 – 2009
<i>Rep. Dom.</i>	2019 – 2020
<i>Equador</i>	1991 – 1992
<i>Guatemala</i>	2012 – 2013
<i>Honduras</i>	1995 – 1996
<i>México</i>	1980 – 1981, 2002 – 2003, 2009 – 2010
<i>Nicarágua</i>	1983 – 1984
<i>Peru</i>	1984 – 1985, 2006 – 2007, 2018 – 2019
<i>Uruguai</i>	2016 – 2017

Fonte: *United Nations Security Council*⁵⁹

5.2.4 Créditos do FMI

Essa variável contabiliza os créditos cedidos pelo FMI aos países entre 1980 e 2018. Os dados foram coletados da base do *World Bank - International Debt Statistics*⁶⁰ e são apresentados em valor monetário (US\$). Para o Chile, Panamá e Uruguai não há informações disponíveis.

Os maiores montantes foram recebidos pela Argentina em 2018 (US\$ 30.922.512.047,7). As primeiras 80 posições de maiores créditos são compostas apenas por Argentina, Brasil e México.

5.3 TESTES E RESULTADOS

Para testar as relações entre as variáveis especificadas nas hipóteses foram desenvolvidos quatro diferentes modelos de regressão linear, tomando a ideologia como variável independente e o (i) comércio, (ii) a convergência na UNGA e os (iii) tratados bilaterais como dependentes. Ao final, foi desenvolvido um índice aditivo com essas variáveis para teste das hipóteses principais. Essa nova variável constitui o quarto teste. Cada modelo é subdividido

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.un.org/securitycouncil/search/member>>

⁶⁰ Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/DT.DOD.DIMF.CD?view=chart>>

em dois: um para o caso das relações com países em desenvolvimento (1) e outro para os desenvolvidos (0)⁶¹.

Todos os modelos levam em consideração a ideologia (como VI) e nível de democracia, PIB, Crédito no FMI e Participação no Conselho de Segurança da ONU (como variáveis de controle).

É importante antecipar que, os efeitos captados sobre as variáveis dependentes (comércio internacional, convergência de votos na UNGA e Tratados bilaterais) se mostraram pequenos e, em alguns casos, sem significância estatística (p-valor maior que 0,05). No entanto, como recomendam Figueiredo et al. (2013, p. 33):

(1) estudiosos devem sempre analisar graficamente seus dados antes de interpretar o p-valor; (2) não faz sentido estimar o p-valor para amostras não aleatórias; (3) o p-valor é altamente afetado pelo tamanho da amostra, e (4) não faz sentido estimar o p-valor ao lidar com dados da população

No caso dos dados aqui expostos, trabalha-se com todas as atuais democracias estáveis da América Latina e seu relacionamento com todos os países do mundo, ou seja, não são analisadas amostras dos casos, mas sim a população. Logo, aplicam-se os pressupostos dos pontos dois e quatro de Figueiredo et al. (2013). Ademais, como poderá ser constatado abaixo, a análise gráfica foi priorizada para interpretação dos dados.

Além disso, para todos os casos foram utilizados gráficos de efeitos marginais para que se observassem as diferenças (ou similaridades) nas relações entre as variáveis. Para quase todas as observações, os efeitos (de ser de esquerda vs. de direita; relações com países desenvolvidos vs. em desenvolvimento) foram difusos.

Quanto aos efeitos reduzidos, um fator que pode explica-los é o fato de que, como se trata de grupos de países (desenvolvidos e em desenvolvimento) com um N amplo, a variação dos dados em si é baixa, logo não se registram grandes alterações no comportamento ao longo do tempo.

As seções a seguir explicitam os resultados para cada variável dependente^{62,63}.

⁶¹ Importante destacar que os resultados para os PD e PED serão apresentados separadamente, pois o objetivo aqui não é a comparação entre eles, mas sim lançar um olhar sobre como esquerda e direita atuam diante de cada um.

⁶² No [apêndice A](#) estão disponíveis os sumários das regressões.

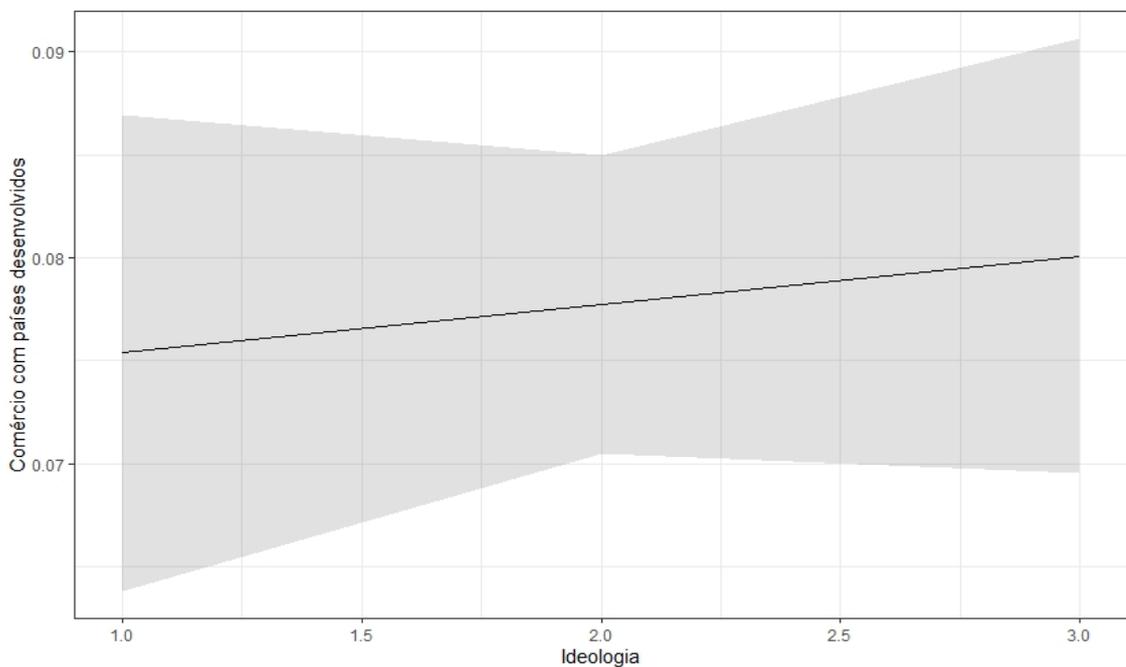
⁶³ Para evitar confusão visual, os efeitos das variáveis de controle serão apresentados graficamente no [Anexo A](#), mas, ainda assim, estarão descritos abaixo.

5.3.1 Testes

5.3.1.1 Comércio Internacional

Para testar as hipóteses 3.1 e 4.1, a primeira regressão levou em conta os efeitos da ideologia sobre o comércio internacional com países desenvolvidos (PD) controlada pela democracia, PIB, crédito no FMI e participação no CsONU. Abaixo estão explicitados os resultados:

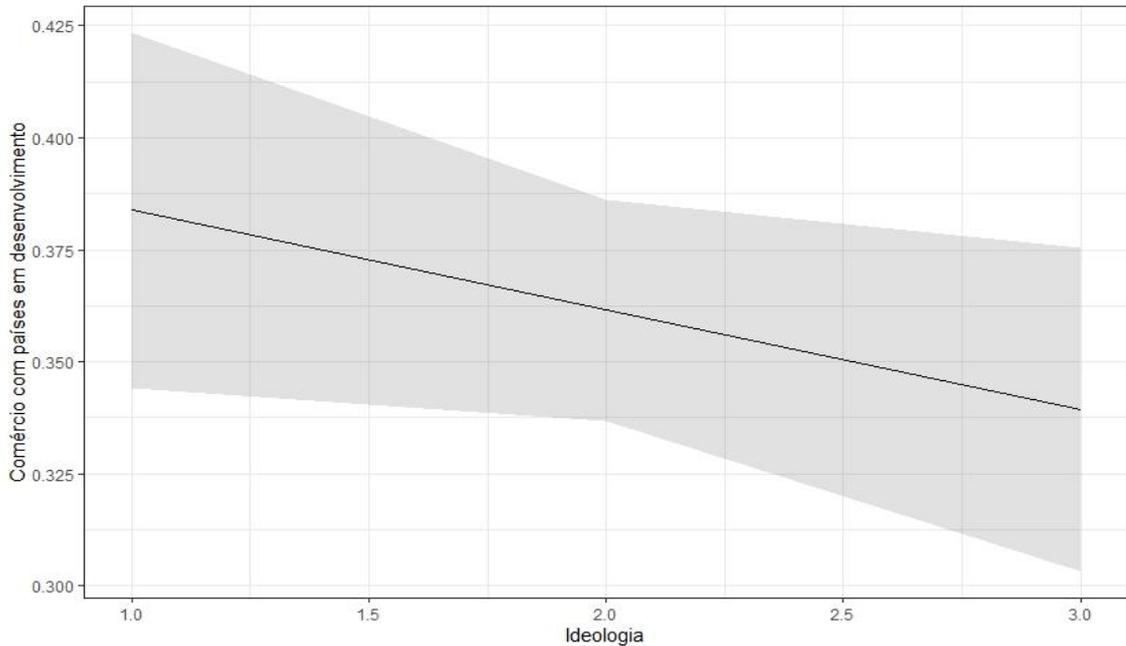
Gráfico 16 – Efeitos sobre o comércio com Países Desenvolvidos



Fonte: Elaboração Própria

O gráfico acima (16) demonstra que governos de direita ($id = 3$) apresentam maior índice de trocas comerciais com países desenvolvidos (PD). A participação no CsONU também contribui para um incremento comercial com esses Estados. O nível de democracia e o PIB, por sua vez, contra-intuitivamente afetaram negativamente os índices com os PDs. O mesmo foi visto para os créditos do FMI.

Gráfico 17 – Efeitos sobre o comércio com Países em Desenvolvimento



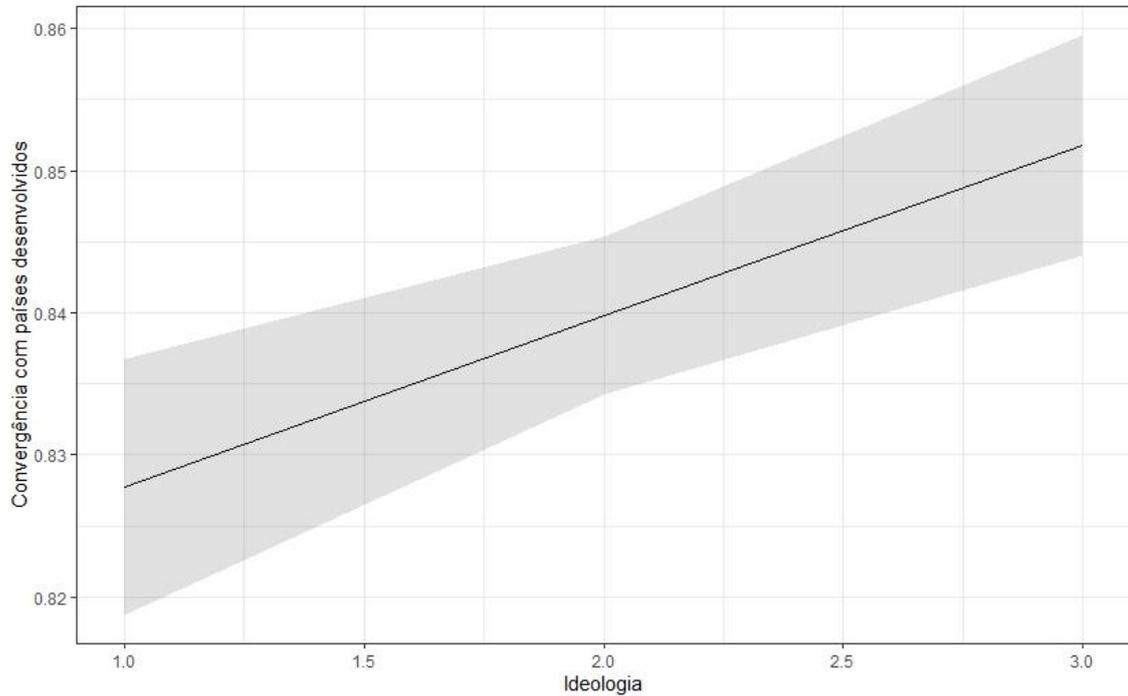
Fonte: Elaboração Própria

Ao contrário do caso anterior, o gráfico 17 demonstra que os efeitos da ideologia sobre o comércio com países em desenvolvimento (PED) parecem ser maiores. Vê-se que, quanto mais à direita (id=3), menor o comércio com os PEDs ou, dito em outras palavras, governos de esquerda (id=1) têm maiores índices de comércio com esses países. A democracia quase não afeta essa variável. A participação no CsONU, o PIB e os créditos do FMI exerceram um efeito positivo sobre a variável.

Assim, as hipóteses de que os governos de esquerda desenvolvem mais o comércio internacional com PEDs, enquanto os de direita o fazem com PDs parece ser corroborada.

5.3.1.2 Votações na UNGA

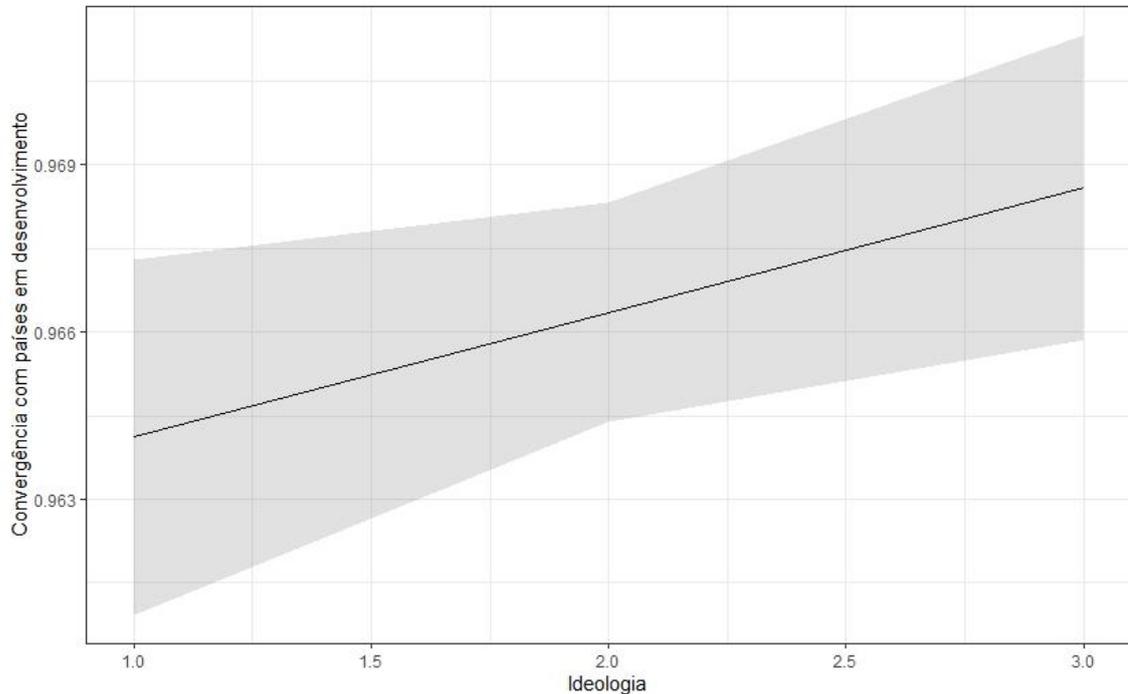
O segundo modelo de regressão foi utilizado para avaliar os efeitos – controlados – da ideologia sobre a convergência de votação na Assembleia Geral da ONU, proposto pelas hipóteses 3.2 e 4.2.

Gráfico 18 – Efeitos sobre a Convergência na UNGA com Países Desenvolvidos

Fonte: Elaboração Própria

No mesmo sentido do comércio internacional com PD, o gráfico 18 acima demonstra que quanto mais à direita, maior o índice de convergência de votos com países desenvolvidos. A democracia tem efeitos positivos sobre essa variável, os créditos do FMI, apesar de mais suaves, seguem a mesma tendência dos níveis democráticos. A participação no CsONU e o PIB tiveram um efeito pequeno, sendo que o PIB afetou negativamente a convergência com PDs e a participação no Conselho, positivamente.

Gráfico 19 – Efeitos sobre a convergência na UNGA com Países em Desenvolvimento



Fonte: Elaboração Própria

Por outro lado, diferente do que se esperava, o gráfico 19 indica que governos de direita também desenvolvem maiores índices de convergências com países em desenvolvimento. A democracia, o PIB, a participação no CsONU e os créditos do FMI tiveram um impacto negativo sobre a convergência com PEDs.

Assim, as hipóteses não foram bem corroboradas. Foi demonstrado que os governos de direita convergiram tanto com os PDs, quanto com os PEDs, sendo que com esses segundo a coincidência foi ainda mais alta.

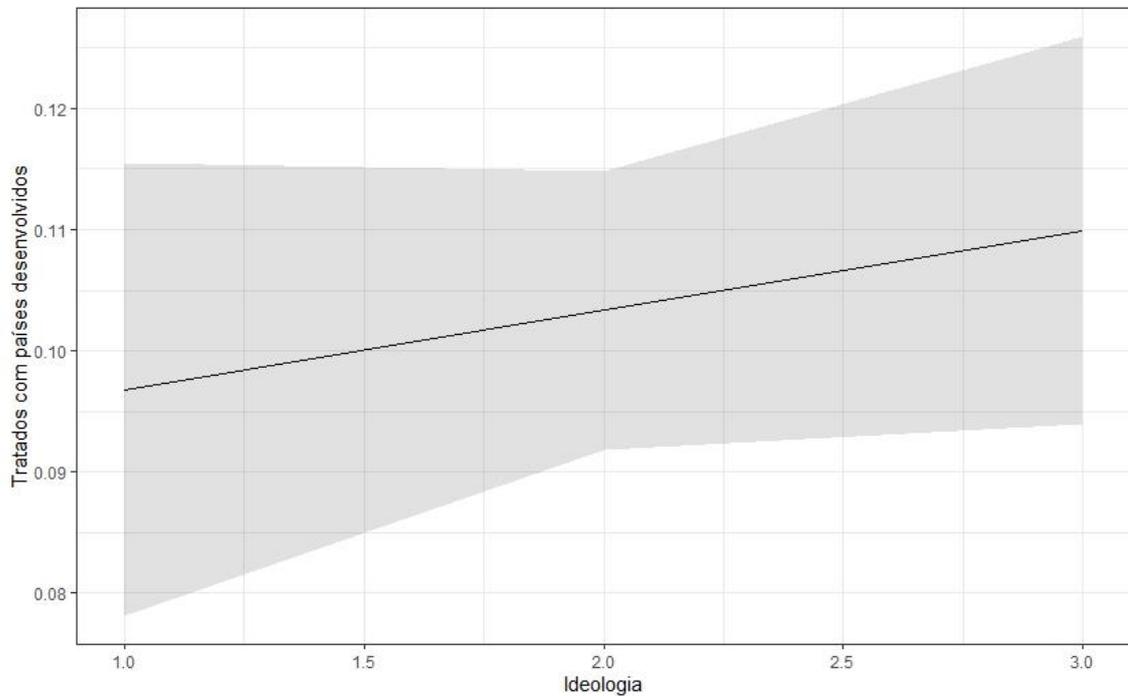
5.3.1.3 Tratados Bilaterais

A análise dos tratados bilaterais se mostrou mais complexa que a das variáveis anteriores. Os dados configuram uma contagem que varia de 0 a 32 para PDs e 0 a 47 para os PEDs. Inicialmente, buscou-se aplicar um modelo de contagem para o teste dessas variáveis, contudo surgiram algumas barreiras⁶⁴ que implicaram na escolha por manter uma análise baseada no modelo de regressão linear. Para isso, os dados passaram por um processo de normalização, no qual a variação seguiu o mesmo padrão dos índices de comércio e

⁶⁴ As dificuldades na utilização do modelo de contagem para este projeto estão expostas no próximo capítulo, Conclusões, na seção *limitações da pesquisa*. Além disso, no [apêndice B](#) são apresentados resultados do modelo de contagem rodado sem que todas as variáveis estivessem inclusas.

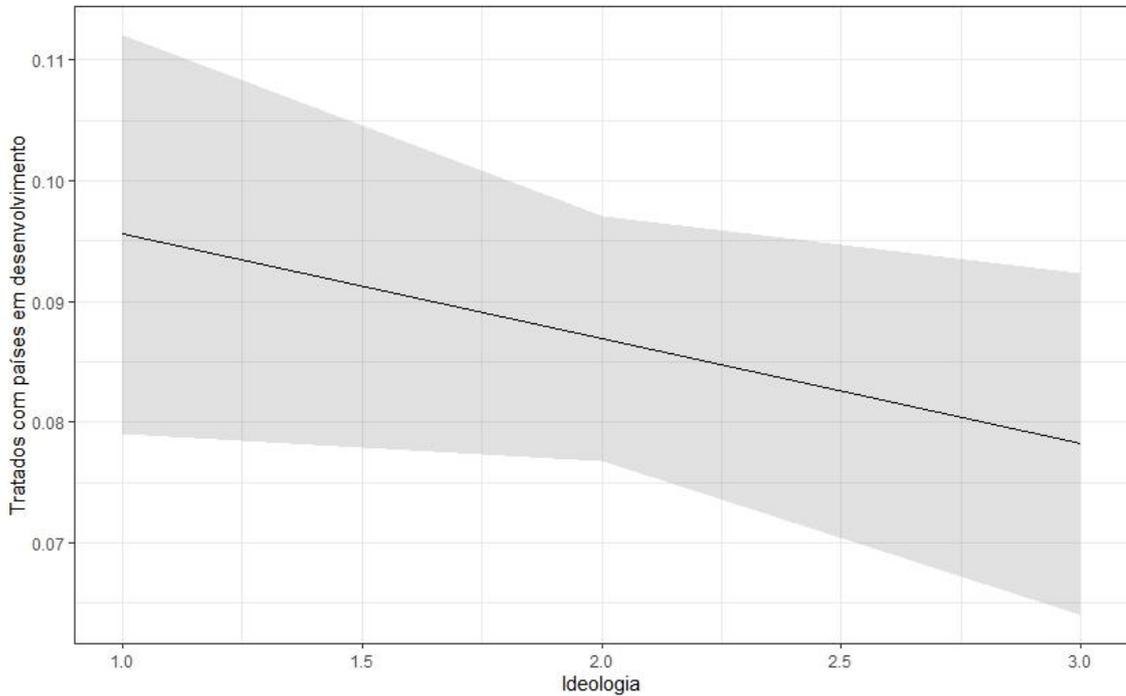
convergência, ou seja, de zero a um. Os gráficos abaixo apresentam os respectivos resultados do modelo:

Gráfico 20 – Efeitos sobre os Tratados Bilaterais com Países Desenvolvidos



Fonte: Elaboração Própria

A ideologia desempenhou um efeito positivo sobre o índice de tratados com países desenvolvidos, corroborando a hipótese de que governos de direita incrementam o número de acordos com os PDs. A participação no CsONU, os créditos do FMI e o PIB também tiveram um efeito positivo sobre essa variável. Somente a democracia, teve um impacto negativo.

Gráfico 21 – Efeitos sobre os Tratados Bilaterais com Países em Desenvolvimento

Fonte: Elaboração Própria

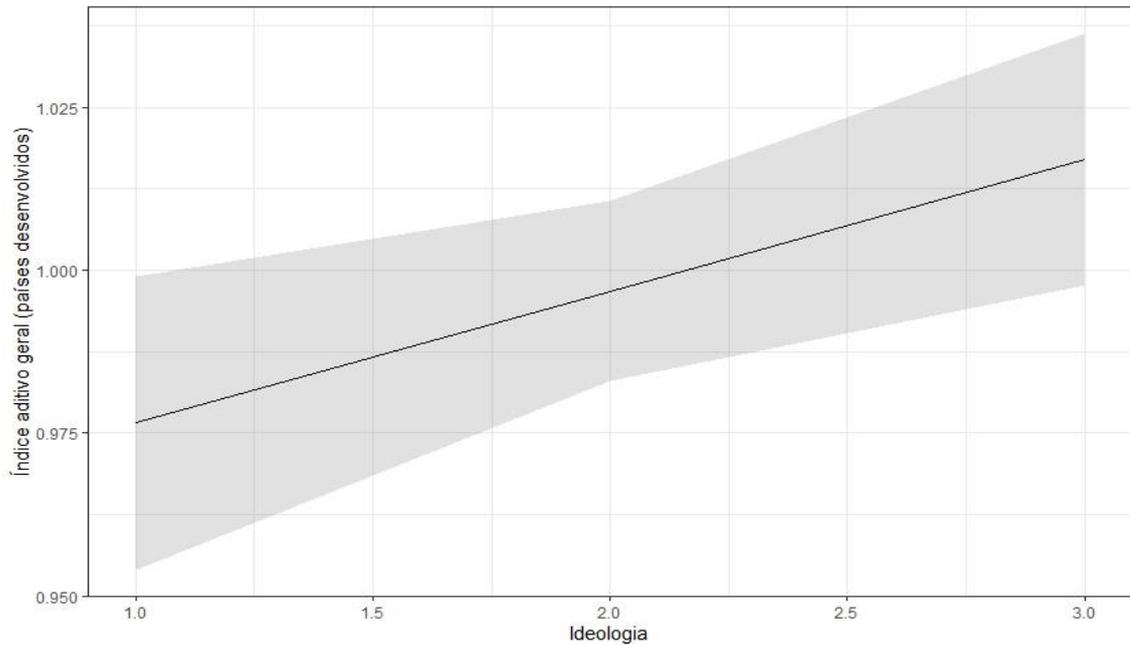
Com os países em desenvolvimento, a ideologia também corroborou a hipótese de que governos de esquerda priorizam acordos com PEDs. A democracia indicou uma relação positiva com a variável, assim como a participação no CsONU, o PIB e os créditos do FMI.

5.3.1.4 Índice Aditivo (IA)

Finalmente, como o foco central desta dissertação é a validação da prerrogativa de que existe variação nas relações dos governos latino-americanos com países desenvolvidos e em desenvolvimento, foi desenvolvido também um índice aditivo para comparar, ano a ano, como se deram as dinâmicas de proximidade e afastamento entre os Estados.

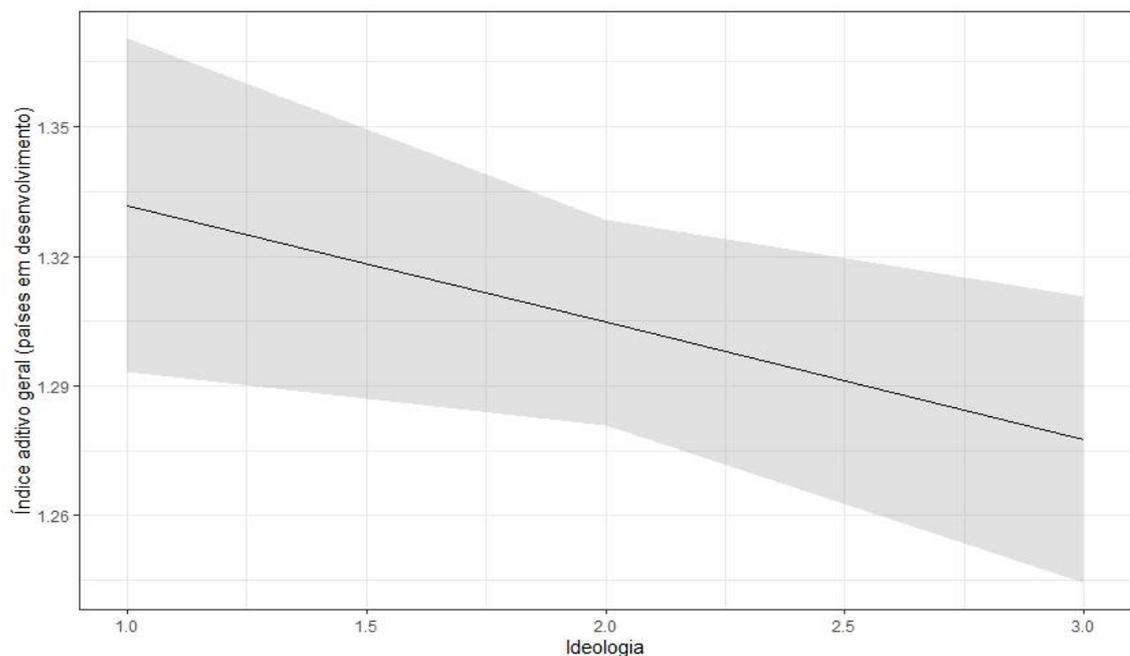
Para o índice, somaram-se os resultados de cada variável dependente por país/ano. Como cada uma varia de zero a um⁶⁵, o valor máximo que o IA pode alcançar é 3 e o mínimo é 0.

⁶⁵ Para os tratados, as contagens foram adaptadas para uma variação de 0 a 1

Gráfico 22 – Efeitos sobre o índice aditivo com Países Desenvolvidos

Fonte: Elaboração Própria

Para os casos com os países desenvolvidos o valor máximo alcançado pelo IA foi 1,84 e o mínimo, 0,55. O gráfico 22 demonstra que quanto mais à direita, maior a proximidade com os PDs, o que corrobora as hipóteses principais desta dissertação. A democracia não causou impactos sobre o índice, já a participação no CsONU, o PIB e os créditos do FMI afetaram positivamente o IA.

Gráfico 23 – Efeitos sobre o índice aditivo com Países em Desenvolvimento

Fonte: Elaboração Própria

O efeito oposto ocorre para os PED, como pode ser visto no gráfico acima. Para o índice com PED a variação foi entre 0,90 e 2,23. A ideologia afetou negativamente a relação com o IA para países em desenvolvimento. Em outras palavras, a esquerda (id=1) eleva o índice com PED, o que corrobora mais uma vez, as hipóteses principais. A democracia, a participação no CsONU, o PIB e os créditos do FMI tiveram um efeito positivo sobre a variável.

Em síntese, esses resultados corroboram as hipóteses principais, de que (i) governos de esquerda têm maior proximidade dos países em desenvolvimento e (ii) governos de direita têm de países desenvolvidos, mas chamam atenção para algumas das hipóteses secundárias e para efeitos específicos a serem discutidos na seção abaixo.

5.3.2 Discussão dos Resultados

O quadro abaixo sintetiza os achados apontados acima:

Quadro 5 – resumo dos achados

	<i>+ Ideologia</i>	<i>+ Democracia</i>	<i>+ PIB</i>	<i>+ Crédito do FMI</i>	<i>+ Participação no CsONU</i>
<i>Maior índice comercial com:</i>	PD	Pouco mais com PED	PED	PED	PD
<i>Maior convergência na UNGA com:</i>	PD/PED	PD	Reduziu a convergência com ambos	Pouco mais com PD	Pouco mais com PD
<i>Maior índice de tratados bilaterais com:</i>	PD	PED	PD/PED	PD/PED	PD/PED
<i>Maior Índice Aditivo com:</i>	PD	PED	PD/PED	PD/PED	PD/PED

Fonte: Elaboração Própria

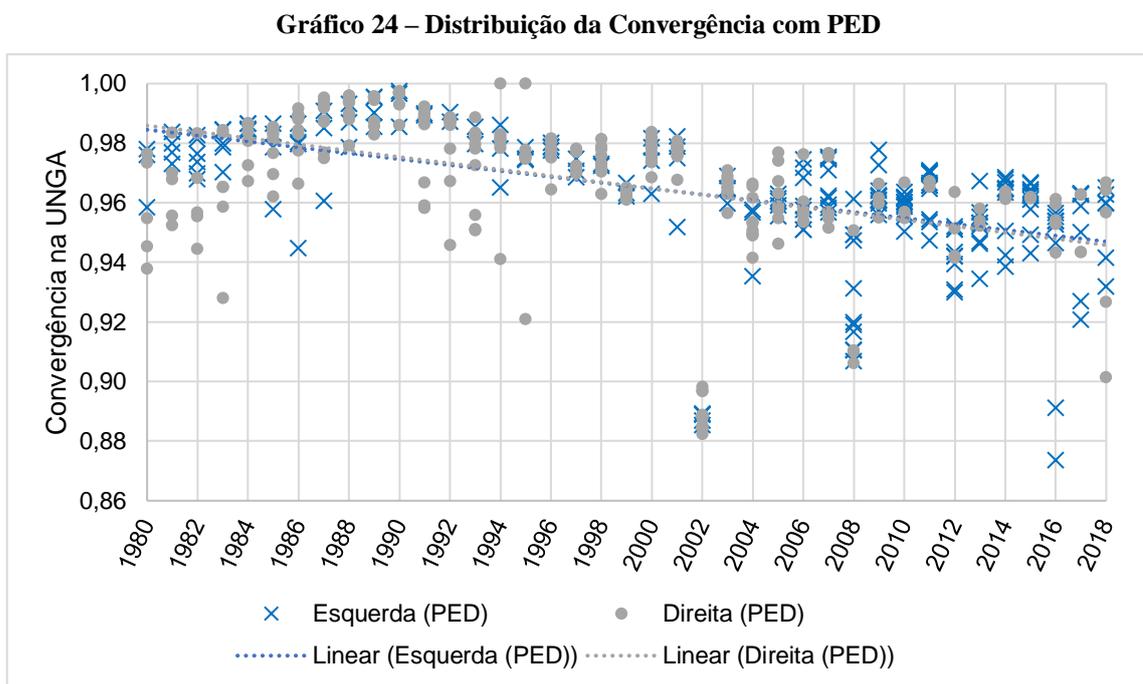
Os modelos aqui apresentados foram desenvolvidos com o intuito de testar as hipóteses de que (i) governos de esquerda tendem a ser mais próximos de países em desenvolvimento (PED), enquanto (ii) os de direita dão maior atenção aos Estados desenvolvidos (PD). As secundárias⁶⁶, à exceção da convergência de votos na Assembleia Geral da ONU com PED,

⁶⁶ Para rever as hipóteses [clique aqui](#)

foram corroboradas. Ou seja, a ideologia, controlada por outros fatores, foi capaz de prever o comportamento dos Estados em diferentes arenas do sistema internacional.

Como justificar o fato de que governos de direita tiveram mais convergência na UNGA com países em desenvolvimento do que aqueles de esquerda?

Para explorar esse resultado, o gráfico abaixo busca esclarecer o padrão de comportamento desta variável:



Fonte: Elaboração Própria

O que o gráfico 24 demonstra é que, em primeiro lugar, a grande concentração dos casos ocorre a partir da linha 0,94. Os menores valores de convergência com PED apresentado por governos de direita ocorreram em 2002 (valores que foram de 0,88 a 0,89) e os de esquerda ocorreram não somente em 2002, mas também em 2016 (valores variam entre 0,87 e 0,89). Ou seja, mesmo diante de valores destoantes, o índice de convergência se manteve muito alto. As linhas de tendência acabaram por se tornar uma, mostrando alta congruência entre os dados para esquerda e para direita.

Para além do gráfico, os dados demonstraram que em 208 unidades – presidente/ano – governos de esquerda apresentaram uma convergência maior com PED do que com PDs (em oposição a 5 casos de maior convergência com PDs). Já a direita contou com 269 casos, contra

17 em que a convergência com PDs foi maior. Essa situação demonstra que ambas ideologias na América Latina caminharam mais próximas aos Estados em desenvolvimento.

Essa situação corrobora a perspectiva apontada por Holloway (1990) de que existem clivagens na UNGA que aproximam determinados países e afastam outros. Dentre elas podem se observar os grupos regionais e os de terceiro mundo. Ou seja, nessa arena a atuação dos Estados se dá muito mais por uma política de Estado do que de governo. Assim, mesmo diante de mudanças ideológicas, os países tendem a manter uma atitude de parceria na ONU com os PED pautados na perspectiva de que juntos se tornam mais fortes para impor as vontades frente aos blocos dos países ricos.

Quando comparados esses resultados com aqueles de comércio, é viável argumentar que esse efeito constitui parte da estratégia dos governos de direita, pois como priorizam mais as questões comerciais e esperam que nas relações com os Estados ricos tenham maiores ganhos, fazem da Assembleia Geral da ONU um espaço para discussões menos econômicas e mais voltadas às pautas não-comerciais e, muitas vezes, comuns aos blocos regionais ou de países subdesenvolvidos. A esquerda, por sua vez, tem uma agenda um pouco menos focada nas questões comerciais e mais dividida com as pautas sociais e políticas, sendo assim, a UNGA se torna apenas mais um espaço para este tipo de debate, somado a outros que pela direita não seriam usados para com o mesmo propósito.

E por que a democracia teve efeitos negativos sobre o comércio e o tratado com os PDs?

Uma das causas pode estar relacionada às premissas dos *jogos de dois níveis*. Tanto o comércio internacional, quanto a adesão a certos Tratados bilaterais são questões que trazem efeitos diretos sobre a dinâmica dos grupos domésticos. Desse modo, esses atores têm uma participação mais ativa e atenta à tomada de decisão sobre tais arenas. Numa democracia consolidada, os mecanismos de *checks and balances* e *accountability* tendem a ser mais eficazes, logo, os representantes dos países nos processos de negociação são mais responsivos a interesses da sociedade e às pressões das elites (governantes e não governantes) e dos grupos de oposição.

Isso pode significar maiores entraves para o desenvolvimento do comércio e para a adesão de Tratados, principalmente quando se tratam da relação com os países ricos, visto que estes detêm maior poder de barganha e, assim, mais prerrogativas para impor suas vontades, o

que nem sempre satisfaz os atores domésticos. Por outro lado, a tendência é de que quanto menor o nível de democracia, menor a intervenção de grupos que não estão de frente com os processos de negociações, tornando-as mais fáceis para que os líderes sigam pelos caminhos que mais os atraem sem maiores entraves.

Esse caso fica claro quando observado o processo de democratização mexicana e sua relação com os Estados Unidos:

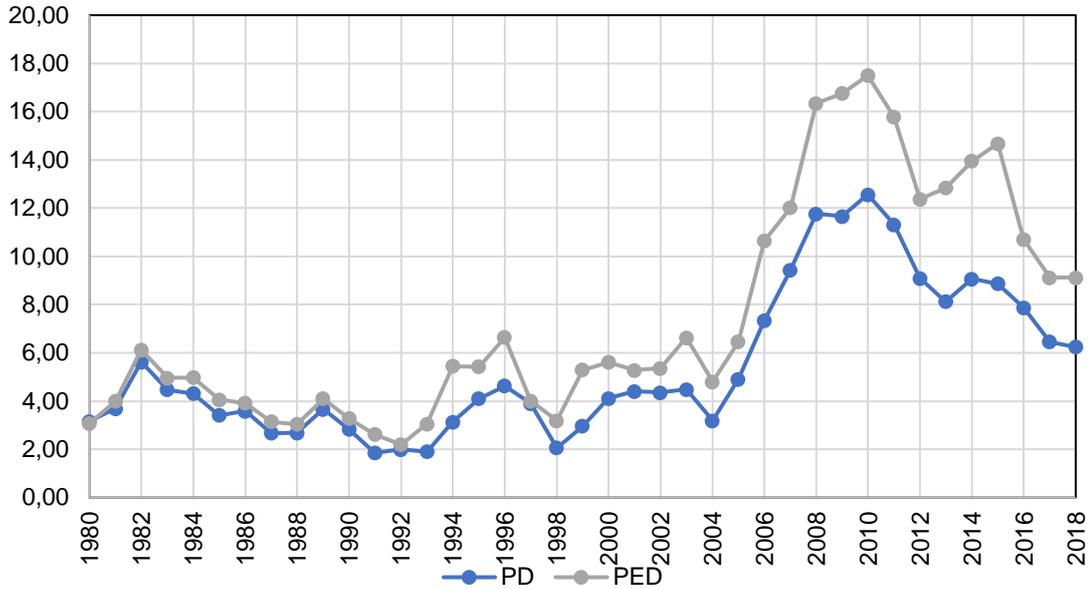
Segundo Ugalde, a democratização afetou a abordagem do México em relação aos EUA em quatro dimensões: 1) multiplicou o número de atores envolvidos na tomada de decisões em política externa; 2) aumentou o poder do Congresso mexicano, o que enfraqueceu a capacidade de manobra do presidente; 3) aumentou a expressão da opinião pública e sua influência na política externa, com impacto na avaliação pública da gestão presidencial; 4) A eleição de Fox aumentou a legitimidade da democracia e alterou a percepção dos formuladores de políticas externas nos EUA sobre o México. A democratização mudou a estrutura do processo de decisão na política externa do México em relação aos EUA e introduziu novos atores (Congresso, governos estaduais, atores não-governamentais e lobbies) através dos quais novos laços foram introduzidos com atores internos dos EUA, criando maiores pontos de contato entre as duas sociedades (Ugalde, 2004 *apud* BERNALMEZA, 2007, p. 44)⁶⁷.

5.3.2.1 *Discutindo o IA*

Quanto ao índice aditivo, uma vez confirmados os sentidos esperados nas relações entre as variáveis, os gráficos abaixo apresentam a distribuição do IA ano a ano:

⁶⁷ Tradução Livre. Texto original: “*Según Ugalde, la democratización afectó el acercamiento de México hacia EE.UU. en cuatro dimensiones: 1) multiplicó el número de actores involucrados en la toma de decisiones en política exterior; 2) aumentó el poder del Congreso mexicano, lo que debilitó la capacidad de maniobra del Presidente; 3) aumentó la expresión de la opinión pública y su influencia sobre la política exterior con impacto sobre la evaluación pública de la gestión presidencial; 4) la elección de Fox aumentó la legitimidad de la democracia y alteró la percepción de los formuladores de política exterior en EE.UU. sobre México. La democratización cambió la estructura del proceso de decisiones en la política exterior mexicana hacia EE.UU. e introdujo nuevos actores (el Congreso, los gobiernos estatales, actores no gubernamentales y lobbies) a través de los cuales se introdujeron nuevos lazos con actores internos norteamericanos, creando mayores puntos de contacto entre ambas sociedades (Ugalde, 2004)*”.

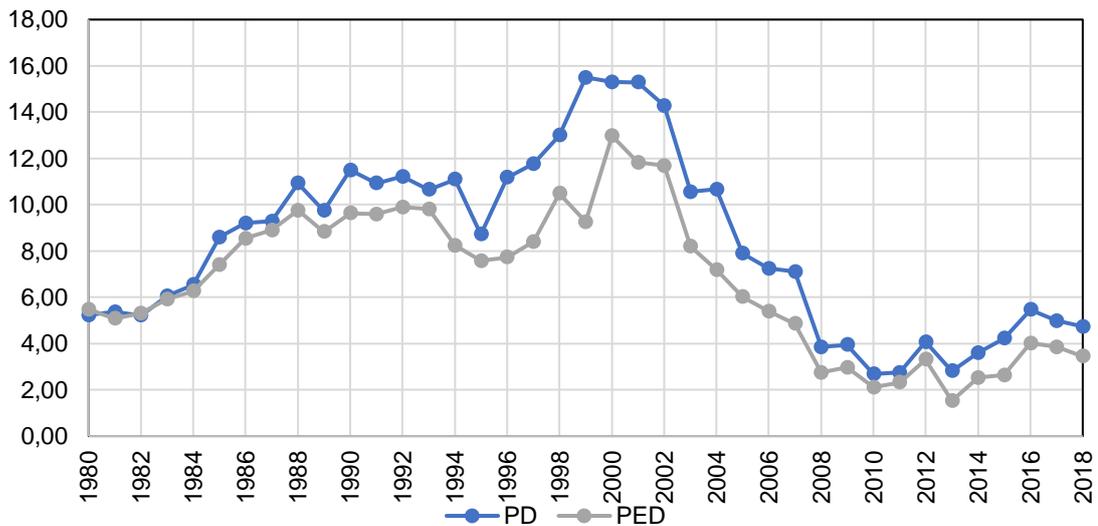
Gráfico 25 - Relação dos governos de Esquerda com o IA



Fonte: Elaboração Própria

O que se percebe com esse primeiro gráfico é que a partir de meados de 1993 começa a haver um descolamento das linhas de proximidade da esquerda com PD e PED passam e que isso é intensificado a partir de 1998, aumentado ano a ano. Esse efeito pode ser uma resposta ao fenômeno da onda rosa que começa a surgir na região da América Latina neste mesmo período e que acabou impulsionando não somente o avanço da esquerda, mas também uma maior proximidade entre esses governos dentro do espaço regional. Ou seja, havia mais países em desenvolvimento motivados por ideologias semelhantes.

Gráfico 26 - Relação dos governos de Direita com o IA



Fonte: Elaboração Própria

O segundo gráfico indica as relações dos governos da direita com PDs e PEDs. Também é possível visualizar um descolamento das linhas, iniciado em meados de 1985, mas potencializado entre 1990 e 2007. Entre 1985 e, principalmente, na década de 1990 o paradigma neoliberal dominava a região, bem como muitos governos de direita compunham as lideranças nacionais. A partir de 2003 esse descolamento vai perdendo força, possivelmente pela ascensão das esquerdas.

Além disso, em análise conjunta dos gráficos, também é perceptível índices mais baixos nos anos iniciais o que pode ser justificado por serem os primeiros momentos da democratização em boa parte da região. Nessa fase, espera-se que os Estados estejam mais voltados para a estabilização das dinâmicas internas.

6 CONCLUSÕES

O objetivo principal desta dissertação foi investigar se mudanças na ideologia dos governos latino-americanos afetam suas preferências em política externa. Para isso, buscou-se fornecer análises que fossem além dos caminhos empreendidos por boa parte dos estudos desse tema, ou seja, vinculada ao comportamento dos legisladores sobre as pautas internacionais. Portanto, foram explorados indicadores de atitudes dos Estados em nível sistêmico – considerados variáveis dependentes: comércio internacional, votações na Assembleia Geral da ONU e formulação de tratados bilaterais.

Ao longo de quase quatro décadas, a América Latina foi palco de transições democráticas, acirradas disputas políticas, conflitos e crises econômicas e políticas. Tudo isso, conferiu à região um caráter peculiar. Cada um dos Estados analisados – considerados países em desenvolvimento – desenvolveu diferentes estratégias de inserção no sistema internacional, o que, geralmente, os leva a rivalidades e desconfiança mútua.

Esse cenário de incerteza é amenizado quando governos de esquerda ascendem na região, a chamada onda rosa. Entre os países que aderiram a esse fenômeno se desenvolve um sentimento de solidariedade, muito pautado na prerrogativa de acabar com a dependência histórica dos países ricos.

É dessa ideia que nasce esta dissertação. Será que *ideologias diferentes afetam o comportamento dos Estados latino-americanos no sistema internacional?* Ou a separação entre esquerda e direita para as atitudes externas não tem importância?

Para responder à essa questão foram considerados os governos de 17 países da América Latina entre os anos de 1980 e 2018. Dado que na região há uma predominância do poder Executivo e, mais especificamente, um hiperpresidencialismo, foi considerada como variável independente a ideologia do presidente. Para cada VD foi desenvolvido um modelo de regressão linear, que leva em conta além da ideologia, quatro controles: nível de democracia, PIB, Créditos do FMI e participação no Conselho de Segurança da ONU.

As principais expectativas eram de que governos de direita tenham maior proximidade de países desenvolvidos, enquanto os de esquerda tenham de países em desenvolvimento. Para testar essas hipóteses, foi desenvolvido, além dos três primeiros modelos, um quarto em que a

variável dependente corresponde a um índice aditivo (IA) dos três indicadores analisados previamente.

Por se tratar de um estudo que considera toda a população dos casos, foram priorizadas as análises gráficas das regressões, ao invés de seus sumários propriamente ditos⁶⁸. Os resultados corroboraram as hipóteses centrais: quanto mais à direita, maior o índice aditivo com países desenvolvidos; mais à esquerda, maior o IA com países em desenvolvimento.

Contudo, nem todas as expectativas secundárias se confirmaram, na Assembleia Geral da ONU, a direita teve um efeito positivo sobre a convergência de votos com países em desenvolvimento. Esse caso pode ser explicado por diferentes meios: o comportamento dos Estados na ONU se pauta por políticas de Estado, dessa forma há uma continuidade em suas atitudes e, assim sendo, sempre é valorizada a proximidade com os PEDs, independentemente da ideologia; ou outra explicação pode se pautar nas estratégias dessa ala: a direita, nessa arena, usa o bloco dos PEDs para se fortalecer e se equiparar aos países ricos em outras esferas.

Outro ponto que chamou a atenção foi o efeito negativo da democracia sobre os tratados e o comércio com países desenvolvidos. Esse fenômeno pode ser resultante dos mecanismos de *checks and balances* e de *accountability* que níveis maiores de democracia pressupõem. Isso porque, esses instrumentos acabam limitando o poder de manobra dos presidentes e os torna dependentes da aprovação de cada vez mais grupos. Então, a explicação da premissa *democracia reduz comércio e tratados com PDs* pode residir nos grupos de interesses domésticos.

O fato é que, buscando observar os efeitos da ideologia no sistema internacional, esta dissertação se deparou com uma série de novas inquietações que podem ser esclarecidas se considerados novos indicadores, bem como outros fatores explicativos ou até mesmo, diferentes modelos de análises. Fica em aberto, então, uma agenda para futuras pesquisas. Ademais, abaixo estão descritas algumas limitações e barreiras enfrentadas no decurso deste estudo.

***Agenda de Pesquisa**

Esta dissertação constituiu uma primeira tentativa de análise dos efeitos da ideologia sobre o comportamento dos Estados no sistema internacional e, dessa forma, ainda conta com

⁶⁸ Ver Figueiredo et al., 2013

questões a serem aperfeiçoadas para desdobramentos futuros. Assim, são reconhecidas como algumas limitações do estudo:

Em primeiro lugar, pode se destacar que os debates teóricos sobre os *Tratados Bilaterais* se mostraram muito restritos a análises em cima de um acordo ou tipo específico – sendo predominante aqueles que abordam os Tratados relacionados aos Direitos Humanos. Portanto, foi necessário um maior esforço no sentido de apresentar uma discussão que preenchesse parte deste *gap*, mas ainda assim a seção que discute essa variável ainda carece de maiores aportes teóricos. Para pesquisas futuras, principalmente na área de política internacional, é interessante buscar entender as motivações dos Estados e de seus atores na formulação e participação de acordos internacionais.

Já de um ponto de vista mais metodológico, o modelo para análise da variável *Tratados Bilaterais* poderia ter sido mais sensível em relação ao tipo de dado. Numa primeira versão da análise, tentou-se empregar um modelo de contagem. Contudo, a contagem simples pela distribuição de *Poisson* não atendeu bem aos dados, que contavam com uma superdispersão e quantidade de zeros inflacionada. Partiu-se, então, para uma análise por meio da técnica de *Hurdle* pela distribuição binomial negativa⁶⁹.

Mesmo com a adaptação do modelo, algumas dificuldades surgiram e diante das limitações temporais, a saída encontrada foi a utilização de técnicas mais simples – como foi apresentado na seção 4.2 –, que apesar de indicar a direção dos efeitos da VI sobre a VD – atendendo aos objetivos do estudo –, não foi capaz de apresentar esses efeitos com precisão. Essa questão abre espaço para o aprimoramento futuro dos dados e aplicação das técnicas mais adequadas, a fim de aumentar a robustez e confrontar análise.

Outros pontos a serem destacados são: mais variáveis de controle poderiam valorizar o poder explicativo dos modelos. Possivelmente questões como participação em blocos econômicos e grupos de interesses domésticos trariam efeitos interessantes para análise das relações entre as variáveis.

Numa perspectiva mais ampla sobre as técnicas empregadas, as dependências geográficas e temporais não foram modeladas da melhor forma possível, ou seja, cada unidade (país/ano) foi tratada de maneira independente, quando na verdade são relacionadas. Para

⁶⁹ Todo os passos seguidos e resultados do modelo de contagem estão reportados no [apêndice B](#)

agenda de pesquisa futura, será importante incluir efeitos fixos por país e mandato, bem como modelar corretamente as dinâmicas temporais dos dados.

Além disso, alguns tópicos que aqui não foram tão explorados também deixam um espaço viável para estudos futuros. Em primeiro lugar, a classificação ideológica pode ser ainda mais incorporada e robusta se comparados mais estudos que abordam outros meios categorização. Em segundo lugar, será trabalhada melhor a separação das esferas econômica e política, compostas pelas variáveis, pois assim, talvez se encontrem resultados diferentes sobre essas arenas em particular. Para isso, os temas das votações na UNGA e dos tratados terão de ser considerados. Finalmente, a separação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento poderá ser revista de modo que passem a constituir uma única variável mensurada como uma razão.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.
- ALCÁNTARA SÁEZ, M. Partidos políticos en América Latina: precisiones conceptuales, estado actual y retos futuros. **Revista de estudios políticos**, n. 124, p. 55-94, 2004a.
- _____. ¿ **Instituciones o máquinas ideológicas**. Origen, programa y organización de los partidos latinoamericanos. 2004b.
- _____; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**, v. 8, n. 2, p. 137-157, 2002.
- _____; RIVAS, C. **Las dimensiones de la polarización partidista en América Latina**. Política y gobierno, v. 14, n. 2, p. 349-390, 2007.
- ALVES, F. C. L.; CORRÊA, R. O. **Modelo de mensuração de impactos econômicos relacionado com barreiras técnicas no comércio internacional**. 2010.
- AMADEO, K. **Bilateral Trade Agreements with Their Pros and Cons**. The Balance, 2019. Disponível em: <https://www.thebalance.com/what-are-bilateral-trade-agreements-pros-cons-and-list-3305911>. Acesso em 20/01/2020
- AMARAL, O. E. **O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura**. 2013.
- ARAVENA, F. R. La política internacional costarricense en la administración Carazo, 1978-1982. **Relaciones Internacionales**, v. 7, n. 1, p. 19-37, 1984.
- ASANO, C. L. **Comportamento dos Estados em instituições internacionais: padrões de votação na Comissão de Direitos Humanos da ONU (1995-2005)**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- AVILÉS, L. M. V. **La democratización centroamericana y su influencia en las políticas de la Administración Calderón Fournier en la frontera norte**. Reflexiones, v. 86, n. 2, p. 117-128, 2007.
- BAILEY, M. A.; STREZHNEV, A.; VOETEN, E. Estimating dynamic state preferences from United Nations voting data. **Journal of Conflict Resolution**, v. 61, n. 2, p. 430-456, 2015.
- _____.; VOETEN, E. A two-dimensional analysis of seventy years of United Nations voting. **Public Choice**, v. 176, n. 1-2, p. 33-55, 2018.
- BALASSA, B. **The Theory of Economic Integration**. Homewood. IL: Richard, 1961.
- BALL, M. M. Bloc voting in the General Assembly. **International Organization**, v. 5, n. 1, p. 3-31, 1951.
- BATISTA, C. Partidos políticos, ideologia e política social na América Latina: 1980-1999. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 647-686, 2008.

BAUMANN, R. **Integração regional e desenvolvimento econômico-com referência a Celso Furtado**. 2005.

BARBOSA, R. **O dissenso de Washington: Notas de um observador privilegiado sobre as relações Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Agir, 2011

BERNAL-MEZA, R. Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 42, n. 2, p. 40-51, Dec. 1999.

_____. **Política exterior Argentina: de Menem a de la Rúa ¿Hay una nueva política?**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 16, n. 1, p. 74-93, Jan. 2002.

_____. México: treinta años de política exterior. **Carta Internacional**, v. 2, n. 1, 15 mar. 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Esquerda nacional e empresários na América Latina. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 83-100, 2007.

BOTELHO, J. C. A.; ALVES, V. **O peso da ideologia na atitude dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos**. Política, Cultura e Sociedade Na América Latina: Estudos Interdisciplinares e Comparativos, v. 5, 2017, pp. 55–72.

BOSCH, M. M. **Votes in the UN General Assembly**. Martinus Nijhoff Publishers, 1998.

CAMACHO, J. R. Q. **Costa Rica contemporánea: raíces del estado de la nación**. Editorial Universidad de Costa Rica, 1999.

CANDEAS, A. W. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na "visão do outro**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em 06/11/2019

CASARÕES, G. S. P. **A política externa de Collor de Mello: bases societárias, mudanças institucionais e conjunturas globais**. Anais 3 Encontro Nacional ABRI. São Paulo, 2011.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.

CHABAT, J. **La política exterior de México: de Calderón a Peña Nieto**. La CELAC en el escenario contemporáneo de América Latina y del Caribe, p. 27-44, 2014.

COHA, Council on Hemispheric Affairs. **Changing of the Guard at the Organization of American States**. 2004. Disponível em: <http://www.coha.org/changing-of-the-guard-at-the-organization-of-american-states/>. Acessado em 20/01/2020.

CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: **Direita, volver**, p. 115-144, 2015.

CORIGLIANO, F. La política exterior del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner: una típica política peronista del siglo XXI. **Mural Internacional**, v. 2, n. 1, p. 22-27, 2011.

CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm. Acessado em: 5/12/2019

COPPEDGE, M. **A classification of Latin American political parties**. 1997.

_____. The dynamic diversity of Latin American party systems. **Party Politics**, v. 4, n. 4, p. 547-568, 1998.

DANESE, S. F. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Topbooks, 1999.

DOWNS, A. et al. **An economic theory of democracy**. 1957.

DIAMINT, R. Diez años de política exterior argentina: de Menem a Kirchner. **Colombia Internacional**, n. 56-57, p. 12-27, 2003.

DIREITO INTERNACIONAL. **Tratados internacionais I**. DireitoNet 2007. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/resumos/exibir/138/Tratados-internacionais-I>. Acessado em: 12/01/2020

DREHER, A.; JENSEN, N. M. Country or leader? Political change and UN General Assembly voting. **European Journal of Political Economy**, v. 29, p. 183-196, 2013.

DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina**. V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP, 2007.

EXAME – Mundo. **Governo de Peña Nieto é marcado por reformas, corrupção e violência**. 25 jun 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/governo-de-pena-nieto-e-marcado-por-reformas-corrupcao-e-violencia/>. Acessado em 12/01/2020

FELIÚ, P.; ONUKI, J. Unidade partidária e política externa na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 86, p. 125-142, 2014.

FERNANDES, I. F. de A. L.; CARDOSO, L. F. P. **Política Externa Brasileira e o Grupo dos Brics**. Leviathan (São Paulo), n. 11, p. 121-144, 2015.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. et al. When is statistical significance not significant?. **Brazilian Political Science Review**, v. 7, n. 1, p. 31-55, 2013.

FLORES, R. V. El proyecto de política exterior de Felipe Calderón: ¿golpe de timón?. **Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM**, n. 108, 2010.

FORD, C. **Getting Started with Hurdle Models**. University of Virginia Library Research Data Services + Sciences, 2016. Disponível em: <https://data.library.virginia.edu/getting-started-with-hurdle-models/>. Acessado em 20/01/2020

FRENKEL, A. **"Muevan el mundo que me quiero subir": Política exterior e integración regional en el gobierno de Mauricio Macri**. 2016.

GLOBAL VOICES. **Costa Rica: Conflito de Fronteira com a Nicarágua**. 11 nov 2010. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2010/11/11/costa-rica-conflito-de-fronteira-com-a-nicaragua/>. Acessado em: 05/01/2020

GONZÁLEZ, G. G.; FLORES, R. V. La política exterior de México hacia América Latina en el sexenio de Felipe Calderón (2006-2012): entre la prudencia política y el pragmatismo económico. **Foro Internacional**, 2013, p. 572-618.

HELLER, C. Tendencias generales de la política exterior del gobierno de Miguel de la Madrid. **Foro Internacional**. Vol. 30, No. 3 (119), Jan. - Mar., 1990, pp. 380-397

HERMANN, C. F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

HISCOX, M. J. Class versus industry cleavages: inter-industry factor mobility and the politics of trade. **International Organization**, v. 55, n. 1, p. 1-46, 2001.

HOLSTI, K. J. **Why nations realign: Foreign policy restructuring in the postwar world**. Routledge, 2015.

HOLLOWAY, S. Forty years of United Nations general assembly voting. **Canadian Journal of Political Science/Revue canadienne de science politique**, v. 23, n. 2, p. 279-296, 1990.

HOOGHE, L.; MARKS, G.; WILSON, C. J. Does left/right structure party positions on European integration?. **Comparative political studies**, v. 35, n. 8, p. 965-989, 2002.

HWANG, W.; SANFORD, A. G.; LEE, J. Does Membership on the UN Security Council Influence Voting in the UN General Assembly?. **International Interactions**, v. 41, n. 2, p. 256-278, 2015.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. Introduction to International Relations: Theories and Approaches.: **Oxford University Press**. 2013.

JIMÉNEZ, D. M. **La política exterior de Raúl Alfonsín (1983-1989): un balance aproximativo**. *Temas de historia argentina y americana*, n., 17, p. 99-121. 2010 Disponível em: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/la-politica-exterior-raul-alfonsin.pdf>. Acessado em 15/12/2019

KATZENSTEIN, P. J. Small states in world markets: Industrial policy in Europe. **Cornell University Press**, 1985.

KEOHANE, R.; NYE, J. Power, interdependence, and globalism. **Power and interdependence**, 2012.

KRATOCHWIL, F. The embarrassment of changes: neo-realism as the science of Realpolitik without politics. **Review of International Studies**, v. 19, n. 1, p. 63-80, 1993.

KRASNER, S. D. State power and the structure of international trade. **World Politics**, v. 28, n. 3, p. 317-347, 1976.

KREPPEL, A.; TSEBELIS, G. Coalition formation in the European Parliament. **Comparative Political Studies**, v. 32, n. 8, p. 933-966, 1999.

LIMA, M. R. S. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto internacional**, v. 22, n. 2, p. 265, 2000.

LEIRAS, M. Organización partidaria y democrática: tres tesis de los estudios comparativos y su aplicación a los partidos en la Argentina. **Revista SAAP: Sociedad Argentina de Análisis Político**, v. 1, n. 3, p. 515-560, 2004.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. M. (Ed.). **The resurgence of the Latin American left**. JHU Press, 2011.

LIJPHART, A. The analysis of bloc voting in the General Assembly: A critique and a proposal. **American Political Science Review**, v. 57, n. 4, p. 902-917, 1963.

LLAMAZARES, I.; SANDELL, R. **Partidos políticos y dimensiones ideológicas en Argentina, Chile, México y Uruguay..** Polis: Investigación y análisis sociopolítico y psicosocial, n. 99, p. 43-69, 2002.

LÓPEZ BURIAN, C. Partidos políticos, ideología y política exterior en Uruguay (2010-2014). **Colombia Internacional**, n. 83, p. 135-169, 2015.

MADRID, R. L. The Origins of the Two Lefts in Latin America. **Political Science Quarterly**, Vol. 125, No. 4 (Winter 2010-11), p. 587-609, 2010

MALAMUD, A. O Presidencialismo Na América Do Sul: Argentina e Brasil Em Perspectiva Comparada. **Análise Social**, vol. 38, no. 168, 2003, p. 715-742.

_____. Presidential diplomacy and the institutional underpinnings of Mercosur: an empirical examination. **Latin American Research Review**, p. 138-164, 2005.

_____. Overlapping regionalism, no integration: conceptual issues and the Latin American experiences. **Política Internacional**, p. 46-59, 2019.

MACOUZET, N. R. Política económica externa y diplomacia multilateral en el gobierno de Carlos Salinas de Gortari. **Foro Internacional**, v. 34, n. 4 (138, p. 700-728, 1994.

MARKS, G.; WILSON, C. J.; RAY, L. National political parties and European integration. **American Journal of Political Science**, p. 585-594, 2002.

MARTIN, L. L. Democratic commitments: Legislatures and international cooperation. Princeton: **Princeton University Press**, 2000.

MEDEIROS, M.; et al. **Partidos Políticos e Integração Regional: o impacto da dimensão esquerda-direita no proativismo parlamentar.** Anais do 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), Painel: Existe uma Norma Internacional de Conduta do Brasil? Belo Horizonte. 25-28 de julho, 2017

MEDEIROS, M. A.; MESQUITA, R.; CABRAL, M. E. F. The impact of summitry on the governance of Mercosur. *In*: MACE, Gordon et al. (Ed.). **Summits & Regional Governance: The Americas in Comparative Perspective**. Routledge, 2015.

MILNER, H. V. Interests, institutions, and information: Domestic politics and international relations. **Princeton University Press**, 1997.

_____; JUDKINS, B. Partisanship and Trade Policy: Is There a Left-Right Divide on Trade Policy?. **Social Sciences**, v. 2002, 2001.

_____; _____. Partisanship, trade policy, and globalization: Is there a left-right divide on trade policy?. **International Studies Quarterly**, v. 48, n. 1, 2004, p. 95-119.

MUÑOZ, B. G. La política exterior del gobierno de Vicente Fox hacia América latina. **El Cotidiano**, vol. 19, núm. 120, México, julio-agosto, 2003, p.37-44

NETO, O. A. **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. Elsevier Brasil, 2011.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua nova: revista de cultura e política**, n. 44, p. 27-54, 1998.

OLIVEIRA, F. N. As bases e a eficiência da teoria de paz democrática do Direito dos Povos e sua resposta ao Realismo político nas relações internacionais. **Revista Opinião Filosófica**, v. 3, n. 1, 2017.

ONUKE, J.; OLIVEIRA, A. J. Eleições, política externa e integração regional. **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, p. 145-155, 2006.

ONUKE, J.; RIBEIRO, P. F.; OLIVEIRA, A. J. Political parties, foreign policy and ideology: Argentina and Chile in comparative perspective. **Brazilian Political Science Review (Online)**, v. 4, n. SE, p. 0-0, 2009.

PANIZZA, F. Unarmed utopia revisited: the resurgence of left-of-centre politics in Latin America. **Political studies**, v. 53, n. 4, p. 716-734, 2005.

PINHEIRO, F. L. Poder Legislativo e política externa: um estudo sobre a influência do Congresso Nacional do Chile na formulação da política comercial durante a década de 1990. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 89-139, Apr. 2008

PRADO, D. F. B.; MIYAMOTO, S. **A política externa do governo José Sarney (1985-1990)**. v 8 n 16/janeiro 2010 ISSN 1677-4973, p. 67-81.

PUTNAM, R. D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista de Sociologia e política*, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010. Publicado originalmente na **revista International Organization**. Boston, v. 42, n. 3, p. 427-460, Summer. 1988. Tradução de Dalton L. G. Guimarães, Feliciano de Sá Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda

RIBEIRO, P. F.; OLIVEIRA, A. J. S. N.; GALDINO, M. Política externa chilena e espectro ideológico político-partidário: um estudo sobre a Câmara dos Deputados (2002-2006). **Revista Dados**, v. 52, n. 4, 2010.

RIESELBACH, L. N. **Quantitative techniques for studying voting behavior in the UN General Assembly**. *International Organization*, v. 14, n. 2, p. 291-306, 1960.

SAIEGH, S. M. **Partisanship, Ideology, and Representation in Latin America**. 2014.

SALAZAR, F. Globalización y política neoliberal en México. **El cotidiano**, v. 20, n. 126, 2004.

SÁNCHEZ, R. A. **Estado de bienestar, crisis económica y ajuste estructural en Costa Rica**. Euned, 2004.

SANTANA, C. R. Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula. **Carta Internacional**, v. 1, n. 3, p. 8-14, 2006.

SARAIVA, M. G.; VELASCO JR., P. A. **A Política Externa Brasileira e o fim de ciclo na América do Sul: para onde vamos?**. Pensamiento propio, v. 21, n. 44, p. 295-324, 2016.

SARAIVA, M. G.; TEDESCO, L. Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria. **Revista brasileira de política internacional**, v. 44, n. 2, p. 126-150, 2001.

SEGURA, C. H. C. et al. **Continuidades y cambios: de la administración Chinchilla Miranda a la administración Solís Rivera. La Política Exterior de Costa Rica (2014-2015)**. Escuela de Relaciones Internacionales – Universidad Nacional de Costa Rica, 2015

_____. **Seguimiento a la política exterior de Costa Rica (2014-2016)**. Escuela de Relaciones Internacionales – Universidad Nacional de Costa Rica, 2016

SIGNORINO, C. S.; RITTER, J. M. Tau-b or not tau-b: Measuring the similarity of foreign policy positions. **International Studies Quarterly**, v. 43, n. 1, p. 115-144, 1999.

SILVA, Á. V. C. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, [S.l.], v. 10, n. 49, p. 23-41, abr. 2019. ISSN 2178-8839.

DE SOUSA, J. M. B. M. Análise de compatibilidade empresa/mercados de exportação com base na comparação dos Índices de Bela Balassa. **Revista de Administração Mackenzie** (Mackenzie Management Review), v. 6, n. 1, 2004.

STEFFEN, M. W. **Democracia participativa e a esquerda latino-americana: as experiências Venezuelana (1998-2013) e brasileira (2003-2010)**. 2013.

STOKES, S. **Globalization and the left in Latin America**. Unpublished paper, 2009.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e política**, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013.

THÉRIEN, J. P.; NOEL, A. Political parties and foreign aid. **American political science review**, v. 94, n. 1, p. 151-162, 2000.

TINI, M. N. **La distancia sobre la cercanía: la política exterior argentina hacia Bolivia y Paraguay**. Relaciones Internacionales, 2008.

TUSSIE, D. Presidential diplomacy in UNASUR: Coming together for crisis management or marking turfs?. In: MACE, Gordon et al. (Ed.). **Summits & Regional Governance: The Americas in Comparative Perspective**. Routledge, 2015.

UNITED NATIONS, Sección de Tratados de la Oficina de Asuntos Jurídicos. **Manual de Tratados**. 2013. ISBN 92-1-133645.

Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/source/publications/THB/Spanish.pdf>. Acessado em 12/12/2019

VICARIOLI, V. G. Resultados y perspectivas del comercio exterior de Costa Rica. **Revista Nacional de Administración**, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2011.

VOETEN, E. Data and analyses of voting in the United Nations General Assembly. In: **Routledge handbook of international organization**. Routledge, 2013. p. 80-92.

WASSERMAN, C. **A esquerda na América latina durante os séculos XX e XXI: periodização e debates**. Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 14, n. 1, p. 19-38, 2010.

WEYLAND, K. **The performance of leftist governments in Latin America**. Leftist Governments in Latin America, p. 1-27, 2010.

_____; MADRID, R. L.; HUNTER, W. (Ed.). **Leftist governments in Latin America: Successes and shortcomings**. Cambridge University Press, 2010.

WIESEHOMMEIER, N. **The meaning of left-right in Latin America: a comparative view**. The Kellogg Institute. 2010

ZUCCO JR, C. Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidential settings. **The Journal of Politics**, v. 71, n. 3, p. 1076-1092, 2009.

APÊNDICE A – REGRESSÕES COMÉRCIO INTERNACIONAL

1. Sumários dos modelos de regressão para comércio internacional

Países Desenvolvidos

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-0.08901	-0.05073	-0.01791	0.03582	0.33006

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)	
(Intercept)	1.451e-01	3.420e-02	4.242	2.88e-05	***
IDEOLOGIA	2.346e-03	4.281e-03	0.548	0.5841	
DEMOCRACIA	-8.640e-03	3.908e-03	-2.211	0.0277	*
PIB	-1.473e-14	9.087e-15	-1.621	0.1060	
CREDITOFMI	-1.285e-12	1.162e-12	-1.106	0.2693	
CSONU	8.578e-03	1.194e-02	0.718	0.4730	

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.06756 on 332 degrees of freedom
(325 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.03859, Adjusted R-squared: 0.02411

F-statistic: 2.665 on 5 and 332 DF, p-value: 0.02225

Países em Desenvolvimento

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-0.38042	-0.17854	-0.07771	0.13627	0.63359

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)	
(Intercept)	3.906e-01	1.169e-01	3.340	0.000933	***
IDEOLOGIA	-2.223e-02	1.464e-02	-1.519	0.129672	
DEMOCRACIA	1.464e-03	1.336e-02	0.110	0.912813	
PIB	3.982e-14	3.107e-14	1.282	0.200842	
CREDITOFMI	-2.367e-12	3.972e-12	-0.596	0.551679	
CSONU	-1.693e-02	4.082e-02	-0.415	0.678588	

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.231 on 332 degrees of freedom
(325 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.01454, Adjusted R-squared: -0.0002973

F-statistic: 0.98 on 5 and 332 DF, p-value: 0.43

2. Sumários dos modelos de regressão para convergência de votação na Assembleia Geral da ONU

Países Desenvolvidos

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-0.310489	-0.017728	0.009739	0.035131	0.155887

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)	
(Intercept)	7.719e-01	1.794e-02	43.017	< 2e-16	***
IDEOLOGIA	1.201e-02	3.212e-03	3.738	0.000208	***
DEMOCRACIA	5.376e-03	1.984e-03	2.710	0.006961	**
PIB	-2.186e-15	8.107e-15	-0.270	0.787583	
CREDITOFMI	2.564e-12	1.029e-12	2.492	0.013034	*
CSONU	1.114e-03	9.504e-03	0.117	0.906777	

 Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.06194 on 483 degrees of freedom
 (174 observations deleted due to missingness)
 Multiple R-squared: 0.04604, Adjusted R-squared: 0.03617
 F-statistic: 4.662 on 5 and 483 DF, p-value: 0.0003627

Países em Desenvolvimento

Residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-0.092801	-0.008082	0.002796	0.014508	0.034368

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)	
(Intercept)	9.711e-01	6.349e-03	152.968	<2e-16	***
IDEOLOGIA	2.233e-03	1.137e-03	1.965	0.050	.
DEMOCRACIA	-1.135e-03	7.018e-04	-1.617	0.107	
PIB	-1.507e-15	2.868e-15	-0.525	0.600	
CREDITOFMI	-2.042e-13	3.640e-13	-0.561	0.575	
CSONU	-5.042e-04	3.363e-03	-0.150	0.881	

 Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.02191 on 483 degrees of freedom
 (174 observations deleted due to missingness)
 Multiple R-squared: 0.02015, Adjusted R-squared: 0.01001
 F-statistic: 1.987 on 5 and 483 DF, p-value: 0.07923

3. Sumários dos modelos de regressão para Tratados bilaterais

Países Desenvolvidos

Min	1Q	Median	3Q	Max
-0.31300	-0.07076	-0.03068	0.04092	0.84599

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)	
(Intercept)	1.151e-01	3.709e-02	3.103	0.00203	**
IDEOLOGIA	6.540e-03	6.640e-03	0.985	0.32516	
DEMOCRACIA	-7.150e-03	4.101e-03	-1.744	0.08186	.
PIB	8.354e-14	1.676e-14	4.985	8.66e-07	***
CSONU	3.048e-02	1.965e-02	1.551	0.12149	
CREDITOFMI	1.052e-11	2.127e-12	4.946	1.05e-06	***

 Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.128 on 483 degrees of freedom
 (174 observations deleted due to missingness)
 Multiple R-squared: 0.1494, Adjusted R-squared: 0.1405
 F-statistic: 16.96 on 5 and 483 DF, p-value: 1.843e-15

Países em Desenvolvimento

Residuals:

	Min	1Q	Median	3Q	Max
	-0.40097	-0.04971	-0.02337	0.02411	0.82343

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	4.118e-02	3.282e-02	1.255	0.21017
IDEOLOGIA	-8.675e-03	5.875e-03	-1.476	0.14046
DEMOCRACIA	2.822e-03	3.628e-03	0.778	0.43703
PIB	6.689e-14	1.483e-14	4.511	8.1e-06 ***
CSONU	4.908e-02	1.738e-02	2.824	0.00495 **
CREDITOFMI	2.124e-11	1.882e-12	11.284	< 2e-16 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.1133 on 483 degrees of freedom
(174 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.3391, Adjusted R-squared: 0.3323

F-statistic: 49.57 on 5 and 483 DF, p-value: < 2.2e-16

4. Sumários dos modelos de regressão para os índices aditivos

Países Desenvolvidos

Residuals:

	Min	1Q	Median	3Q	Max
	-0.42599	-0.08177	-0.01988	0.05803	0.82803

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	9.221e-01	4.472e-02	20.619	< 2e-16 ***
IDEOLOGIA	2.020e-02	8.006e-03	2.524	0.0119 *
DEMOCRACIA	1.176e-04	4.944e-03	0.024	0.9810
PIB	8.391e-14	2.020e-14	4.153	3.88e-05 ***
CREDITOFMI	1.276e-11	2.564e-12	4.975	9.10e-07 ***
CSONU	3.806e-02	2.369e-02	1.607	0.1088

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.1544 on 483 degrees of freedom
(174 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.1314, Adjusted R-squared: 0.1224

F-statistic: 14.62 on 5 and 483 DF, p-value: 2.352e-13

Países em Desenvolvimento

Residuals:

	Min	1Q	Median	3Q	Max
	-0.67756	-0.19980	-0.05712	0.12845	0.81166

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	1.129e+00	7.688e-02	14.690	< 2e-16 ***
IDEOLOGIA	-2.706e-02	1.376e-02	-1.966	0.0498 *
DEMOCRACIA	2.186e-02	8.499e-03	2.572	0.0104 *
PIB	1.869e-13	3.473e-14	5.380	1.16e-07 ***
CREDITOFMI	2.185e-11	4.409e-12	4.957	9.91e-07 ***
CSONU	4.104e-02	4.072e-02	1.008	0.3141

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.2654 on 483 degrees of freedom
(174 observations deleted due to missingness)

Multiple R-squared: 0.1892, Adjusted R-squared: 0.1808

F-statistic: 22.55 on 5 and 483 DF, p-value: < 2.2e-16

APÊNDICE B – REGRESSÕES COM DADOS DE CONTAGEM

Dada a forma de catalogação dos tratados, por meio de uma contagem simples, foi utilizada uma regressão de *Poisson*. Ao utilizá-la, presume-se que os dados da contagem têm uma distribuição de *Poisson* com uma média condicional às variáveis predictoras.

Países desenvolvidos

```
Call:
glm(formula = TRATADO_0 ~ IDEOLOGIA + democ2 + PIB + CreditoFMI +
     CSONU, family = "poisson", data = dados_compilados)
```

```
Deviance Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-4.7498 -2.0876 -0.6139  0.6985  8.6305
```

```
Coefficients:
            Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
(Intercept)  1.339e+00  1.542e-01   8.683 < 2e-16 ***
IDEOLOGIA    8.487e-02  2.988e-02   2.841 0.004503 **
democ2      -7.659e-02  1.709e-02  -4.482 7.38e-06 ***
PIB         5.671e-13  4.757e-14  11.922 < 2e-16 ***
CreditoFMI  5.875e-11  5.332e-12  11.019 < 2e-16 ***
CSONU       2.607e-01  7.118e-02   3.663 0.000249 ***
```

```
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
```

(Dispersion parameter for poisson family taken to be 1)

```
Null deviance: 2189.5 on 488 degrees of freedom
Residual deviance: 1871.1 on 483 degrees of freedom
(174 observations deleted due to missingness)
AIC: 2990
```

Number of Fisher Scoring iterations: 6

Países em desenvolvimento

```
Call:
glm(formula = TRATADO_1 ~ IDEOLOGIA + democ2 + PIB + CreditoFMI +
     CSONU, family = "poisson", data = dados_compilados)
```

```
Deviance Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-5.5705 -2.2698 -1.1093  0.5037  9.4105
```

```
Coefficients:
            Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
(Intercept)  9.958e-01  1.612e-01   6.178 6.47e-10 ***
IDEOLOGIA   -8.012e-02  2.750e-02  -2.913 0.00358 **
democ2      2.181e-02  1.808e-02   1.206 0.22771
PIB         5.583e-13  3.867e-14  14.435 < 2e-16 ***
CreditoFMI  8.651e-11  3.503e-12  24.694 < 2e-16 ***
CSONU       4.311e-01  5.873e-02   7.341 2.13e-13 ***
```

```
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
```

(Dispersion parameter for poisson family taken to be 1)

```
Null deviance: 3568.6 on 488 degrees of freedom
Residual deviance: 2594.3 on 483 degrees of freedom
(174 observations deleted due to missingness)
AIC: 3660.1
```

Number of Fisher Scoring iterations: 6

Contudo, ao comparar as previsões do modelo com os dados observados, percebe-se que a quantidade de zeros preditos é muito inferior a quantidade real, tanto para tratados com países desenvolvidos (PD), quanto com países em desenvolvimento (PED).

<u>PD</u>	<u>PED</u>
> round(exp)	> round(exp2)
[1] 22	[1] 16
> sum(trat0 < 1)	> sum(trat1 < 1)
[1] 171	[1] 209

Foi necessária, portanto, uma readaptação da regressão para que leve em conta tais resultados. Para isso, foi utilizado o modelo *hurdle* (ou modelo de barreira). Esse teste consiste em “two-part model that specifies one process for zero counts and another process for positive counts. The idea is that positive counts occur once a threshold is crossed, or put another way, a hurdle is cleared. If the hurdle is not cleared, then we have a count of 0” (FORD, 2016).

Numa primeira tentativa de rodar os modelos (para tratados com PD e PED) de *hurdle* retornou o seguinte erro:

```
Call:
hurdle(formula = TRATADO_0 ~ IDEOLOGIA + democ2 + PIB + CreditoFMI +
        CSONU, family = "poisson", data = dados_compilados)
```

```
Error in solve.default(as.matrix(fit_zero$hessian)) :
  sistema é computacionalmente singular: condição recíproca número = 5.7704
  4e-17
```

Para tentar solucionar o problema, foram sendo feitos (re)testes do modelo com a exclusão de cada uma das VIs. Ao final foi possível rodar o script apenas com as variáveis IDEOLOGIA e democ2 (nível de democracia). As três variáveis restantes, que continuaram o erro, foram remodeladas, de modo que o PIB passou a logaritmo e o CSONU (participação no Conselho de Segurança da ONU) foi transformada em categórica. Não foi encontrada solução para a inclusão da variável CreditoFMI.

O sumário dos modelos indicou efeitos mais fortes do que o previsto no primeiro teste.

Países desenvolvidos

```
Call:
hurdle(formula = TRATADO_0 ~ IDEOLOGIA + democ2 + pib2 + csonu2, data = dad
os_compilados,
        family = "poisson")
```

```
Pearson residuals:
   Min      1Q  Median      3Q      Max
-1.8214 -1.0203 -0.3471  0.5968  5.9852
```

```
Count model coefficients (truncated poisson with log link):
      Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
(Intercept) -5.556231    0.397120 -13.991 < 2e-16 ***
```

```

IDEOLOGIA    0.006739    0.029162    0.231    0.817
democ2      -0.116385    0.015778   -7.377  1.62e-13 ***
pib2        0.315899    0.014687   21.509  < 2e-16 ***
csonu21     -0.007079    0.070095   -0.101    0.920
Zero hurdle model coefficients (binomial with logit link):
      Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
(Intercept) -2.45235    1.64063   -1.495    0.1350
IDEOLOGIA    0.23958    0.11255    2.129    0.0333 *
democ2       0.11519    0.05928    1.943    0.0520 .
pib2         0.08898    0.06425    1.385    0.1661
csonu21      0.26643    0.36383    0.732    0.4640
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Number of iterations in BFGS optimization: 11
Log-likelihood: -1359 on 10 Df

```

Países em desenvolvimento

```

Call:
hurdle(formula = TRATADO_1 ~ IDEOLOGIA + democ2 + pib2 + csonu2, data = dados_compilados,
        family = "poisson")

```

```

Pearson residuals:
      Min      1Q  Median      3Q      Max
-2.4734 -0.9627 -0.4485  0.5404  6.8803

```

```

Count model coefficients (truncated poisson with log link):
      Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
(Intercept) -7.24525    0.37940  -19.097  < 2e-16 ***
IDEOLOGIA    -0.08492    0.02615   -3.247  0.00116 **
democ2       -0.04901    0.01642   -2.985  0.00284 **
pib2         0.37511    0.01374   27.310  < 2e-16 ***
csonu21      0.17423    0.05703    3.055  0.00225 **
Zero hurdle model coefficients (binomial with logit link):
      Estimate Std. Error z value Pr(>|z|)
(Intercept) -8.22485    1.73213   -4.748  2.05e-06 ***
IDEOLOGIA    0.04861    0.10881    0.447    0.655
democ2       0.07389    0.05770    1.281    0.200
pib2         0.34911    0.06858    5.091  3.57e-07 ***
csonu21      0.03963    0.36076    0.110    0.913
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

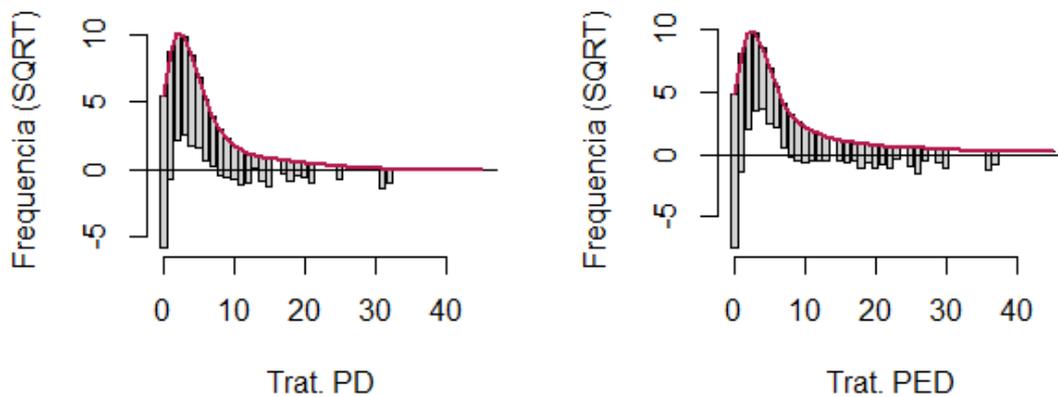
Number of iterations in BFGS optimization: 11
Log-likelihood: -1621 on 10 Df

```

A primeira parte do modelo “*Poisson truncado*” é utilizado para as contagens positiva, ou seja, sem considerar os zeros. Já a segunda parte, modela a distribuição dos zeros vs. as contagens positivas (FORD, 2016).

Uma vez controlados os valores de zero, é checada, então, a dispersão do modelo:

Distribuição dos dados por Poisson



Fonte: Elaboração Própria

Os gráficos acima demonstram uma superdispersão dos dados, com valores expressamente *underfitted*, abaixo da linha, e outros fortemente *overfitted*. Apesar de não tão intensos quanto os pontos iniciais, percebe-se que nas contagens mais altas há ainda desajustes abaixo da linha 0. Essas características indicam uma possível mau ajuste no modelo, ou seja, a variabilidade dos dados observados é muito maior do que a prevista pelo modelo de *Poisson*.

Para ajustar o modelo, foi utilizada a distribuição binomial negativa. Os novos sumários estão indicados abaixo:

Países Desenvolvidos:

```
Call:
hurdle(formula = TRATADO_0 ~ IDEOLOGIA + csonu2 + democ2 + pib2, data = dados_compilados,
        dist = "negbin")
```

```
Pearson residuals:
      Min       1Q   Median       3Q      Max
-1.1620 -0.7649 -0.2811  0.4821  4.9653
```

```
Count model coefficients (truncated negbin with log link):
```

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)	
(Intercept)	-6.90677	0.78811	-8.764	< 2e-16	***
IDEOLOGIA	0.02697	0.05317	0.507	0.61203	
csonu21	0.03147	0.13927	0.226	0.82124	
democ2	-0.08274	0.03055	-2.708	0.00676	**
pib2	0.35296	0.02772	12.733	< 2e-16	***
Log(theta)	0.75844	0.16732	4.533	5.82e-06	***

```
Zero hurdle model coefficients (binomial with logit link):
```

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)	
(Intercept)	-2.45235	1.64063	-1.495	0.1350	
IDEOLOGIA	0.23958	0.11255	2.129	0.0333	*
csonu21	0.26643	0.36383	0.732	0.4640	
democ2	0.11519	0.05928	1.943	0.0520	.
pib2	0.08898	0.06425	1.385	0.1661	

```
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
```

```
Theta: count = 2.1349
```

```
Number of iterations in BFGS optimization: 14
```

```
Log-likelihood: -1226 on 11 Df
```

Países em desenvolvimento:

```
Call:
hurdle(formula = TRATADO_1 ~ IDEOLOGIA + csonu2 + democ2 + pib2, data = dados_compilados,
        dist = "negbin")
```

Pearson residuals:

Min	1Q	Median	3Q	Max
-0.9305	-0.7874	-0.3188	0.4266	5.4409

Count model coefficients (truncated negbin with log link):

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-10.734140	1.088987	-9.857	<2e-16 ***
IDEOLOGIA	-0.018698	0.070391	-0.266	0.791
csonu21	0.093143	0.181636	0.513	0.608
democ2	-0.006079	0.042464	-0.143	0.886
pib2	0.486098	0.038056	12.773	<2e-16 ***
Log(theta)	0.022933	0.172942	0.133	0.895

Zero hurdle model coefficients (binomial with logit link):

	Estimate	Std. Error	z value	Pr(> z)
(Intercept)	-8.22485	1.73213	-4.748	2.05e-06 ***
IDEOLOGIA	0.04861	0.10881	0.447	0.655
csonu21	0.03963	0.36076	0.110	0.913
democ2	0.07389	0.05770	1.281	0.200
pib2	0.34911	0.06858	5.091	3.57e-07 ***

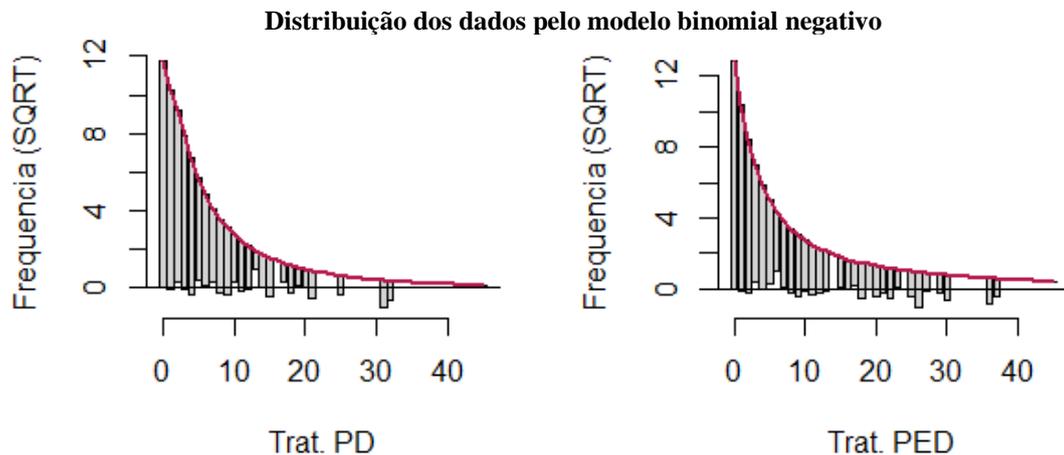
 Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Theta: count = 1.0232

Number of iterations in BFGS optimization: 11

Log-likelihood: -1258 on 11 Df

Os gráficos da nova distribuição apresentam uma distribuição melhor ajustada (mesmo que não perfeita), indicando melhor adequação do modelo de contagem pela distribuição binomial negativa.



APÊNDICE C – CLASSIFICAÇÃO DOS PAÍSES

Classificação dos países por nível de desenvolvimento segundo o *World Economic Situation and Prospects* (WESP)⁷⁰:

PD – Países desenvolvidos

PED – Países em desenvolvimento

País	Tipo
Afghanistan	PED
Albania	PD
Algeria	PED
American Samoa	PED
Andorra	PD
Angola	PED
Anguila	PED
Antigua and Barbuda	PED
Argentina	PED
Armenia	PD
Aruba	PED
Australia	PD
Austria	PD
Azerbaijan	PED
Bahamas	PED
Bahrain	PED
Bangladesh	PED
Barbados	PED
Belarus	PED
Belgium	PD
Belgium-Luxembourg	
Belize	PED
Benin	PD
Bermuda	PED
Bhutan	PED
Bolivia	PED
Bosnia and Herzegovina	PD
Botswana	PED
Brazil	PED
Brunei	PED
Bulgaria	PD

⁷⁰ Disponível em:

https://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2014wesp_country_classification.pdf

Burkina Faso	PED
Burundi	PED
Cambodia	PED
Cameroon	PED
Canada	PD
Cape Verde	PED
Central African Republic	PED
Chad	PED
Chile	PED
China	PED
Colombia	PED
Comoros	PED
Congo, Dem. Rep.	PED
Congo, Rep.	PED
Costa Rica	PED
Cote d'Ivoire	PED
Croatia	PD
Cuba	PED
Curaçao	PED
Cyprus	PED
Czech Republic	PD
Denmark	PD
Djibouti	PED
Dominica	PED
Dominican Republic	PED
Timor Leste	PED
Ecuador	PED
Egypt, Arab Rep.	PED
El Salvador	PED
Equatorial Guinea	PED
Eritrea	PED
Estonia	PD
Ethiopia	PED
Fiji	PED
Finland	PD
Fm Sudan	
France	PD
Free Zones	
French Polynesia	PD
Gabon	PED
Gambia	PED
Georgia	PD
Germany	PD
Ghana	PED
Gibraltar	
Greece	PD

Greenland	PD
Grenada	PED
Guatemala	PED
Guinea	PED
Guinea-Bissau	PED
Guyana	PED
Haiti	PED
Holy See	PD
Honduras	PED
Hong Kong, China	PED
Hungary	PD
Iceland	PED
India	PED
Indonesia	PED
Iran, Islamic Rep.	PED
Iraq	PED
Ireland	PD
Israel	PED
Italy	PD
Jamaica	PED
Japan	PD
Jordan	PED
Kazakhstan	PED
Kenya	PED
Kiribati	PED
Korea, Dem. Rep.	PD
Korea, Rep.	
Kuwait	PED
Kyrgyz Republic	PED
Lao PDR	PED
Latvia	PD
Lebanon	PED
Lesotho	PED
Liberia	PED
Libya	PED
Lithuania	PD
Luxembourg	PD
Macao	PED
Macedonia, FYR	PED
Madagascar	PED
Malawi	PED
Malasya	PED
Maldives	
Mali	PED
Malta	PD
Marshall Islands	

Mauritania	PED
Mauritius	PED
Mexico	PED
Micronesia, Fed. Sts.	
Moldova	PED
Mongolia	PED
Montenegro	PED
Morocco	PED
Mozambique	PED
Myanmar	PED
Namibia	PED
Nauru	PED
Nepal	PED
Netherlands	PD
Netherlands Antilles	PD
New Zealand	PD
Nicaragua	PED
Niger	PED
Nigeria	PED
Northern Mariana Islands	PED
Norway	PD
Occ.Pal.Terr	
Oman	PED
Other Asia, nes	
Pakistan	PED
Palau	PED
Panama	PED
Papua New Guinea	PED
Paraguay	PED
Peru	PED
Philippines	PED
Pitcairn	PED
Poland	PD
Portugal	PD
Qatar	PED
Romania	PD
Russia	PED
Rwanda	PED
Saint Helena	PED
San Marino	PED
Sao Tome and Principe	PED
Saudi Arabia	PED
Senegal	PED
Serbia, FR(Serbia/Montenegro)	PD
Seychelles	PED

Sierra Leone	PED
Singapore	PED
Slovakia	PD
Slovenia	PD
Solomon Islands	PED
Somalia	PED
South Africa	PED
Spain	PD
Sri Lanka	PED
Saint Kitts and Nevis	PED
St. Lucia	PED
St. Vincent and the Grenadines	PED
Sudan	PED
Suriname	PED
Swaziland	PED
Sweden	PD
Switzerland	PD
Syria	PED
Tajikistan	PED
Tanzania	PED
Thailand	PED
Togo	PED
Tonga	PED
Trinidad and Tobago	PED
Tunisia	PED
Turkey	PED
Turkmenistan	PED
Tuvalu	PED
Uganda	PED
Ukraine	PED
United Arab Emirates	PD
United Kingdom	PD
United States of America	PD
Unspecified	
Uruguay	PED
Us Msc.Pac.I	
Uzbekistan	PED
Vanuatu	PED
Venezuela	PED
Viet Nam	PED
Yemen	PED
Zambia	PED
Zimbabwe	PED

Países que subiram de classificação	
Hong Kong	since 1997
Israel	since 1997
Singapore	since 1997
South Korea	since 1997
Taiwan	since 1997
Cyprus	since 2001
Slovenia	since 2007
Malta	since 2008
Czech Republic	since 2009
Slovakia	since 2009
Estonia	since 2011
Latvia	since 2014
Lithuania	since 2015

Classificação das democracias latino-americanas pelo QoG⁷¹.

País	Ano	Nível de Democracia
Argentina	1980	2
Argentina	1981	2
Argentina	1982	
Argentina	1983	8
Argentina	1984	9
Argentina	1985	9
Argentina	1986	9
Argentina	1987	9
Argentina	1988	9
Argentina	1989	9
Argentina	1990	8
Argentina	1991	8
Argentina	1992	8
Argentina	1993	8
Argentina	1994	8
Argentina	1995	8
Argentina	1996	8
Argentina	1997	8
Argentina	1998	8
Argentina	1999	8
Argentina	2000	9
Argentina	2001	8
Argentina	2002	8

⁷¹ Disponível em: <https://qog.pol.gu.se/data/datadownloads/qogbasicdata>

Argentina	2003	9
Argentina	2004	9
Argentina	2005	9
Argentina	2006	9
Argentina	2007	9
Argentina	2008	9
Argentina	2009	9
Argentina	2010	9
Argentina	2011	9
Argentina	2012	9
Argentina	2013	9
Argentina	2014	9
Argentina	2015	9
Argentina	2016	9
Argentina	2017	9
Argentina	2018	
Bolivia	1980	2
Bolivia	1981	2
Bolivia	1982	
Bolivia	1983	8
Bolivia	1984	8
Bolivia	1985	9
Bolivia	1986	9
Bolivia	1987	9
Bolivia	1988	9
Bolivia	1989	9
Bolivia	1990	9
Bolivia	1991	9
Bolivia	1992	9
Bolivia	1993	9
Bolivia	1994	9
Bolivia	1995	8
Bolivia	1996	9
Bolivia	1997	9
Bolivia	1998	9
Bolivia	1999	9
Bolivia	2000	9
Bolivia	2001	9
Bolivia	2002	9
Bolivia	2003	8
Bolivia	2004	8
Bolivia	2005	8
Bolivia	2006	8
Bolivia	2007	8
Bolivia	2008	8
Bolivia	2009	8

Bolivia	2010	8
Bolivia	2011	8
Bolivia	2012	8
Bolivia	2013	8
Bolivia	2014	8
Bolivia	2015	8
Bolivia	2016	8
Bolivia	2017	8
Bolivia	2018	
Brazil	1980	4
Brazil	1981	4
Brazil	1982	
Brazil	1983	5
Brazil	1984	5
Brazil	1985	8
Brazil	1986	8
Brazil	1987	8
Brazil	1988	8
Brazil	1989	9
Brazil	1990	8
Brazil	1991	8
Brazil	1992	8
Brazil	1993	7
Brazil	1994	8
Brazil	1995	8
Brazil	1996	8
Brazil	1997	7
Brazil	1998	7
Brazil	1999	7
Brazil	2000	8
Brazil	2001	8
Brazil	2002	8
Brazil	2003	8
Brazil	2004	8
Brazil	2005	9
Brazil	2006	9
Brazil	2007	9
Brazil	2008	9
Brazil	2009	9
Brazil	2010	9
Brazil	2011	9
Brazil	2012	9
Brazil	2013	9
Brazil	2014	9
Brazil	2015	9
Brazil	2016	9

Brazil	2017	9
Brazil	2018	
Chile	1980	2
Chile	1981	2
Chile	1982	
Chile	1983	2
Chile	1984	2
Chile	1985	2
Chile	1986	2
Chile	1987	2
Chile	1988	4
Chile	1989	7
Chile	1990	9
Chile	1991	9
Chile	1992	9
Chile	1993	9
Chile	1994	9
Chile	1995	9
Chile	1996	9
Chile	1997	9
Chile	1998	8
Chile	1999	9
Chile	2000	9
Chile	2001	9
Chile	2002	9
Chile	2003	10
Chile	2004	10
Chile	2005	10
Chile	2006	10
Chile	2007	10
Chile	2008	10
Chile	2009	10
Chile	2010	10
Chile	2011	10
Chile	2012	10
Chile	2013	10
Chile	2014	10
Chile	2015	10
Chile	2016	10
Chile	2017	10
Chile	2018	
Colombia	1980	8
Colombia	1981	8
Colombia	1982	
Colombia	1983	8
Colombia	1984	8

Colombia	1985	8
Colombia	1986	8
Colombia	1987	8
Colombia	1988	8
Colombia	1989	7
Colombia	1990	7
Colombia	1991	8
Colombia	1992	8
Colombia	1993	8
Colombia	1994	8
Colombia	1995	7
Colombia	1996	7
Colombia	1997	7
Colombia	1998	7
Colombia	1999	7
Colombia	2000	7
Colombia	2001	7
Colombia	2002	7
Colombia	2003	7
Colombia	2004	7
Colombia	2005	8
Colombia	2006	8
Colombia	2007	8
Colombia	2008	7
Colombia	2009	7
Colombia	2010	7
Colombia	2011	7
Colombia	2012	7
Colombia	2013	7
Colombia	2014	7
Colombia	2015	7
Colombia	2016	8
Colombia	2017	8
Colombia	2018	
Costa Rica	1980	10
Costa Rica	1981	10
Costa Rica	1982	
Costa Rica	1983	10
Costa Rica	1984	10
Costa Rica	1985	10
Costa Rica	1986	10
Costa Rica	1987	10
Costa Rica	1988	10
Costa Rica	1989	10
Costa Rica	1990	10
Costa Rica	1991	10

Costa Rica	1992	10
Costa Rica	1993	10
Costa Rica	1994	10
Costa Rica	1995	10
Costa Rica	1996	10
Costa Rica	1997	10
Costa Rica	1998	10
Costa Rica	1999	10
Costa Rica	2000	10
Costa Rica	2001	10
Costa Rica	2002	10
Costa Rica	2003	10
Costa Rica	2004	10
Costa Rica	2005	10
Costa Rica	2006	10
Costa Rica	2007	10
Costa Rica	2008	10
Costa Rica	2009	10
Costa Rica	2010	10
Costa Rica	2011	10
Costa Rica	2012	10
Costa Rica	2013	10
Costa Rica	2014	10
Costa Rica	2015	10
Costa Rica	2016	10
Costa Rica	2017	10
Costa Rica	2018	
Dominican Republic	1980	8
Dominican Republic	1981	9
Dominican Republic	1982	
Dominican Republic	1983	9
Dominican Republic	1984	8
Dominican Republic	1985	8
Dominican Republic	1986	8
Dominican Republic	1987	8
Dominican Republic	1988	8
Dominican Republic	1989	8
Dominican Republic	1990	8
Dominican Republic	1991	8
Dominican Republic	1992	8
Dominican Republic	1993	7
Dominican Republic	1994	7
Dominican Republic	1995	7
Dominican Republic	1996	8
Dominican Republic	1997	8
Dominican Republic	1998	8

Dominican Republic	1999	8
Dominican Republic	2000	9
Dominican Republic	2001	9
Dominican Republic	2002	9
Dominican Republic	2003	8
Dominican Republic	2004	9
Dominican Republic	2005	9
Dominican Republic	2006	9
Dominican Republic	2007	9
Dominican Republic	2008	9
Dominican Republic	2009	9
Dominican Republic	2010	9
Dominican Republic	2011	9
Dominican Republic	2012	9
Dominican Republic	2013	8
Dominican Republic	2014	8
Dominican Republic	2015	8
Dominican Republic	2016	8
Dominican Republic	2017	8
Dominican Republic	2018	
Ecuador	1980	9
Ecuador	1981	9
Ecuador	1982	
Ecuador	1983	9
Ecuador	1984	9
Ecuador	1985	8
Ecuador	1986	8
Ecuador	1987	8
Ecuador	1988	9
Ecuador	1989	9
Ecuador	1990	9
Ecuador	1991	9
Ecuador	1992	9
Ecuador	1993	9
Ecuador	1994	9
Ecuador	1995	9
Ecuador	1996	8
Ecuador	1997	8
Ecuador	1998	9
Ecuador	1999	9
Ecuador	2000	7
Ecuador	2001	7
Ecuador	2002	7
Ecuador	2003	7
Ecuador	2004	7
Ecuador	2005	7

Ecuador	2006	8
Ecuador	2007	7
Ecuador	2008	7
Ecuador	2009	7
Ecuador	2010	7
Ecuador	2011	7
Ecuador	2012	7
Ecuador	2013	7
Ecuador	2014	7
Ecuador	2015	7
Ecuador	2016	7
Ecuador	2017	7
Ecuador	2018	
El Salvador	1980	4
El Salvador	1981	5
El Salvador	1982	
El Salvador	1983	6
El Salvador	1984	7
El Salvador	1985	7
El Salvador	1986	7
El Salvador	1987	7
El Salvador	1988	7
El Salvador	1989	7
El Salvador	1990	7
El Salvador	1991	7
El Salvador	1992	8
El Salvador	1993	8
El Salvador	1994	8
El Salvador	1995	8
El Salvador	1996	8
El Salvador	1997	8
El Salvador	1998	8
El Salvador	1999	8
El Salvador	2000	8
El Salvador	2001	8
El Salvador	2002	8
El Salvador	2003	8
El Salvador	2004	8
El Salvador	2005	8
El Salvador	2006	8
El Salvador	2007	8
El Salvador	2008	8
El Salvador	2009	8
El Salvador	2010	8
El Salvador	2011	8
El Salvador	2012	8

El Salvador	2013	8
El Salvador	2014	8
El Salvador	2015	8
El Salvador	2016	8
El Salvador	2017	8
El Salvador	2018	
Guatemala	1980	2
Guatemala	1981	2
Guatemala	1982	
Guatemala	1983	2
Guatemala	1984	2
Guatemala	1985	5
Guatemala	1986	7
Guatemala	1987	7
Guatemala	1988	7
Guatemala	1989	7
Guatemala	1990	6
Guatemala	1991	6
Guatemala	1992	5
Guatemala	1993	5
Guatemala	1994	5
Guatemala	1995	5
Guatemala	1996	7
Guatemala	1997	7
Guatemala	1998	7
Guatemala	1999	7
Guatemala	2000	7
Guatemala	2001	7
Guatemala	2002	7
Guatemala	2003	7
Guatemala	2004	7
Guatemala	2005	7
Guatemala	2006	7
Guatemala	2007	7
Guatemala	2008	7
Guatemala	2009	7
Guatemala	2010	7
Guatemala	2011	7
Guatemala	2012	7
Guatemala	2013	7
Guatemala	2014	7
Guatemala	2015	7
Guatemala	2016	7
Guatemala	2017	7
Guatemala	2018	
Honduras	1980	6

Honduras	1981	7
Honduras	1982	
Honduras	1983	7
Honduras	1984	8
Honduras	1985	8
Honduras	1986	8
Honduras	1987	8
Honduras	1988	8
Honduras	1989	8
Honduras	1990	8
Honduras	1991	8
Honduras	1992	8
Honduras	1993	7
Honduras	1994	7
Honduras	1995	7
Honduras	1996	7
Honduras	1997	8
Honduras	1998	8
Honduras	1999	8
Honduras	2000	8
Honduras	2001	8
Honduras	2002	8
Honduras	2003	8
Honduras	2004	8
Honduras	2005	8
Honduras	2006	8
Honduras	2007	8
Honduras	2008	8
Honduras	2009	7
Honduras	2010	7
Honduras	2011	7
Honduras	2012	7
Honduras	2013	7
Honduras	2014	7
Honduras	2015	7
Honduras	2016	7
Honduras	2017	6
Honduras	2018	
Mexico	1980	5
Mexico	1981	5
Mexico	1982	
Mexico	1983	5
Mexico	1984	5
Mexico	1985	4
Mexico	1986	4
Mexico	1987	4

Mexico	1988	5
Mexico	1989	5
Mexico	1990	5
Mexico	1991	5
Mexico	1992	5
Mexico	1993	5
Mexico	1994	6
Mexico	1995	6
Mexico	1996	6
Mexico	1997	7
Mexico	1998	7
Mexico	1999	7
Mexico	2000	8
Mexico	2001	8
Mexico	2002	9
Mexico	2003	9
Mexico	2004	9
Mexico	2005	9
Mexico	2006	8
Mexico	2007	8
Mexico	2008	8
Mexico	2009	8
Mexico	2010	8
Mexico	2011	8
Mexico	2012	8
Mexico	2013	8
Mexico	2014	8
Mexico	2015	8
Mexico	2016	8
Mexico	2017	8
Mexico	2018	
Nicaragua	1980	4
Nicaragua	1981	3
Nicaragua	1982	
Nicaragua	1983	3
Nicaragua	1984	4
Nicaragua	1985	4
Nicaragua	1986	4
Nicaragua	1987	4
Nicaragua	1988	4
Nicaragua	1989	4
Nicaragua	1990	7
Nicaragua	1991	7
Nicaragua	1992	7
Nicaragua	1993	6
Nicaragua	1994	6

Nicaragua	1995	7
Nicaragua	1996	8
Nicaragua	1997	8
Nicaragua	1998	8
Nicaragua	1999	8
Nicaragua	2000	8
Nicaragua	2001	8
Nicaragua	2002	8
Nicaragua	2003	8
Nicaragua	2004	8
Nicaragua	2005	8
Nicaragua	2006	8
Nicaragua	2007	8
Nicaragua	2008	8
Nicaragua	2009	7
Nicaragua	2010	7
Nicaragua	2011	7
Nicaragua	2012	7
Nicaragua	2013	8
Nicaragua	2014	8
Nicaragua	2015	8
Nicaragua	2016	6
Nicaragua	2017	6
Nicaragua	2018	
Panama	1980	4
Panama	1981	3
Panama	1982	
Panama	1983	3
Panama	1984	4
Panama	1985	3
Panama	1986	3
Panama	1987	2
Panama	1988	2
Panama	1989	5
Panama	1990	8
Panama	1991	8
Panama	1992	7
Panama	1993	8
Panama	1994	9
Panama	1995	9
Panama	1996	9
Panama	1997	9
Panama	1998	9
Panama	1999	9
Panama	2000	9
Panama	2001	9

Panama	2002	9
Panama	2003	9
Panama	2004	9
Panama	2005	9
Panama	2006	9
Panama	2007	9
Panama	2008	9
Panama	2009	9
Panama	2010	9
Panama	2011	9
Panama	2012	9
Panama	2013	9
Panama	2014	9
Panama	2015	9
Panama	2016	9
Panama	2017	9
Panama	2018	
Paraguay	1980	2
Paraguay	1981	2
Paraguay	1982	
Paraguay	1983	2
Paraguay	1984	2
Paraguay	1985	2
Paraguay	1986	2
Paraguay	1987	2
Paraguay	1988	1
Paraguay	1989	6
Paraguay	1990	6
Paraguay	1991	6
Paraguay	1992	8
Paraguay	1993	8
Paraguay	1994	7
Paraguay	1995	7
Paraguay	1996	7
Paraguay	1997	7
Paraguay	1998	7
Paraguay	1999	7
Paraguay	2000	7
Paraguay	2001	7
Paraguay	2002	7
Paraguay	2003	8
Paraguay	2004	8
Paraguay	2005	8
Paraguay	2006	8
Paraguay	2007	8
Paraguay	2008	8

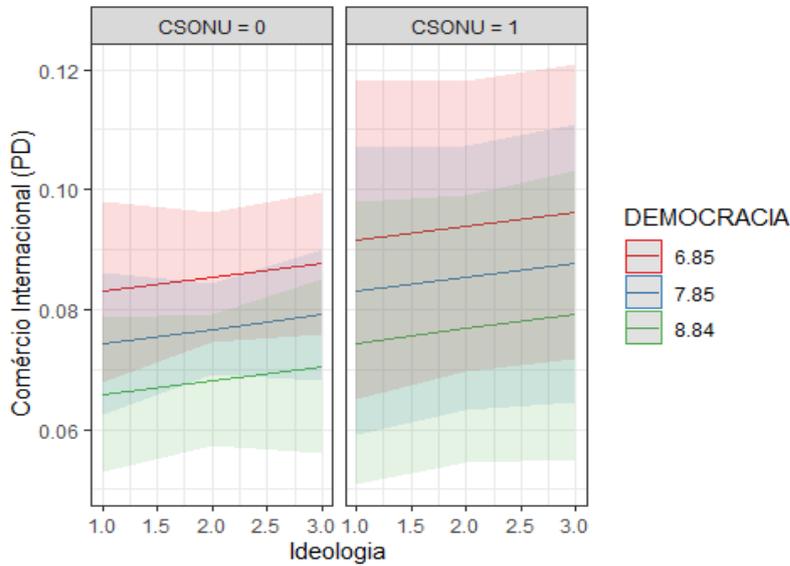
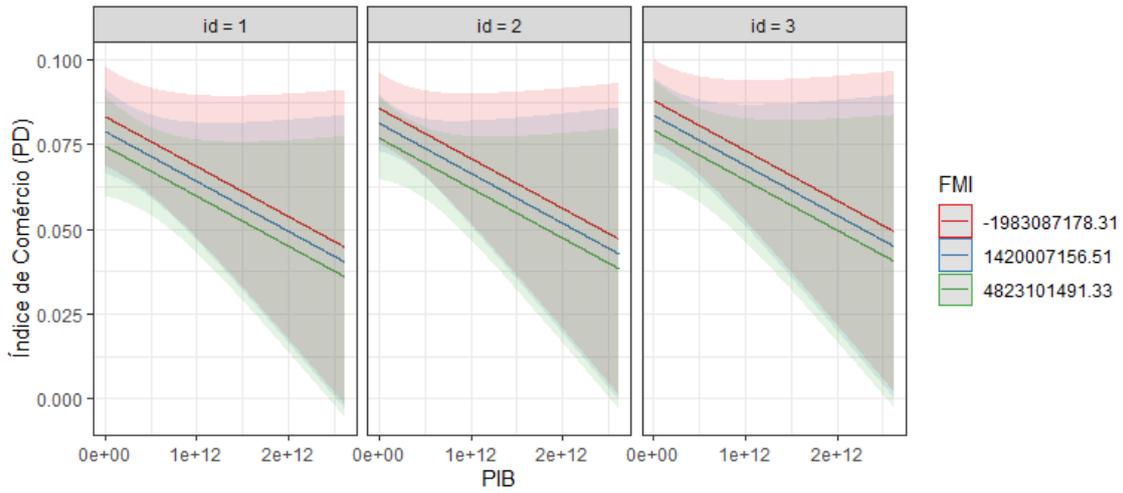
Paraguay	2009	8
Paraguay	2010	8
Paraguay	2011	8
Paraguay	2012	8
Paraguay	2013	8
Paraguay	2014	8
Paraguay	2015	8
Paraguay	2016	8
Paraguay	2017	8
Paraguay	2018	
Peru	1980	8
Peru	1981	8
Peru	1982	
Peru	1983	8
Peru	1984	8
Peru	1985	8
Peru	1986	8
Peru	1987	8
Peru	1988	8
Peru	1989	8
Peru	1990	7
Peru	1991	7
Peru	1992	3
Peru	1993	4
Peru	1994	5
Peru	1995	5
Peru	1996	6
Peru	1997	5
Peru	1998	5
Peru	1999	5
Peru	2000	7
Peru	2001	9
Peru	2002	9
Peru	2003	9
Peru	2004	9
Peru	2005	9
Peru	2006	9
Peru	2007	9
Peru	2008	9
Peru	2009	9
Peru	2010	9
Peru	2011	9
Peru	2012	9
Peru	2013	9
Peru	2014	9
Peru	2015	9

Peru	2016	9
Peru	2017	9
Peru	2018	
Uruguay	1980	2
Uruguay	1981	2
Uruguay	1982	
Uruguay	1983	3
Uruguay	1984	3
Uruguay	1985	9
Uruguay	1986	9
Uruguay	1987	9
Uruguay	1988	9
Uruguay	1989	10
Uruguay	1990	10
Uruguay	1991	10
Uruguay	1992	10
Uruguay	1993	9
Uruguay	1994	9
Uruguay	1995	9
Uruguay	1996	10
Uruguay	1997	10
Uruguay	1998	10
Uruguay	1999	10
Uruguay	2000	10
Uruguay	2001	10
Uruguay	2002	10
Uruguay	2003	10
Uruguay	2004	10
Uruguay	2005	10
Uruguay	2006	10
Uruguay	2007	10
Uruguay	2008	10
Uruguay	2009	10
Uruguay	2010	10
Uruguay	2011	10
Uruguay	2012	10
Uruguay	2013	10
Uruguay	2014	10
Uruguay	2015	10
Uruguay	2016	10
Uruguay	2017	10
Uruguay	2018	

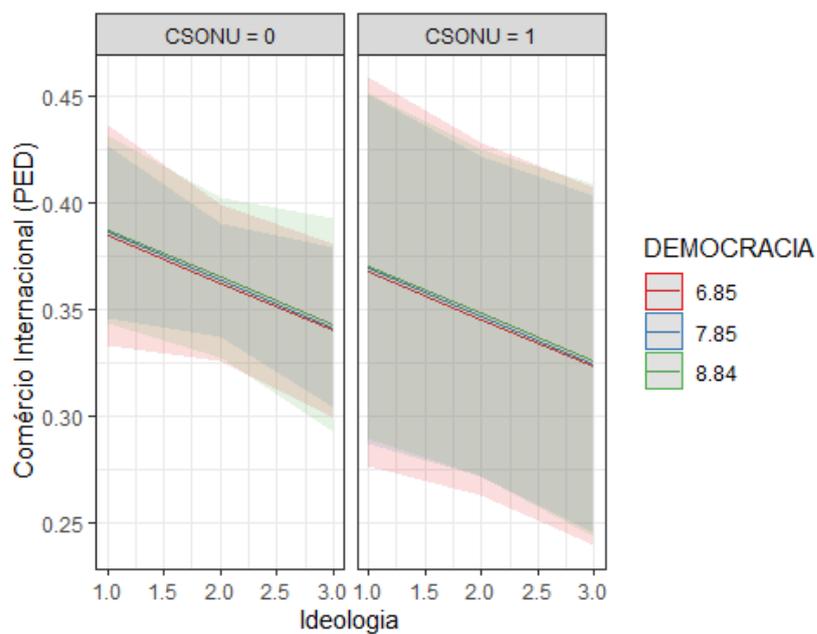
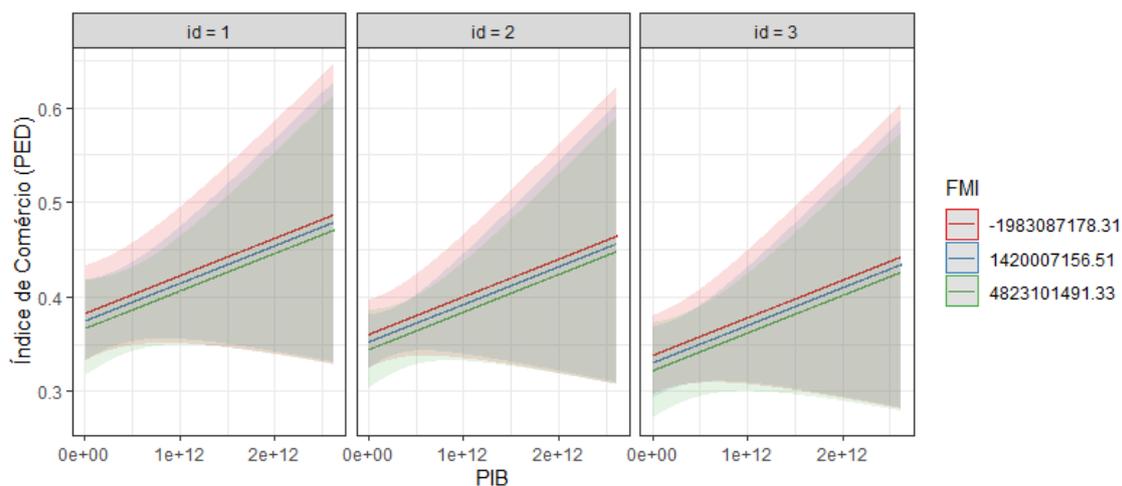
ANEXO A – GRÁFICOS COMPLEMENTARES

Abaixo estão os gráficos complementares à seção 4.2 – *Testes e Resultados* com os indicativos dos efeitos das variáveis FMI e PIB sobre cada uma das VDs.

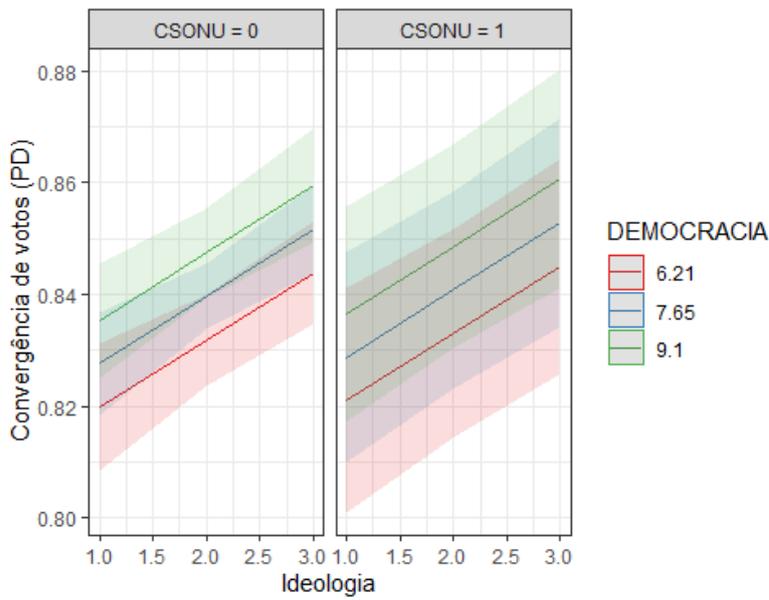
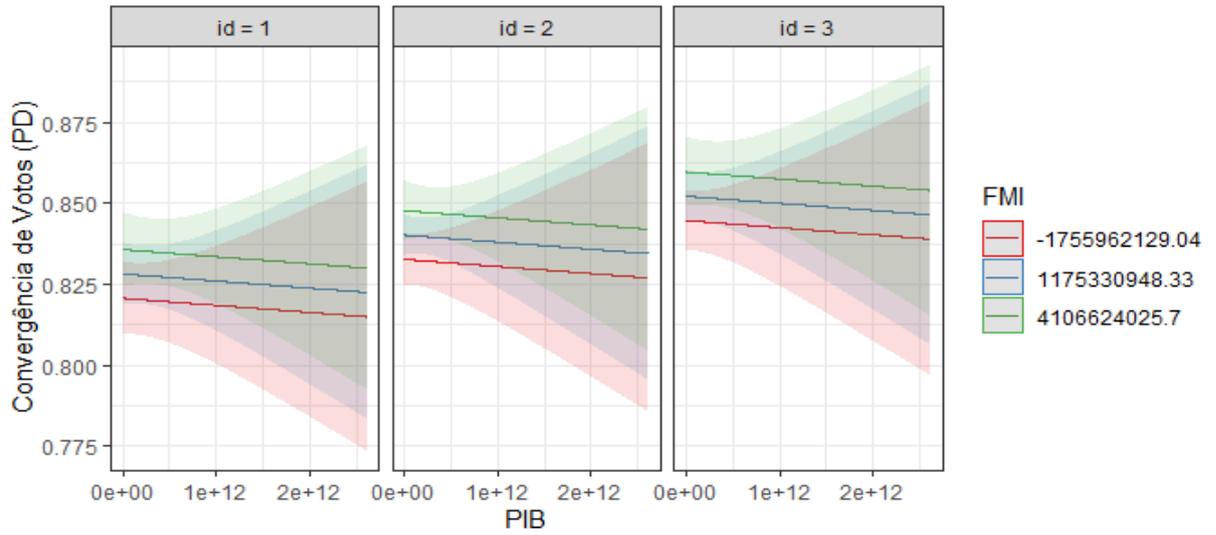
Efeitos sobre o comércio com Países Desenvolvidos:



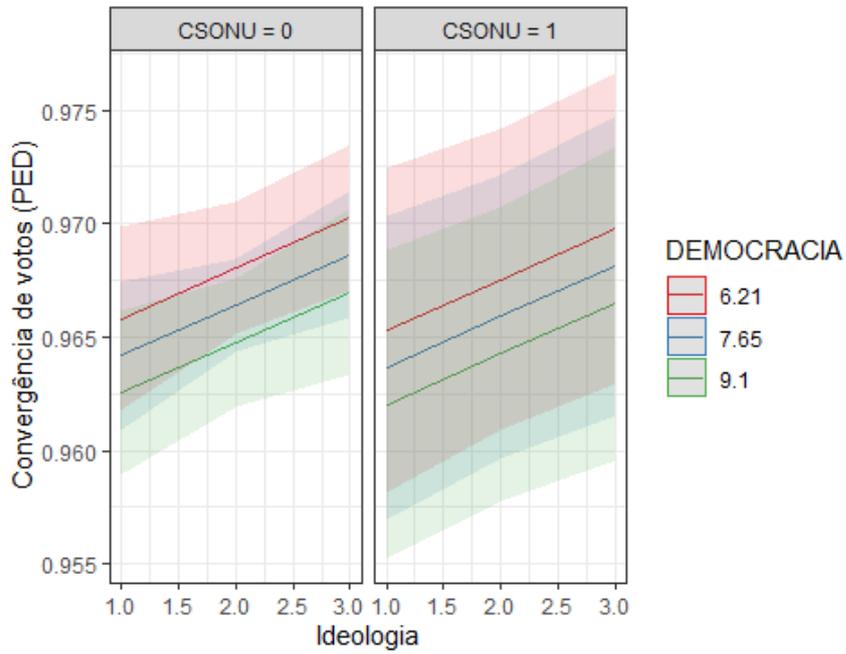
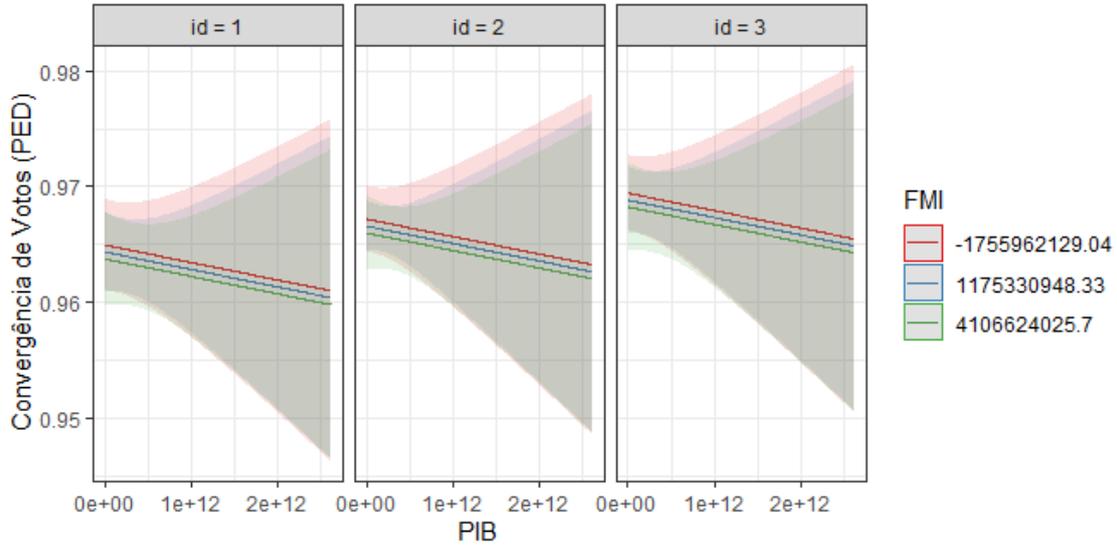
Efeitos sobre o comércio com Países em Desenvolvimento:

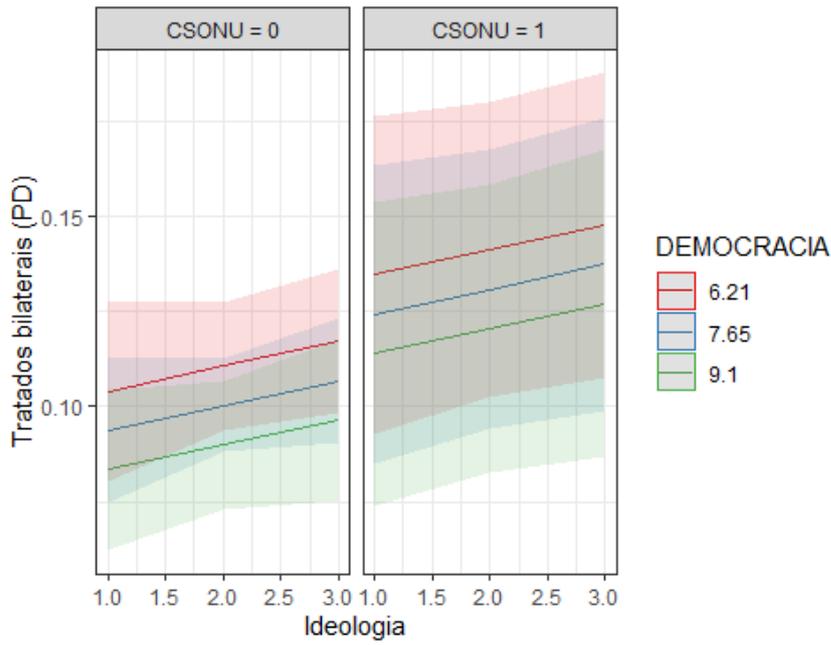
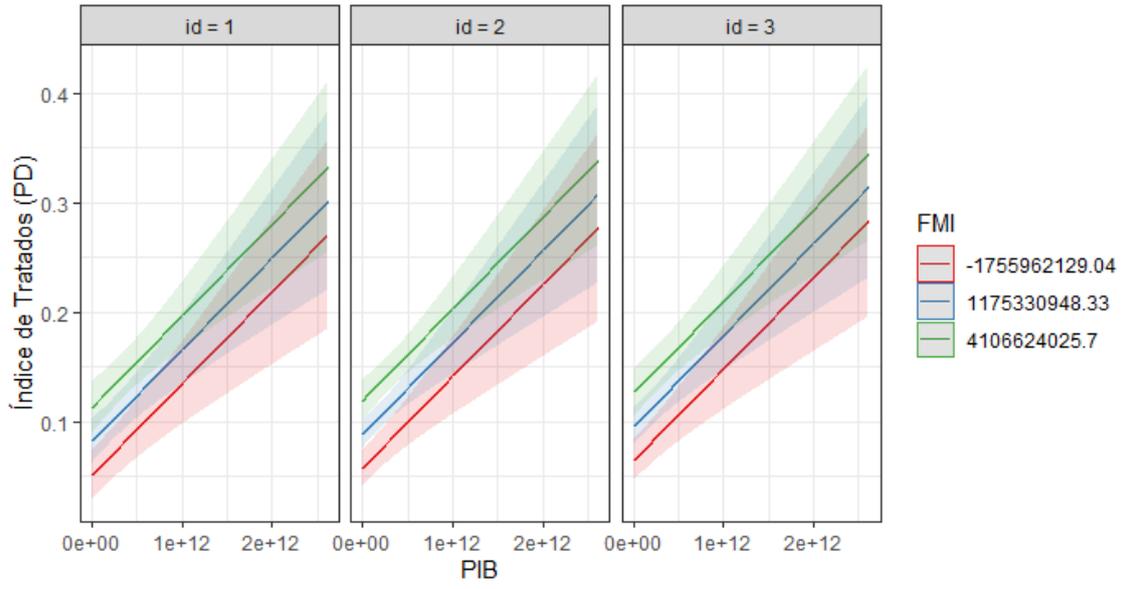


Efeitos sobre a convergência na UNGA com Países Desenvolvidos:

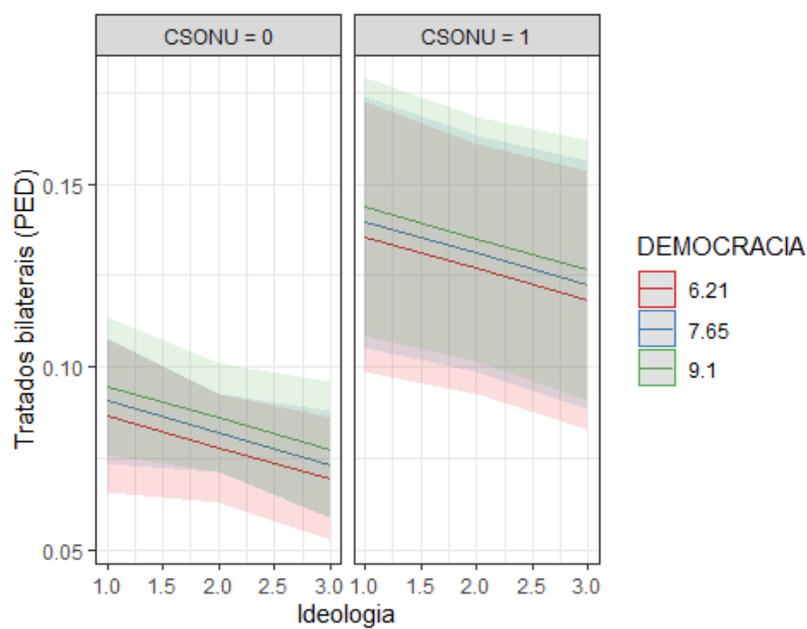
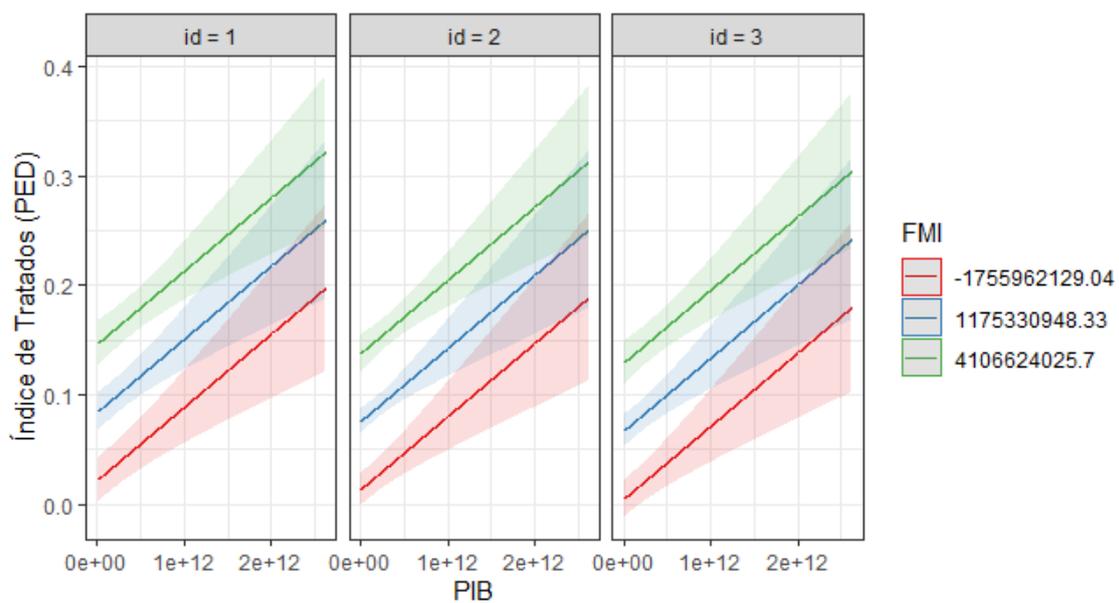


Efeitos sobre a convergência na UNGA com Países em Desenvolvimento:

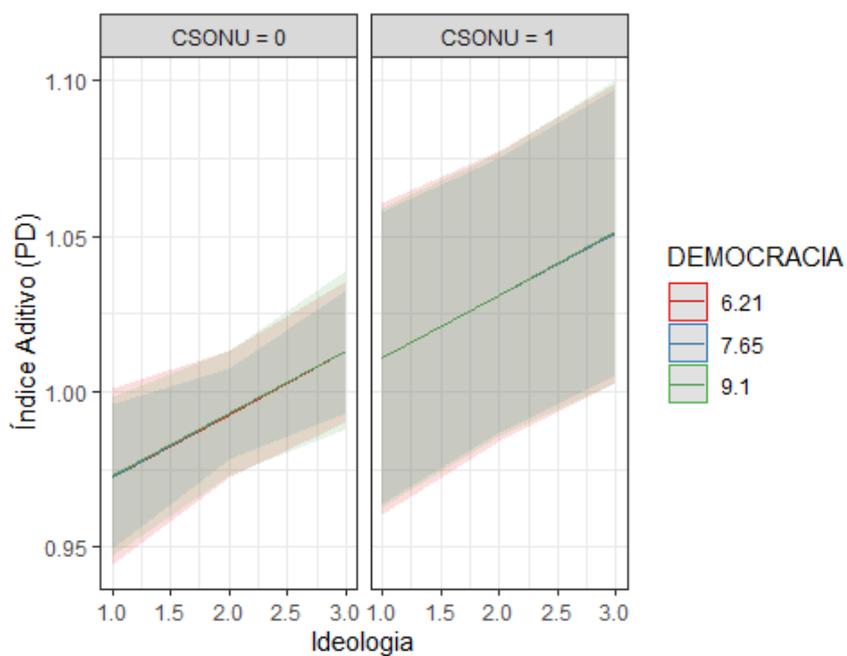
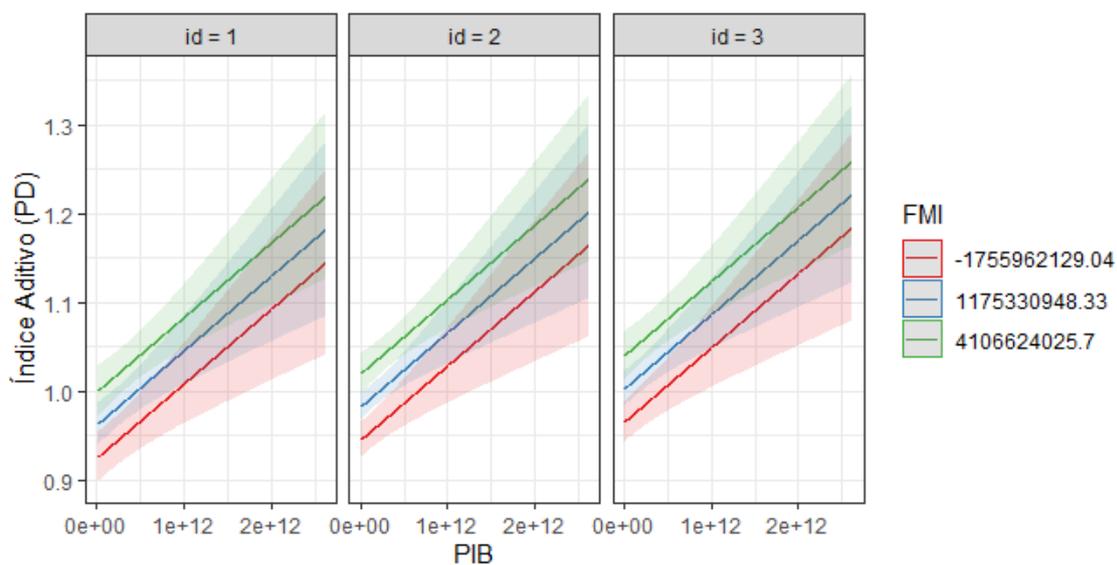




Efeitos sobre os Tratados bilaterais com Países em Desenvolvimento:



Efeitos sobre o índice aditivo com Países Desenvolvidos:



Efeitos sobre índice aditivo com Países em Desenvolvimento:

